



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 8ª (OITAVA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, A SER CONVOLADA NA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM 2 (DUAS) SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DA VALID SOLUÇÕES S.A.

entre

VALID SOLUÇÕES S.A.
como Emissora

e

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
como Agente Fiduciário, representando a comunhão de Debenturistas

Datado de
10 de maio de 2021

Esta escritura foi elaborada, inicialmente, segundo as regras e procedimentos do Guia ANBIMA de Melhores Práticas de padronização para cálculo de debêntures não conversíveis, sendo passível de modificação por meio de eventuais aditamentos e alterações posteriores a partir desta data.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: VALID SOLUÇÕES S A

NIRE: 333.0027799-4 Protocolo: 00-2021/124475-9 Data do protocolo: 12/05/2021

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 27/05/2021 SOB O NÚMERO ED333006960000 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 452A8C4FF5389CDB6362DC2ADF161E4741A1939EA4D2732F339F5A31743040F8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



Pag. 003/117



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 8ª (OITAVA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, A SER CONVOLADA NA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM 2 (DUAS) SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DA VALID SOLUÇÕES S.A.

Pelo presente instrumento particular, de um lado,

I. como emissora e ofertante das debêntures objeto desta Escritura de Emissão:

VALID SOLUÇÕES S.A., sociedade por ações com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Peter Lund, nº 146-202, São Cristóvão, CEP 20.930-390, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ/ME") sob o nº 33.113.309/0001-47, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA") sob o NIRE 33.3.0027799-4, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Companhia" ou "Emissora");

II. e de outro lado, como agente fiduciário, nomeado nesta Escritura de Emissão, representando a comunhão dos titulares das Debêntures (conforme definido abaixo) ("Debenturistas");

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., sociedade por ações, com filial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 1.502, 13º andar CEP 04534-004, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 36.113.876/0004-34, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Agente Fiduciário");

Sendo a Emissora e o Agente Fiduciário doravante denominados, em conjunto, como "Partes" e, individual e indistintamente, como "Parte";

vêm, por meio desta e na melhor forma de direito, firmar o presente "*Instrumento Particular de Escritura da 8ª (Oitava) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, a ser Convolada na Espécie com Garantia Real, em 2 (Duas) Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos da Valid Soluções S.A.*" ("Escritura de Emissão"), mediante as seguintes cláusulas e condições:

Esta escritura foi elaborada, inicialmente, segundo as regras e procedimentos do Guia ANBIMA de Melhores Práticas de padronização para cálculo de debêntures não conversíveis, sendo passível de modificação por meio de eventuais aditamentos e alterações posteriores a partir desta data.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: VALID SOLUÇÕES S A

NIRE: 333.0027799-4 Protocolo: 00-2021/124475-9 Data do protocolo: 12/05/2021

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 27/05/2021 SOB O NÚMERO ED333006960000 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 452A8C4FF5389CDB6362DC2ADF161E4741A1939EA4D2732F339F5A31743040F8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



Pag. 004/117



1. **AUTORIZAÇÃO**

1.1 A presente 8ª (oitava) emissão, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações" e "Emissão", respectivamente), de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada na espécie com garantia real, em 2 (duas) séries, da companhia ("Debêntures"), para oferta pública de distribuição, com esforços restritos de distribuição das Debêntures, nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei do Mercado de Valores Mobiliários"), da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Oferta"), a celebração desta Escritura de Emissão, do Contrato de Distribuição (conforme definido abaixo) e dos demais documentos da Oferta, serão realizadas com base nas deliberações da Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 05 de maio de 2021 ("RCA da Emissora"), na forma do disposto do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações. A RCA da Emissora também autorizou a diretoria da Emissora, ou seus procuradores, para praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações consubstanciadas na RCA da Emissora, elaborar e celebrar todos os documentos necessários à Emissão e à Oferta, eventuais aditamentos aos referidos documentos, bem como a autorização para a contratação de todos os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, bem como ratificou todos os demais atos já praticados pela diretoria, ou seus procuradores, relacionados nesta Cláusula.

2. **REQUISITOS**

2.1 A Emissão, a Oferta, a celebração desta Escritura de Emissão, do Contrato de Distribuição e do Contrato de Garantia, serão realizadas com observância aos seguintes requisitos:

2.1.1 Arquivamento e publicação da ata da RCA da Emissora. Nos termos do artigo 62, inciso I, e do artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, a ata de RCA da Emissora será arquivada na JUCERJA e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro ("DOERJ") e no jornal Valor Econômico ("Valor Econômico", em conjunto com o DOERJ, "Jornais de Publicação"), observado o disposto na Lei nº 14.030, de 28 de julho de 2020. O arquivamento da ata da RCA da Emissora perante a JUCERJA, de acordo com o disposto no artigo 62, I, das Lei das Sociedades por Ações, deverá ocorrer no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de sua realização, sendo certo que tal ata será protocolizada para arquivamento na JUCERJA no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados de suas respectivas assinaturas.

Esta escritura foi elaborada, inicialmente, segundo as regras e procedimentos do Guia ANBIMA de Melhores Práticas de padronização para cálculo de debêntures não conversíveis, sendo passível de modificação por meio de eventuais aditamentos e alterações posteriores a partir desta data.



2.1.2 Os atos societários que eventualmente venham a ser praticados após o arquivamento desta Escritura de Emissão, relacionados à Emissão e/ou à Oferta também serão arquivados na JUCERJA, conforme aplicável, e publicados pela Emissora nos Jornais de Publicação, conforme aplicável e observada a legislação em vigor.

2.1.3 Inscrição desta Escritura de Emissão e de seus aditamentos. Nos termos do artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, esta Escritura de Emissão e seus aditamentos serão inscritos na JUCERJA. A presente Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos deverão ser protocolados perante a JUCERJA em até 5 (cinco) Dias Úteis (conforme definido abaixo) a contar da data de celebração desta Escritura de Emissão ou dos respectivos aditamentos, conforme o caso, sendo certo que o arquivamento da Escritura de Emissão ou dos respectivos aditamentos perante a JUCERJA, de acordo com o disposto no artigo 62, II, das Lei das Sociedades por Ações, deverá ocorrer no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de sua realização, devendo uma via original desta Escritura de Emissão e de seus eventuais aditamentos devidamente arquivada na JUCERJA serem enviadas ao Agente Fiduciário em até 5 (cinco) Dias Úteis contado da data do respectivo arquivamento, observado o disposto na Lei nº 14.030, de 28 de julho de 2020.

2.1.4 Registro e Constituição da Garantia Real. Em, no máximo, 50 (cinquenta) dias contados da data de realização da RCA da Emissora, a outorga da Garantia Real (conforme definido abaixo) deverá ser aprovada em sede de assembleia geral extraordinária de acionistas da Emissora, e deverá ser constituída e aperfeiçoada por meio do Contrato de Garantia (conforme definido abaixo), o qual deverá ser levado a registro nos competentes cartórios de registro de títulos e documentos, conforme indicado no Contrato de Garantia, assim como quaisquer aditamentos subsequentes ao Contrato de Garantia, sendo certo que o Contrato de Garantia e seus eventuais aditamentos, deverão ser apresentados para registro no prazo determinado no Contrato de Garantia, devendo ser fornecida ao Agente Fiduciário, dentro de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do respectivo registro, 1 (uma) via original do Contrato de Garantia, e seus eventuais aditamentos, devidamente registrado.

2.1.5 Depósito para distribuição, negociação e liquidação financeira. As Debêntures serão depositadas para (i) distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), administrado e operacionalizado pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão – Balcão B3 (“B3”), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3; e (ii) negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3. Alternativamente, as Debêntures poderão ser mantidas em registro no Escriurador (conforme definido abaixo).

Esta escritura foi elaborada, inicialmente, segundo as regras e procedimentos do Guia ANBIMA de Melhores Práticas de padronização para cálculo de debêntures não conversíveis, sendo passível de modificação por meio de eventuais aditamentos e alterações posteriores a partir desta data.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: VALID SOLUÇÕES S A

NIRE: 333.0027799-4 Protocolo: 00-2021/124475-9 Data do protocolo: 12/05/2021

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 27/05/2021 SOB O NÚMERO ED333006960000 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 452A8C4FF5389CDB6362DC2ADF161E4741A1939EA4D2732F339F5A31743040F8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



Pag. 006/117



2.1.6 Dispensa de registro da Oferta pela CVM. Nos termos do artigo 6º da Instrução CVM 476, a Oferta está automaticamente dispensada do registro perante a CVM de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, por se tratar de oferta pública de valores mobiliários, com esforços restritos de distribuição, não sendo, portanto, objeto de protocolo, registro ou arquivamento perante a CVM, exceto pelo envio da comunicação sobre o início da Oferta e da comunicação sobre seu encerramento à CVM, nos termos dos artigos 7º-A e 8º, respectivamente, da Instrução CVM 476 ("Comunicação de Início" e "Comunicação de Encerramento", respectivamente).

2.1.7 Registro da Oferta pela ANBIMA. A Oferta será registrada na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA"), no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da data da Comunicação de Encerramento, nos termos do artigo 16, inciso II, e do artigo 18, inciso V, do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Ofertas Públicas", em vigor desde 03 de junho de 2019.

3. CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1 Objeto Social da Emissora: A Companhia tem por objeto social (a) indústria gráfica em geral, incluindo impressos de segurança, bilhetes e sistemas de loteria em geral, inclusive eletrônica, e papel moeda; (b) indústria de cartões plásticos, magnéticos, indutivos, inteligentes com e sem contato e de outros tipos, embossamento e codificação de cartões; (c) personalização, codificação e microfilmagem de documentos; (d) prestação de serviços de identificação, inclusive por reconhecimento biométrico; (e) prestação de serviços técnicos, planejamento e consultoria sobre materiais de segurança e sobre sistemas de informática, manutenção de equipamentos e assistência técnica em geral; (f) desenvolvimento de aplicativos e sistemas de informática; (g) gerenciamento de sistemas e prestação de serviços de processamento de dados, sorteios, jogos e correlatos; (h) desenvolvimento, implantação e execução de projetos de gerenciamento eletrônico de documentos; (i) atividade comercial em geral, incluindo a representação comercial; (j) importação e exportação; (k) locação de máquinas e equipamentos; (l) desenvolvimento, implantação e execução de projetos, produtos e serviços de rastreamento de objetos; (m) participação no capital de outras sociedades, no Brasil ou exterior, como sócia, quotista ou acionista; e (n) outras atividades diretamente relacionadas aos itens (a) a (l) acima.

3.2 Destinação dos Recursos: Os recursos obtidos pela Emissora com a Emissão serão destinados ao (a) reperfilamento de dívidas atuais da Companhia ou suas Afiliadas com os Coordenadores (conforme definido abaixo) e/ou com suas respectivas entidades de seus

Esta escritura foi elaborada, inicialmente, segundo as regras e procedimentos do Guia ANBIMA de Melhores Práticas de padronização para cálculo de debêntures não conversíveis, sendo passível de modificação por meio de eventuais aditamentos e alterações posteriores a partir desta data.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: VALID SOLUÇÕES S A

NIRE: 333.0027799-4 Protocolo: 00-2021/124475-9 Data do protocolo: 12/05/2021

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 27/05/2021 SOB O NÚMERO ED333006960000 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 452A8C4FF5389CDB6362DC2ADF161E4741A1939EA4D2732F339F5A31743040F8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



Pag. 007/117



grupos econômicos, caso aplicável, conforme detalhado no Anexo III à presente Escritura de Emissão; e (b) reforço do caixa da Emissora.:

3.3 A Companhia deverá enviar ao Agente Fiduciário declaração em papel timbrado e assinada por representante legal, atestando a destinação dos recursos da presente Emissão, acompanhada dos comprovantes dos gastos realizados, em até 15 (quinze) dias da Data de Integralização das Debêntures, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Companhia todos os eventuais esclarecimentos e documentos adicionais que se façam necessários.

3.4 Distribuição e Colocação. As Debêntures serão objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos de distribuição, nos termos da Lei do Mercado de Valores Mobiliários, da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, e do "*Contrato de Coordenação e Distribuição Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, a ser Convogada na Espécie com Garantia Real, em 2 (Duas) Séries, da 8ª (Oitava) Emissão da Valid Soluções S.A.*" ("Contrato de Distribuição"), com a intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenadores"), sendo uma delas a instituição intermediária líder ("Coordenador Líder"), sob o regime misto de garantia firme e de melhores esforços de colocação para o Valor Total da Emissão (conforme definido abaixo), sendo que a garantia firme somente será exercida caso a demanda das Debêntures não seja suficiente para atingir o volume total ofertado sob o regime de garantia firme da Oferta, observados os montantes de Garantia Firme prestados por cada Coordenador, conforme detalhado no Contrato de Distribuição, devendo observar o Valor Total da Emissão e a Remuneração das Debêntures (conforme definido abaixo) ("Garantia Firme"). A Oferta terá como público-alvo investidores profissionais, assim definidos nos termos do artigo 9º-A da Instrução CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada ("Investidor(es) Profissional(is)" e "Instrução CVM 539", respectivamente). O plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476 e conforme previsto no Contrato de Distribuição. Para tanto, os Coordenadores poderão acessar, no máximo, 75 (setenta e cinco) Investidores Profissionais, sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Profissionais. Nos termos da Instrução CVM 476, a Oferta será destinada a Investidores Profissionais, observado que os fundos de investimento e carteiras administradas de valores mobiliários cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor.

3.4.1 Distribuição Parcial. Nos termos do artigo 5º-A da Instrução CVM 476 e dos artigos 30 e 31 da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003 ("Instrução CVM 400"), será admitida a distribuição parcial das Debêntures da Segunda Série, nos

Esta escritura foi elaborada, inicialmente, segundo as regras e procedimentos do Guia ANBIMA de Melhores Práticas de padronização para cálculo de debêntures não conversíveis, sendo passível de modificação por meio de eventuais aditamentos e alterações posteriores a partir desta data.



termos da Cláusula 3.9 abaixo, sendo observada a colocação de, no mínimo, 417.000 (quatrocentas e dezessete mil) Debêntures da Segunda Série, equivalentes a R\$ 417.000.000,00 (quatrocentos e dezessete milhões de reais).

3.4.2 Tendo em vista que a distribuição poderá ser parcial, nos termos do artigo 31 da Instrução CVM 400 e do artigo 5º-A da Instrução CVM 476, o interessado em adquirir as Debêntures da Segunda Série poderá, no ato da aceitação à Oferta Restrita, condicionar sua adesão a que haja distribuição:

3.4.2.1 da totalidade das Debêntures da Segunda Série objeto da Oferta Restrita, sendo que, se tal condição não se implementar, as ordens serão canceladas, sendo certo que, neste caso, o processo de liquidação na B3 não terá sido iniciado; ou

3.4.2.2 de uma proporção ou quantidade mínima de Debêntures da Segunda Série originalmente objeto da Oferta Restrita, definida conforme critério do próprio investidor, podendo o interessado, no momento da aceitação, indicar se, implementando-se a condição prevista, pretende receber a totalidade das Debêntures da Segunda Série subscritas por tal interessado ou quantidade equivalente à proporção entre a quantidade de Debêntures da Segunda Série efetivamente distribuída e a quantidade de Debêntures da Segunda Série originalmente objeto da Oferta Restrita, presumindo-se, na falta da manifestação, o interesse do investidor em receber a totalidade das Debêntures da Segunda Série subscritas por tal interessado, sendo que, se o investidor tiver indicado tal proporção e tal condição não se implementar, as ordens serão canceladas, sendo certo que, neste caso, o processo de liquidação na B3 não terá sido iniciado.

3.4.3 Em caso de Distribuição Parcial das Debêntures da Segunda Série, a presente Escritura de Emissão será objeto de aditamento para formalizar o cancelamento das Debêntures da Segunda Série que não forem efetivamente subscritas e integralizadas, sem necessidade de nova aprovação societária pela Emissora ou realização Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série.

3.5 Prazo de Subscrição. Respeitado o atendimento dos requisitos a que se refere a Cláusula 2 acima, as Debêntures serão subscritas e integralizadas, a qualquer tempo, a partir da data de início de distribuição da Oferta, observado o disposto nos artigos 7º-A, 8º, parágrafo 2º, e 8º-A da Instrução CVM 476.

3.6 Negociação. As Debêntures serão depositadas para negociação no mercado

Esta escritura foi elaborada, inicialmente, segundo as regras e procedimentos do Guia ANBIMA de Melhores Práticas de padronização para cálculo de debêntures não conversíveis, sendo passível de modificação por meio de eventuais aditamentos e alterações posteriores a partir desta data.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: VALID SOLUÇÕES S A

NIRE: 333.0027799-4 Protocolo: 00-2021/124475-9 Data do protocolo: 12/05/2021

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 27/05/2021 SOB O NÚMERO ED333006960000 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 452A8C4FF5389CDB6362DC2ADF161E4741A1939EA4D2732F339F5A31743040F8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



Pag. 009/117



secundário por meio do CETIP21, administrado e operacionalizado pela B3. As Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados (conforme definido abaixo) em mercado de balcão organizado depois de decorridos 90 (noventa) dias contados de cada subscrição ou aquisição pelos respectivos Investidores Profissionais, exceto pelo lote de Debêntures objeto de eventual Garantia Firme, observados, na negociação subsequente, os limites e condições previstos nos artigos 2º e 3º da Instrução CVM 476, nos termos dos artigos 13 e 15, parágrafo primeiro da Instrução CVM 476, e depois de observado o cumprimento, pela Companhia, das obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis, em especial o disposto no parágrafo único do artigo 13 da Instrução CVM 476. Para fins desta Escritura de Emissão, consideram-se "Investidor(es) Qualificado(s)" aqueles investidores referidos no artigo 9º-B da Instrução CVM 539.

3.7 Número da Emissão. As Debêntures representam a 8ª (oitava) emissão de debêntures da Emissora.

3.8 Número de Séries. A Emissão será realizada em 2 (duas) séries ("Primeira Série", "Segunda Série", e, em conjunto, "Séries").

3.9 Valor Total da Emissão. O valor total da Emissão será de R\$ 700.000.000,00 (setecentos milhões de reais), na Data de Emissão ("Valor Total da Emissão"), sendo observado que (i) a Primeira Série terá o volume de R\$27.000.000,00 (vinte e sete milhões de reais), que será distribuído em regime de garantia firme; e (ii) a Segunda Série terá o volume de R\$673.000.000,00 (seiscentos e setenta e três milhões de reais), observada a possibilidade de Distribuição Parcial (conforme abaixo definido) das Debêntures da Segunda Série, sendo o volume de R\$417.000.000,00 (quatrocentos e dezessete milhões de reais) distribuído em regime de garantia firme, e o volume de R\$256.000.000,00 (duzentos e cinquenta e seis milhões de reais) distribuído em regime de melhores esforços.

3.10 Escriturador. A instituição prestadora de serviços de escrituração das Debêntures será o Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.500, 3º andar, Parte, Itaim Bibi, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04538-132, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 61.194.353/0001-64 ("Escriturador").

3.11 Banco Liquidante. A instituição prestadora de serviços de banco liquidante das Debêntures é o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, Parque Jabaquara, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04344-902, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 60.701.190/0001-04

Esta escritura foi elaborada, inicialmente, segundo as regras e procedimentos do Guia ANBIMA de Melhores Práticas de padronização para cálculo de debêntures não conversíveis, sendo passível de modificação por meio de eventuais aditamentos e alterações posteriores a partir desta data.



("Banco Liquidante").

3.12 Direito ao Recebimento dos Pagamentos. Farão jus ao recebimento de qualquer valor devido aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão aqueles que forem Debenturistas no encerramento do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento.

4. CARACTERÍSTICAS GERAIS DAS DEBÊNTURES

4.1 Data de Emissão. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 10 de maio de 2021 ("Data de Emissão").

4.2 Data de Início da Rentabilidade: Para todos os fins e efeitos legais, a data de início da rentabilidade será na primeira Data de Integralização ("Data de Início da Rentabilidade").

4.3 Forma, Tipo e Comprovação de Titularidade. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo Escriturador e, adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na B3, conforme o caso, será expedido por extrato em nome do Debenturista, que servirá como comprovante da titularidade de tais Debêntures.

4.4 Conversibilidade. As Debêntures serão simples, ou seja, não serão conversíveis em ações de emissão da Companhia.

4.5 Espécie. As Debêntures serão da espécie quirografária, a ser convolada em espécie com garantia real, nos termos do artigo 58, caput, da Lei das Sociedades por Ações.

4.6 Prazo e Data de Vencimento. Observado o disposto nesta Escritura de Emissão, e ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures e/ou Resgate Antecipado Facultativo Total (conforme definido abaixo) das Debêntures e/ou Oferta de Resgate Antecipado Total (conforme definido abaixo) e/ou aquisição facultativa das Debêntures, com o consequente cancelamento da totalidade das Debêntures, as Debêntures da Primeira Série terão prazo de vencimento de 3 (três) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 10 de maio de 2024 ("Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série") e as Debêntures da Segunda Série terão prazo de vencimento de 4 (quatro) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 10 de maio de 2025 ("Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série")

Esta escritura foi elaborada, inicialmente, segundo as regras e procedimentos do Guia ANBIMA de Melhores Práticas de padronização para cálculo de debêntures não conversíveis, sendo passível de modificação por meio de eventuais aditamentos e alterações posteriores a partir desta data.



e, em conjunto com a Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série, apenas "Data de Vencimento").

4.7 Valor Nominal Unitário. As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

4.8 Quantidade. Serão emitidas 700.000 (setecentas mil) Debêntures, observados em qualquer hipótese (i) a quantidade de 27.000 (vinte e sete mil) Debêntures na Primeira Série ("Debêntures da Primeira Série"), que será distribuída em regime de garantia firme; e (ii) a quantidade de 673.000 (seiscentos e setenta e três mil) Debêntures na Segunda Série ("Debêntures da Segunda Série"), observada a possibilidade de Distribuição Parcial das Debêntures da Segunda Série, sendo a quantidade de 417.000 (quatrocentas e dezessete mil) Debêntures da Segunda Série distribuídas em regime de garantia firme e a quantidade de 256.000 (duzentas e cinquenta e seis mil) Debêntures da Segunda Série distribuídas em regime de melhores esforços.

4.9 Preço de Subscrição e Forma de Integralização.

4.9.1 As Debêntures serão subscritas e integralizadas à vista, e em moeda corrente nacional, no ato da subscrição pelo Valor Nominal Unitário (cada uma, uma "Data de Integralização"), na Primeira Data de Integralização da Primeira Série (conforme termo definido abaixo) e na Primeira Data de Integralização da Segunda Série (conforme termo definido abaixo), de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à B3. Caso qualquer Debênture venha a ser integralizada em data diversa e posterior à Primeira Data de Integralização da Primeira Série e/ou à Primeira Data de Integralização da Segunda Série, a integralização deverá considerar seu respectivo Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração das Debêntures correspondente, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Início de Rentabilidade até a respectiva e efetiva Data de Integralização.

4.9.2 Para os fins desta Escritura de Emissão, define-se (i) "Primeira Data de Integralização da Primeira Série" a data em que ocorrerá a primeira subscrição e a integralização das Debêntures da Primeira Série; e (ii) "Primeira Data de Integralização da Segunda Série" a data em que ocorrerá a primeira subscrição e a integralização das Debêntures da Segunda Série.

4.9.3 As Debêntures poderão ainda, em qualquer Data de Integralização, ser colocadas com ágio ou deságio, a ser definido pelos Coordenadores, desde que aplicado de forma igualitária à totalidade das Debêntures subscritas e integralizadas em uma mesma Data de

Esta escritura foi elaborada, inicialmente, segundo as regras e procedimentos do Guia ANBIMA de Melhores Práticas de padronização para cálculo de debêntures não conversíveis, sendo passível de modificação por meio de eventuais aditamentos e alterações posteriores a partir desta data.



Integralização.

4.10 Atualização Monetária. o Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente.

4.11 Remuneração das Debêntures.

4.11.1 Remuneração das Debêntures da Primeira Série. Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias do DI – Depósito Interfinanceiro de um dia, “over extra-grupo”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“Taxa DI”), acrescida de *spread* (sobretaxa) de 3,85% (três inteiros e oitenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (“Remuneração das Debêntures da Primeira Série” ou “Remuneração da Primeira Série”).

4.11.1.1. A Remuneração das Debêntures da Primeira Série será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série, desde a Data de Início da Rentabilidade da Primeira Série ou a data de pagamento de Remuneração das Debêntures da Primeira Série imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data de pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série, data de declaração de vencimento antecipado em decorrência de um Evento de Inadimplemento (conforme abaixo definido) ou na data de eventual Resgate Antecipado Facultativo Total (conforme abaixo definido), Oferta de Resgate Antecipado Total (conforme definido abaixo) e aquisição facultativa das Debêntures, o que ocorrer primeiro. A Remuneração das Debêntures da Primeira Série será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (\text{Fator Juros} - 1)$$

onde:

J = valor unitário da Remuneração das Debêntures da Primeira Série devida ao final do Período de Capitalização da Primeira Série (conforme

Esta escritura foi elaborada, inicialmente, segundo as regras e procedimentos do Guia ANBIMA de Melhores Práticas de padronização para cálculo de debêntures não conversíveis, sendo passível de modificação por meio de eventuais aditamentos e alterações posteriores a partir desta data.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: VALID SOLUÇÕES S A

NIRE: 333.0027799-4 Protocolo: 00-2021/124475-9 Data do protocolo: 12/05/2021

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 27/05/2021 SOB O NÚMERO ED333006960000 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 452A8C4FF5389CDB6362DC2ADF161E4741A1939EA4D2732F339F5A31743040F8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



Pag. 013/117



abaixo definido), calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento; e

Fator Juros = Fator de Juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de spread calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\mathbf{FatorJuros} = (\mathbf{FatorDI} \times \mathbf{FatorSpread})$$

onde:

FatorDI = Produtório das Taxas DI-Over, com uso de percentual aplicado, da data de início do Período de Capitalização da Primeira Série, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\mathbf{FatorDI} = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

onde:

n_{DI} = número total de Taxas DI-Over, consideradas na atualização do ativo, sendo "nDI" um número inteiro;

TDIk = Taxa DI-Over, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

DIk = Taxa DI-Over, divulgada pela B3, válida por 1 (um) Dia Útil (overnight) utilizada com 2 (duas) casas decimais; e

Esta escritura foi elaborada, inicialmente, segundo as regras e procedimentos do Guia ANBIMA de Melhores Práticas de padronização para cálculo de debêntures não conversíveis, sendo passível de modificação por meio de eventuais aditamentos e alterações posteriores a partir desta data.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: VALID SOLUÇÕES S A

NIRE: 333.0027799-4 Protocolo: 00-2021/124475-9 Data do protocolo: 12/05/2021

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 27/05/2021 SOB O NÚMERO ED333006960000 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 452A8C4FF5389CDB6362DC2ADF161E4741A1939EA4D2732F339F5A31743040F8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.





Fator Spread: Sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, conforme fórmula abaixo:

$$\text{Fator Spread} = \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right]^{\frac{DP}{DT}}$$

onde:

Spread = 3,8500;

n = número de dias úteis entra a data do próximo Período de Capitalização da Primeira Série e a data do período de capitalização anterior, sendo "n" um número inteiro;

DT = número de dias úteis entre o último e o próximo Período de Capitalização da Primeira Série, sendo "DT" um número inteiro;

DP = número de dias úteis entre o último Período de Capitalização da Primeira Série ou a Primeira Data de Integralização da Primeira Série e a data atual, sendo "DP" um número inteiro

Observações:

(i) Efetua-se o produtório dos fatores diários ($1 + TDI_k$), sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

(ii) Se os fatores diários estiverem acumulados, considerar-se-á o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

(iii) O fator resultante da expressão (Fator DI x FatorSpread) é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

(iv) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

4.11.1.2. Observado o disposto na Cláusula 4.11.1.3 abaixo, se, a qualquer tempo durante a vigência das Debêntures da Primeira Série, não houver divulgação da Taxa DI, será aplicada a última Taxa DI disponível

Esta escritura foi elaborada, inicialmente, segundo as regras e procedimentos do Guia ANBIMA de Melhores Práticas de padronização para cálculo de debêntures não conversíveis, sendo passível de modificação por meio de eventuais aditamentos e alterações posteriores a partir desta data.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: VALID SOLUÇÕES S A

NIRE: 333.0027799-4 Protocolo: 00-2021/124475-9 Data do protocolo: 12/05/2021

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 27/05/2021 SOB O NÚMERO ED333006960000 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 452A8C4FF5389CDB6362DC2ADF161E4741A1939EA4D2732F339F5A31743040F8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o n° de protocolo.



Pag. 015/117



até o momento para cálculo da Remuneração da Primeira Série, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os titulares das Debêntures da Primeira Série ("Debenturistas da Primeira Série") quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável.

4.11.1.3. Caso a Taxa DI deixe de ser divulgada por prazo superior a 30 (trinta) dias, ou caso seja extinta, ou haja a impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI para cálculo da Remuneração das Debêntures da Primeira Série, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de até 5 (cinco) Dias Úteis a contar do final do prazo de 30 (trinta) dias acima mencionado ou do evento de extinção ou inaplicabilidade, conforme o caso, convocar Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série, na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura de Emissão, conforme definidos na Cláusula 9 abaixo, a qual terá como objeto a deliberação pelos Debenturistas da Primeira Série, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures da Primeira Série, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis de Remuneração da Primeira Série. Caso (i) não haja acordo sobre o novo parâmetro de Remuneração da Primeira Série entre a Emissora e os Debenturistas da Primeira Série representando, no mínimo, 85% (oitenta e cinco por cento) das Debêntures da Primeira Série em Circulação, (ii) não haja quórum de deliberação; ou (iii) não haja quórum de instalação em segunda convocação, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures da Primeira Série, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data de encerramento da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série ou em prazo superior que venha a ser definido em comum acordo em referida assembleia, ou da data em que a Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série deveria ocorrer em segunda convocação, pelo seu Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série acrescido da Remuneração da Primeira Série devida até a data da efetiva aquisição, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Início da Rentabilidade da Primeira Série ou da Data de Pagamento da Remuneração da Primeira Série imediatamente anterior. As Debêntures adquiridas nos termos desta Cláusula serão canceladas pela Emissora. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração das Debêntures da Primeira Série a serem adquiridas, para cada dia do período em que a ausência de taxas, será utilizada a última

Esta escritura foi elaborada, inicialmente, segundo as regras e procedimentos do Guia ANBIMA de Melhores Práticas de padronização para cálculo de debêntures não conversíveis, sendo passível de modificação por meio de eventuais aditamentos e alterações posteriores a partir desta data.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: VALID SOLUÇÕES S A

NIRE: 333.0027799-4 Protocolo: 00-2021/124475-9 Data do protocolo: 12/05/2021

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 27/05/2021 SOB O NÚMERO ED333006960000 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 452A8C4FF5389CDB6362DC2ADF161E4741A1939EA4D2732F339F5A31743040F8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o n° de protocolo.



Pag. 016/117



Taxa DI divulgada oficialmente.

4.11.1.4. O Período de Capitalização da Remuneração da Primeira Série ("Período de Capitalização da Primeira Série") é, para o primeiro Período de Capitalização da Primeira Série, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Início da Rentabilidade da Primeira Série, inclusive, e termina na primeira Data de Pagamento da Remuneração da Primeira Série, exclusive, e, para os demais Períodos de Capitalização da Primeira Série, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Pagamento da Remuneração da Primeira Série, inclusive, e termina na Data de Pagamento da Remuneração da Primeira Série subsequente, exclusive. Cada Período de Capitalização da Primeira Série sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento da Primeira Série.

4.11.2 Remuneração das Debêntures da Segunda Série. Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias do DI – Depósito Interfinanceiro de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("Taxa DI"), acrescida de *spread* (sobretaxa) de 4,25% (quatro inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração das Debêntures da Segunda Série" ou "Remuneração da Segunda Série").

4.11.2.1. A Remuneração das Debêntures da Segunda Série será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, desde a Data de Início da Rentabilidade da Segunda Série ou a data de pagamento de Remuneração das Debêntures da Segunda Série imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data de pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série, data de declaração de vencimento antecipado em decorrência de um Evento de Inadimplemento (conforme abaixo definido) ou na data de eventual Resgate Antecipado Facultativo Total (conforme abaixo definido), Oferta de Resgate Antecipado Total (conforme definido abaixo) e aquisição facultativa das Debêntures, o que ocorrer primeiro. A Remuneração das Debêntures da Segunda Série

Esta escritura foi elaborada, inicialmente, segundo as regras e procedimentos do Guia ANBIMA de Melhores Práticas de padronização para cálculo de debêntures não conversíveis, sendo passível de modificação por meio de eventuais aditamentos e alterações posteriores a partir desta data.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: VALID SOLUÇÕES S A

NIRE: 333.0027799-4 Protocolo: 00-2021/124475-9 Data do protocolo: 12/05/2021

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 27/05/2021 SOB O NÚMERO ED333006960000 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 452A8C4FF5389CDB6362DC2ADF161E4741A1939EA4D2732F339F5A31743040F8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o n° de protocolo.



Pag. 017/117



será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (\text{Fator Juros} - 1)$$

onde:

J = valor unitário da Remuneração das Debêntures da Segunda Série devida ao final do Período de Capitalização da Segunda Série (conforme abaixo definido), calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento; e

Fator Juros = Fator de Juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de spread calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorJuros} = (\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$$

onde:

FatorDI = Produtório das Taxas DI-Over, com uso de percentual aplicado, da data de início do Período de Capitalização da Segunda Série, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorDI} = \prod_{k=1}^{nDI} [1 + (TDI_k)]$$

onde:

nDI = número total de Taxas DI-Over, consideradas na atualização do ativo, sendo "nDI" um número inteiro;

TDIk = Taxa DI-Over, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurada da seguinte forma:

Esta escritura foi elaborada, inicialmente, segundo as regras e procedimentos do Guia ANBIMA de Melhores Práticas de padronização para cálculo de debêntures não conversíveis, sendo passível de modificação por meio de eventuais aditamentos e alterações posteriores a partir desta data.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: VALID SOLUÇÕES S A

NIRE: 333.0027799-4 Protocolo: 00-2021/124475-9 Data do protocolo: 12/05/2021

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 27/05/2021 SOB O NÚMERO ED333006960000 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 452A8C4FF5389CDB6362DC2ADF161E4741A1939EA4D2732F339F5A31743040F8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o n° de protocolo.



Pag. 018/117

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

DI_k = Taxa DI-Over, divulgada pela B3, válida por 1 (um) Dia Útil (overnight) utilizada com 2 (duas) casas decimais; e

Fator Spread: Sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, conforme fórmula abaixo:

$$\text{Fator Spread} = \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right]^{\frac{DP}{DT}}$$

onde:

Spread = 4,2500;

n = número de dias úteis entra a data do próximo Período de Capitalização da Segunda Série e a data do período de capitalização anterior, sendo "n" um número inteiro;

DT = número de dias úteis entre o último e o próximo Período de Capitalização da Segunda Série, sendo "DT" um número inteiro;

DP = número de dias úteis entre o último Período de Capitalização da Segunda Série ou a Primeira Data de Integralização da Segunda Série e a data atual, sendo "DP" um número inteiro

Observações:

(v) Efetua-se o produtório dos fatores diários (1 + TDI_k), sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

(vi) Se os fatores diários estiverem acumulados, considerar-se-á o

Esta escritura foi elaborada, inicialmente, segundo as regras e procedimentos do Guia ANBIMA de Melhores Práticas de padronização para cálculo de debêntures não conversíveis, sendo passível de modificação por meio de eventuais aditamentos e alterações posteriores a partir desta data.



fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

(vii) O fator resultante da expressão (Fator DI x FatorSpread) é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

(viii) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

4.11.2.2. Observado o disposto na Cláusula 4.11.2.3 abaixo, se, a qualquer tempo durante a vigência das Debêntures da Segunda Série, não houver divulgação da Taxa DI, será aplicada a última Taxa DI disponível até o momento para cálculo da Remuneração da Segunda Série, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os titulares das Debêntures da Segunda Série ("Debenturistas da Segunda Série") quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável.

4.11.2.3. Caso a Taxa DI deixe de ser divulgada por prazo superior a 30 (trinta) dias, ou caso seja extinta, ou haja a impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI para cálculo da Remuneração das Debêntures da Segunda Série, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de até 5 (cinco) Dias Úteis a contar do final do prazo de 30 (trinta) dias acima mencionado ou do evento de extinção ou inaplicabilidade, conforme o caso, convocar Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura de Emissão, conforme definidos na Cláusula 9 abaixo, a qual terá como objeto a deliberação pelos Debenturistas da Segunda Série, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures da Segunda Série, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis de Remuneração da Segunda Série. Caso (i) não haja acordo sobre o novo parâmetro de Remuneração da Segunda Série entre a Emissora e os Debenturistas da Segunda Série representando, no mínimo, 85% (oitenta e cinco por cento) das Debêntures da Segunda Série em Circulação, (ii) não haja quórum de deliberação; ou (iii) não haja quórum de instalação em segunda convocação, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures da Segunda Série, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data de encerramento da respectiva Assembleia Geral de

Esta escritura foi elaborada, inicialmente, segundo as regras e procedimentos do Guia ANBIMA de Melhores Práticas de padronização para cálculo de debêntures não conversíveis, sendo passível de modificação por meio de eventuais aditamentos e alterações posteriores a partir desta data.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: VALID SOLUÇÕES S A

NIRE: 333.0027799-4 Protocolo: 00-2021/124475-9 Data do protocolo: 12/05/2021

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 27/05/2021 SOB O NÚMERO ED333006960000 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 452A8C4FF5389CDB6362DC2ADF161E4741A1939EA4D2732F339F5A31743040F8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o n° de protocolo.



Pag. 020/117



Debenturistas da Segunda Série ou em prazo superior que venha a ser definido em comum acordo em referida assembleia, ou da data em que a Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série deveria ocorrer em segunda convocação, pelo seu Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série acrescido da Remuneração da Segunda Série devida até a data da efetiva aquisição, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Início da Rentabilidade da Segunda Série ou da Data de Pagamento da Remuneração da Segunda Série, conforme o caso. As Debêntures da Segunda Série adquiridas nos termos desta Cláusula serão canceladas pela Emissora. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração das Debêntures da Segunda Série a serem adquiridas, para cada dia do período em que a ausência de taxas, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente.

4.11.2.4. O Período de Capitalização da Remuneração da Segunda Série ("Período de Capitalização da Segunda Série") é, para o primeiro Período de Capitalização da Segunda Série, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Início da Rentabilidade da Segunda Série, inclusive, e termina na primeira Data de Pagamento da Remuneração da Segunda Série, exclusive, e, para os demais Períodos de Capitalização da Segunda Série, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Pagamento da Remuneração da Segunda Série, inclusive, e termina na Data de Pagamento da Remuneração da Segunda Série subsequente, exclusive. Cada Período de Capitalização da Segunda Série sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento da Segunda Série.

4.12 Pagamento da Remuneração.

4.12.1 Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures, Amortização Extraordinária Facultativa, Oferta de Resgate Antecipado Total e/ou aquisição facultativa das Debêntures, ou vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão:

- (a) a Remuneração das Debêntures da Primeira Série será paga trimestralmente a partir do 6º (sexto) mês (inclusive), contados da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 10 de novembro de 2021, e os demais pagamentos devidos sempre no dia 10 dos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro de cada ano,

Esta escritura foi elaborada, inicialmente, segundo as regras e procedimentos do Guia ANBIMA de Melhores Práticas de padronização para cálculo de debêntures não conversíveis, sendo passível de modificação por meio de eventuais aditamentos e alterações posteriores a partir desta data.

até a Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série (cada uma das datas, uma "Data de Pagamento de Remuneração das Debêntures da Primeira Série"); e

Parcela	Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série
01	10 de novembro de 2021
02	10 de fevereiro de 2022
03	10 de maio de 2022
04	10 de agosto de 2022
05	10 de novembro de 2022
06	10 de fevereiro de 2023
07	10 de maio de 2023
08	10 de agosto de 2023
09	10 de novembro de 2023
10	10 de fevereiro de 2024
11	Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série

- (b) a Remuneração das Debêntures da Segunda Série será paga semestralmente, sendo o primeiro pagamento devido em 10 de novembro de 2021, o segundo pagamento devido em 10 de maio de 2022, e trimestralmente a partir do 15º (décimo quinto) mês (inclusive), contados da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 10 de agosto de 2022, e os demais pagamentos devidos sempre no dia 10 dos meses de novembro, fevereiro, maio e agosto de cada ano, até as respectivas Datas de Vencimento (cada uma das datas, uma "Data de Pagamento de Remuneração das Debêntures da Segunda Série" e, em conjunto com cada Data de Pagamento de Remuneração das Debêntures da Primeira Série, "Data de Pagamento de Remuneração"), conforme tabela abaixo:

Parcela	Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série
01	10 de novembro de 2021
02	10 de maio de 2022
03	10 de agosto de 2022
04	10 de novembro de 2022
05	10 de fevereiro de 2023

Esta escritura foi elaborada, inicialmente, segundo as regras e procedimentos do Guia ANBIMA de Melhores Práticas de padronização para cálculo de debêntures não conversíveis, sendo passível de modificação por meio de eventuais aditamentos e alterações posteriores a partir desta data.



06	10 de maio de 2023
07	10 de agosto de 2023
08	10 de novembro de 2023
09	10 de fevereiro de 2024
10	10 de maio de 2024
11	10 de agosto de 2024
12	10 de novembro de 2024
13	10 de fevereiro de 2025
14	Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série

4.12.2 Farão jus aos pagamentos das Debêntures aqueles que sejam Debenturistas ao final do Dia Útil anterior a cada Data de Pagamento previsto na Escritura de Emissão.

4.13 Amortização do saldo do Valor Nominal Unitário.

4.13.1. Debêntures da Primeira Série. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, e/ou Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures e/ou Amortização Extraordinária Facultativa e/ou Oferta de Resgate Antecipado Total e/ou aquisição facultativa das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, o saldo do Valor Nominal Unitário será amortizado trimestralmente, a partir do 9º (nono) mês (inclusive) contados da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 10 de fevereiro de 2022, e os demais pagamentos devidos sempre no dia 10 dos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro de cada ano, até a Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série, conforme tabela abaixo:

Esta escritura foi elaborada, inicialmente, segundo as regras e procedimentos do Guia ANBIMA de Melhores Práticas de padronização para cálculo de debêntures não conversíveis, sendo passível de modificação por meio de eventuais aditamentos e alterações posteriores a partir desta data.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: VALID SOLUÇÕES S A

NIRE: 333.0027799-4 Protocolo: 00-2021/124475-9 Data do protocolo: 12/05/2021

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 27/05/2021 SOB O NÚMERO ED333006960000 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 452A8C4FF5389CDB6362DC2ADF161E4741A1939EA4D2732F339F5A31743040F8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o n° de protocolo.



Pag. 023/117

Parcela de Amortização	Data da Amortização	Percentual do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série a ser Amortizado (%)
01	10 de fevereiro de 2022	10,0000%
02	10 de maio de 2022	11,1111%
03	10 de agosto de 2022	12,5000%
04	10 de novembro de 2022	14,2857%
05	10 de fevereiro de 2023	16,6667%
06	10 de maio de 2023	20,0000%
07	10 de agosto de 2023	25,0000%
08	10 de novembro de 2023	33,3333%
09	10 de fevereiro de 2024	50,0000%
10	Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série	100,0000%

4.13.2. Debêntures da Segunda Série. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, e/ou Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures e/ou Amortização Extraordinária Facultativa e/ou Oferta de Resgate Antecipado Total e/ou aquisição facultativa das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, o saldo do Valor Nominal Unitário será amortizado trimestralmente, a partir do 12º (décimo segundo) mês (inclusive) contados da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 10 de maio de 2022, e os demais pagamentos devidos sempre no dia 10 dos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro de cada ano, até a Data de Vencimento da Debêntures da Segunda Série, conforme tabela abaixo:

Parcela de Amortização	Data da Amortização	Percentual do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série a ser Amortizado (%)
01	10 de maio de 2022	7,6923%
02	10 de agosto de 2022	8,3333%
03	10 de novembro de 2022	9,0909%
04	10 de fevereiro de 2023	10,0000%
05	10 de maio de 2023	11,1111%
06	10 de agosto de 2023	12,5000%
07	10 de novembro de 2023	14,2857%
08	10 de fevereiro de 2024	16,6667%

Esta escritura foi elaborada, inicialmente, segundo as regras e procedimentos do Guia ANBIMA de Melhores Práticas de padronização para cálculo de debêntures não conversíveis, sendo passível de modificação por meio de eventuais aditamentos e alterações posteriores a partir desta data.



09	10 de maio de 2024	20,0000%
10	10 de agosto de 2024	25,0000%
11	10 de novembro de 2024	33,3333%
12	10 de fevereiro de 2025	50,0000%
13	Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série	100,0000%

4.14 Local de Pagamento. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela B3 para as Debêntures custodiadas eletronicamente nela; e/ou (ii) os procedimentos adotados pelo Escriturador, para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na B3.

4.15 Prorrogação dos Prazos. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se a data do vencimento coincidir com dia em que não seja Dia Útil.

4.15.1 Para os fins desta Escritura de Emissão, “Dia Útil” significa (i) com relação a qualquer obrigação pecuniária, inclusive para fins de cálculo, qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional; e (ii) com relação a qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, qualquer dia no qual haja expediente nos bancos comerciais na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e que não seja sábado ou domingo. Quando a indicação de prazo contado por dia na presente Escritura de Emissão não vier acompanhada da indicação de “Dia(s) Útil(eis)”, entende-se que o prazo é contado em dias corridos.

4.16 Encargos Moratórios. Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora, ficarão sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) multa convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento); e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento; ambos calculados sobre o montante devido e não pago (“Encargos Moratórios”).

4.17 Decadência dos Direitos aos Acréscimos. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.16 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura de

Esta escritura foi elaborada, inicialmente, segundo as regras e procedimentos do Guia ANBIMA de Melhores Práticas de padronização para cálculo de debêntures não conversíveis, sendo passível de modificação por meio de eventuais aditamentos e alterações posteriores a partir desta data.



Emissão, ou em comunicado publicado pela Emissora no jornal indicado na Cláusula 4.19 abaixo, não lhe dará direito ao recebimento à Remuneração das Debêntures e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento.

4.18 Repactuação. Não haverá repactuação programada.

4.19 Publicidade. Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos no DOERJ e no jornal "Valor Econômico" ("Aviso aos Debenturistas"), bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores (<https://ri.valid.com/>), observado o estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, e as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da Oferta e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário, a B3 a respeito de qualquer publicação na data da sua realização, sendo certo que, caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo para divulgação de suas informações.

4.20 Imunidade de Debenturistas. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante e à Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis de antecedência em relação à data prevista para recebimento de quaisquer valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sendo certo que, caso o Debenturista não envie referida documentação, a Emissora fará as retenções dos tributos previstos na legislação tributária em vigor nos rendimentos de tal Debenturista.

4.21 Classificação de Risco. Será contratada como agência de classificação de risco da Oferta, a Standard & Poor's, Fitch ou Moody's ("Agência de Rating"), às expensas da Emissora, que atribuirá *rating*, em escala nacional de longo prazo às Debêntures, até o vencimento final das Debêntures, para atualização anual de classificação de risco elaborada, bem como para divulgar amplamente ao mercado os relatórios com as súmulas das classificações de risco.

4.22 Garantia Real. Mediante aprovação em sede de Assembleia Geral de Acionistas da Emissora, as Debêntures passarão a contar com a cessão fiduciária sobre a conta nº 53.028-6, agência 8541 de titularidade da Emissora, mantida junto ao Itaú Unibanco S.A. de movimentação restrita pela Emissora ("Conta Vinculada"), na qual serão depositados em até 1 (um) Dia Útil contado da Data de Integralização de cada série, os recursos referentes a 25% (vinte e cinco por cento) do saldo devedor do principal das Debêntures ("Cash

Esta escritura foi elaborada, inicialmente, segundo as regras e procedimentos do Guia ANBIMA de Melhores Práticas de padronização para cálculo de debêntures não conversíveis, sendo passível de modificação por meio de eventuais aditamentos e alterações posteriores a partir desta data.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: VALID SOLUÇÕES S A

NIRE: 333.0027799-4 Protocolo: 00-2021/124475-9 Data do protocolo: 12/05/2021

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 27/05/2021 SOB O NÚMERO ED333006960000 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 452A8C4FF5389CDB6362DC2ADF161E4741A1939EA4D2732F339F5A31743040F8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



Pag. 026/117



Collateral”) como garantia ao fiel e pontual pagamento das obrigações contidas na presente Escritura de Emissão, nos termos do parágrafo 3º do artigo 66-B da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, conforme alterada (“Lei 4.728”), incluindo a Conta Vinculada e todos os recursos depositados ou que venham a ser depositados e mantidos, a qualquer tempo, incluindo quaisquer recursos eventualmente em trânsito para a Conta Vinculada, ou em compensação bancária, e todos os bens, atuais ou futuros, detidos e a serem detidos pela Cedente a qualquer tempo com relação aos investimentos permitidos vinculados à Conta Vinculada (“Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios Sobre Conta Vinculada” e “Garantia Real”, respectivamente), a ser constituída nos termos do “Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças”, a ser celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário, conforme modelo constante do Anexo II à presente Escritura de Emissão (“Contrato de Cessão Fiduciária” ou “Contrato de Garantia”).

4.23 Convolação da Espécie das Debêntures. As Debêntures passarão automaticamente a ser da espécie com garantia real, nos termos do artigo 58, caput, da Lei nº 6.404/76, no momento em que ocorrer a aprovação da outorga da Garantia Real em sede de Assembleia Geral de Acionistas, com o posterior registro do Contrato de Garantia, nos termos da Cláusula 2.1.4 da presente Escritura de Emissão.

4.23.1A Emissora e o Agente Fiduciário estão desde já autorizados e obrigados a celebrar aditamento a esta Escritura de Emissão na forma prevista no Anexo I desta Escritura, no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da implementação das condições descritas no item 4.23 acima, sem necessidade de realização de Assembleia Geral de Debenturistas ou qualquer outro ato societário da Emissora, exclusivamente para formalizar a convolação da espécie das Debêntures de quirografia para a espécie com garantia real, bem como ajustar as declarações do Agente Fiduciário a respeito das garantias a serem prestadas no âmbito desta Emissão. A B3 deverá ser informada pela Emissora no prazo de 1 (um) Dia Útil contado da celebração do aditamento a esta Escritura de Emissão sobre a realização da referida convolação, com a finalidade de atualizar seu sistema, bem como deverá receber cópia do aditamento. Cada Debenturista, ao subscrever as Debêntures, estará automaticamente declarando-se ciente e de acordo com a celebração do aditamento ora referido.

4.23.2 Ainda, uma vez implementadas as condições descritas na Cláusula 4.23 acima, a Garantia Real referida acima será outorgada em caráter irrevogável e irreatável pela Emissora, vigendo até a integral liquidação das obrigações garantidas das Debêntures, nos termos do Contrato de Garantia, da presente Escritura de Emissão e demais instrumentos jurídicos competentes à formalização da Garantia Real, a

Esta escritura foi elaborada, inicialmente, segundo as regras e procedimentos do Guia ANBIMA de Melhores Práticas de padronização para cálculo de debêntures não conversíveis, sendo passível de modificação por meio de eventuais aditamentos e alterações posteriores a partir desta data.



serem firmados entre a Emissora, o Agente Fiduciário, e demais partes de referidos instrumentos, se for o caso.

4.23.3 Observado o disposto nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Garantia, o Agente Fiduciário e/ou os Debenturistas poderão executar a Garantia Real, simultaneamente ou em qualquer ordem, sem que com isso prejudique qualquer direito ou possibilidade de exercê-lo no futuro, até a quitação integral das obrigações garantidas das Debêntures.

5. RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO TOTAL, AMORTIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA FACULTATIVA, OFERTA DE RESGATE ANTECIPADO E AQUISIÇÃO FACULTATIVA.

5.1 Resgate Antecipado Facultativo Total.

5.1.1 A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a partir do 12º (décimo segundo) mês, exclusive, realizar o resgate antecipado facultativo da totalidade (sendo vedado o resgate parcial ou o resgate de apenas uma das séries) das Debêntures efetivamente subscritas e integralizadas ("Resgate Antecipado Facultativo Total"). Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total, o valor devido pela Emissora será equivalente ao: (i) ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido (ii) da Remuneração da respectiva série e demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo Total, calculado *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade da respectiva série, ou a Data do Pagamento da Remuneração da respectiva série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total; (iii) de eventuais Encargos Moratórios (se houver); e (iv) de prêmio de resgate, correspondente a uma taxa de 0,30% (trinta centésimos por cento) ao ano base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, incidente sobre (a) o Valor Nominal Unitário, ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável; e (b) a Remuneração das Debêntures conforme subitem (ii) acima, calculado sobre a data do Resgate Antecipado Facultativo Total até a Data de Vencimento ("Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total"), de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Prêmio} = (d/252 * 0,30\% * VNA)$$

Onde:

Esta escritura foi elaborada, inicialmente, segundo as regras e procedimentos do Guia ANBIMA de Melhores Práticas de padronização para cálculo de debêntures não conversíveis, sendo passível de modificação por meio de eventuais aditamentos e alterações posteriores a partir desta data.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: VALID SOLUÇÕES S A

NIRE: 333.0027799-4 Protocolo: 00-2021/124475-9 Data do protocolo: 12/05/2021

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 27/05/2021 SOB O NÚMERO ED333006960000 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 452A8C4FF5389CDB6362DC2ADF161E4741A1939EA4D2732F339F5A31743040F8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o n° de protocolo.



Pag. 028/117



VNA = saldo do valor nominal unitário de cada uma das Debêntures, acrescido da remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização ou a data de pagamento de remuneração imediatamente anterior da respectiva série, conforme o caso, até a data do efetivo resgate antecipado; e

d = quantidade de Dias Úteis a transcorrer entre a data do efetivo resgate antecipado e a Data de Vencimento das Debêntures, nos termos da Escritura de Emissão.

5.1.1.1. Caso a data de realização do Resgate Antecipado Facultativo Total coincida com uma Data de Pagamento de Remuneração das Debêntures, o prêmio previsto no item (i) da Cláusula 5.1.1 acima deverá ser calculado sobre o saldo do Valor Nominal Unitário após o referido pagamento.

5.1.2 O Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures somente será realizado mediante envio de comunicação individual aos Debenturistas, ou publicação de anúncio, nos termos da Cláusula 4.19 acima, em ambos os casos com cópia para o Agente Fiduciário, B3 e à ANBIMA, com 10 (dez) Dias Úteis de antecedência da data em que se pretende realizar o efetivo Resgate Antecipado facultativo Total ("Comunicação de Resgate"), sendo que na referida comunicação deverá constar: (i) a data de realização do Resgate Antecipado Facultativo Total, que deverá ser um Dia Útil; (ii) a menção de que o valor correspondente ao pagamento será o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido (a) de Remuneração, calculada conforme prevista na Cláusula 5.1.1; e (b) de prêmio de resgate, calculada conforme prevista na Cláusula 5.1.1; e (ii) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo Total.

5.1.3 O Resgate Antecipado Facultativo Total para as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3 seguirá os procedimentos de liquidação de eventos adotados por ela. Caso as Debêntures não estejam custodiadas eletronicamente na B3, o Resgate Antecipado Facultativo Total será realizado por meio do Escriturador.

5.1.4 As Debêntures resgatadas pela Emissora, conforme previsto nesta Cláusula, serão obrigatoriamente canceladas. As Debêntures que não tenham sido efetivamente subscritas e integralizadas até o Resgate Antecipado Facultativo serão automática e obrigatoriamente canceladas.

5.2 Amortização Extraordinária Facultativa. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a partir do 12º (décimo segundo) mês, exclusive, realizar a amortização extraordinária facultativa parcial, limitada a 98% (noventa e oito por cento), do Valor Nominal Unitário ou

Esta escritura foi elaborada, inicialmente, segundo as regras e procedimentos do Guia ANBIMA de Melhores Práticas de padronização para cálculo de debêntures não conversíveis, sendo passível de modificação por meio de eventuais aditamentos e alterações posteriores a partir desta data.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: VALID SOLUÇÕES S A

NIRE: 333.0027799-4 Protocolo: 00-2021/124475-9 Data do protocolo: 12/05/2021

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 27/05/2021 SOB O NÚMERO ED333006960000 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 452A8C4FF5389CDB6362DC2ADF161E4741A1939EA4D2732F339F5A31743040F8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o n° de protocolo.



Pag. 029/117



saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, que deverá abranger, proporcionalmente, todas as Debêntures, mediante o envio de Comunicação de Amortização Extraordinária Facultativa (conforme definido abaixo) ("Amortização Extraordinária Facultativa").

5.3 Em razão da Amortização Extraordinária Facultativa, os Debenturistas farão jus ao pagamento (i) de parcela do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso; (ii) da Remuneração total da respectiva série devida na data da Amortização Extraordinária Facultativa, calculada *pro rata temporis* desde a Data da Primeira Integralização da Primeira Série ou da Data da Primeira Integralização da Segunda Série, conforme o caso, ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior da respectiva série, conforme o caso, até a data da efetiva Amortização Extraordinária Facultativa (sendo os valores dos itens "(i)" e "(ii)" denominados em conjunto como "Valor de Amortização Extraordinária Facultativa"), (iii) de eventuais Encargos Moratórios (se houver), e (iv) de prêmio correspondente a uma taxa de 0,30% (trinta centésimos por cento) ao ano base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, incidente sobre o Valor de Amortização Extraordinária Facultativa e sobre a diferença de prazo entre a data da efetiva Amortização Extraordinária Facultativa até a Data de Vencimento, conforme fórmula disposta no item 5.1.1 acima.

5.4 A Amortização Extraordinária Facultativa deverá ser limitada a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures e somente poderá ocorrer mediante comunicação dirigida diretamente aos Debenturistas, com cópia ao Agente Fiduciário ou, ainda, por meio de publicação de comunicação dirigida aos Debenturistas a ser amplamente divulgada nos termos da Cláusula 4.19 desta Escritura de Emissão ("Comunicação de Amortização Facultativa"), com antecedência mínima de 3 (três) Dias Úteis da data prevista para realização da efetiva Amortização Extraordinária Facultativa ("Data da Amortização Facultativa"), e será realizado de acordo com os procedimentos da B3 caso as Debêntures estejam custodiadas eletronicamente na B3, ou de acordo com os procedimentos do Escriurador caso as Debêntures não estejam custodiadas eletronicamente na B3. Adicionalmente, a Emissora deverá encaminhar ao Agente Fiduciário e à B3, cópia do referido comunicado na mesma data de sua realização.

5.5 Na Comunicação de Amortização Extraordinária Facultativa deverá constar: (a) a data, que deverá ser um Dia Útil, e o procedimento da Amortização Extraordinária Facultativa, observada a legislação pertinente, bem como os termos e condições estabelecidos nesta Escritura de Emissão; (b) menção à parcela do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures que será amortizado nos termos dessa Cláusula; (c) o valor da Amortização Extraordinária Facultativa Parcial; e (d) as demais informações consideradas

Esta escritura foi elaborada, inicialmente, segundo as regras e procedimentos do Guia ANBIMA de Melhores Práticas de padronização para cálculo de debêntures não conversíveis, sendo passível de modificação por meio de eventuais aditamentos e alterações posteriores a partir desta data.



relevantes pela Emissora para conhecimento dos Debenturistas.

5.6 Oferta de Resgate Antecipado Total.

5.6.1 A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer momento, realizar oferta de resgate antecipado total das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Segunda Série efetivamente subscritas e integralizadas, sendo vedado o resgate parcial, endereçada a todos os Debenturistas, sendo assegurado a todos os Debenturistas igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures por eles detidas ("Oferta de Resgate Antecipado"). A Oferta de Resgate Antecipado Total será operacionalizada da seguinte forma:

5.6.2 A Emissora realizará a Oferta de Resgate Antecipado por meio de comunicação individual enviada aos Debenturistas, com cópia para o Agente Fiduciário, ou publicação de anúncio, nos termos da Cláusula 4.19 acima ("Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado") com 30 (trinta) dias de antecedência da data em que se pretende realizar a Oferta de Resgate Antecipado, sendo que na referida comunicação deverá constar: (i) que a Oferta de Resgate Antecipado será relativa à totalidade das Debêntures, abrangendo todas as séries; (ii) o valor do prêmio de resgate, caso existente, que não poderá ser negativo; (iii) forma e prazo limite de manifestação, à Emissora com cópia ao Agente Fiduciário, pelo Debenturista que aceitar a adesão à Oferta de Resgate Antecipado; (iv) a data efetiva para o resgate das Debêntures e pagamento aos Debenturistas, que deverá ser um Dia Útil; e (v) demais informações necessárias para tomada de decisão e operacionalização pelos Debenturistas.

5.6.3 Após a publicação dos termos da Oferta de Resgate Antecipado Total, os Debenturistas que optarem pela adesão à referida oferta terão que se manifestar à Emissora no prazo e forma dispostos na Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado, a qual ocorrerá em uma única data para todas as Debêntures objeto da Oferta de Resgate Antecipado Total, observado que a Emissora somente poderá resgatar antecipadamente a quantidade de Debêntures que tenha sido indicada por seus respectivos titulares em adesão à Oferta de Resgate Antecipado Total.

5.6.4 A Emissora poderá condicionar a Oferta de Resgate Antecipado Total à aceitação deste por um percentual mínimo de Debêntures, a ser por ela definido quando da realização da Oferta de Resgate Antecipado. Tal percentual deverá estar estipulado na Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado.

5.6.5 O valor a ser pago aos Debenturistas será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou

Esta escritura foi elaborada, inicialmente, segundo as regras e procedimentos do Guia ANBIMA de Melhores Práticas de padronização para cálculo de debêntures não conversíveis, sendo passível de modificação por meio de eventuais aditamentos e alterações posteriores a partir desta data.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: VALID SOLUÇÕES S A

NIRE: 333.0027799-4 Protocolo: 00-2021/124475-9 Data do protocolo: 12/05/2021

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 27/05/2021 SOB O NÚMERO ED333006960000 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 452A8C4FF5389CDB6362DC2ADF161E4741A1939EA4D2732F339F5A31743040F8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o n° de protocolo.



Pag. 031/117



saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido (i) da respectiva Remuneração e demais encargos devidos e não pagos até a data da Oferta de Resgate Antecipado, calculado *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade da respectiva série, ou a Data do Pagamento da Remuneração da respectiva série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate das Debêntures objeto da Oferta de Resgate Antecipado Total, e (ii) se for o caso, do prêmio de resgate indicado na Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado.

5.6.6 As Debêntures resgatadas pela Emissora no âmbito da Oferta de Resgate Antecipado, conforme previsto nesta Cláusula, serão obrigatoriamente canceladas. As Debêntures que não tenham sido efetivamente subscritas e integralizadas até a Oferta de Resgate Antecipado serão automática e obrigatoriamente canceladas.

5.6.7 O resgate antecipado total proveniente da Oferta de Resgate Antecipado para as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3 seguirá os procedimentos de liquidação adotados por ela. Caso as Debêntures não estejam custodiadas eletronicamente na B3, será realizado por meio do Escriturador.

5.6.8 A B3 e a ANBIMA deverão ser notificadas pela Emissora sobre a realização de resgate antecipado proveniente da Oferta de Resgate Antecipado com antecedência mínima de 3 (três) Dias Úteis da efetiva data de sua realização, por meio de correspondência com o de acordo do Agente Fiduciário.

5.7 Aquisição Facultativa. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures da Primeira Série e/ou Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476 e na regulamentação aplicável da CVM, incluindo os termos da Instrução CVM nº 620, de 17 de março de 2020, conforme alterada (“Instrução CVM 620”), e desde que observe as eventuais regras expedidas pela CVM, devendo tal fato, se assim exigido pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora. As Debêntures adquiridas pela Emissora de acordo com esta Cláusula poderão, a critério da Emissora, ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado, observadas as restrições impostas pela Instrução CVM 476. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures da respectiva série.

Esta escritura foi elaborada, inicialmente, segundo as regras e procedimentos do Guia ANBIMA de Melhores Práticas de padronização para cálculo de debêntures não conversíveis, sendo passível de modificação por meio de eventuais aditamentos e alterações posteriores a partir desta data.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: VALID SOLUÇÕES S A

NIRE: 333.0027799-4 Protocolo: 00-2021/124475-9 Data do protocolo: 12/05/2021

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 27/05/2021 SOB O NÚMERO ED333006960000 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 452A8C4FF5389CDB6362DC2ADF161E4741A1939EA4D2732F339F5A31743040F8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



Pag. 032/117



6. VENCIMENTO ANTECIPADO

6.1 Vencimento Antecipado. Sujeito ao disposto nas Cláusulas 6.1.1 a 6.1.2 abaixo, o Agente Fiduciário poderá considerar antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures, e exigir o imediato pagamento, pela Companhia, do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração da respectiva série, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade ou a Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior da respectiva série, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo, quando for o caso, dos Encargos Moratórios, na ocorrência de quaisquer dos eventos previstos nas Cláusulas 6.1.1 e 6.1.2 abaixo (cada evento, um “Evento de Inadimplemento”).

6.1.1 Constituem Eventos de Inadimplemento que acarretam o vencimento automático das obrigações decorrentes das Debêntures, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial, aplicando-se o disposto na Cláusula 6.1.3 abaixo:

- I.** descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures, à Escritura de Emissão e/ou ao Contrato de Garantia, não sanado no prazo de 1 (um) Dia Útil contado da data do respectivo vencimento;
- II.** caso ocorra (i) a extinção, dissolução e/ou liquidação da Emissora e/ou de sociedade(s) pertencente(s) ao Grupo Econômico da Emissora (para fins do disposto nesta Escritura de Emissão, “Grupo Econômico” significa quaisquer sociedades controladas e/ou sociedades sob o controle comum da Emissora, direta ou indiretamente), desde que tal(is) empresa(s) represente(m), individual ou conjuntamente, em uma ou mais operações, 15% (quinze por cento) ou mais da receita líquida consolidada, tanto de operações nacionais quanto no exterior, da Emissora até o cumprimento integral de todas as obrigações previstas nesta Escritura de Emissão (“Controlada(s) Relevante(s)”), (ii) a decretação de falência da Emissora e/ou de qualquer de suas Controladas Relevantes; (iii) o pedido de autofalência, por parte da Emissora e/ou de qualquer de suas Controladas Relevantes; (iv) o pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e/ou de qualquer de suas Controladas Relevantes e não devidamente solucionado por meio de pagamento ou depósito, rejeição do pedido, suspensão dos efeitos da declaração da falência, ou por outro meio, nos prazos legais aplicáveis; (v) a apresentação de pedido, por parte da Emissora e/ou de qualquer de suas Controladas Relevantes, de plano de recuperação extrajudicial a seus credores, independentemente de ter sido requerida homologação judicial do referido plano; (vi) o ingresso pela Emissora e/ou por qualquer de suas Controladas Relevantes em juízo com

Esta escritura foi elaborada, inicialmente, segundo as regras e procedimentos do Guia ANBIMA de Melhores Práticas de padronização para cálculo de debêntures não conversíveis, sendo passível de modificação por meio de eventuais aditamentos e alterações posteriores a partir desta data.



requerimento de recuperação judicial, independentemente de seu deferimento por juiz competente; ou (vii) qualquer evento análogo que caracterize estado de insolvência da Emissora e/ou de qualquer de suas Controladas Relevantes, incluindo acordo de credores, nos termos da legislação aplicável;

- III.** descumprimento de decisão judicial, administrativa ou arbitral, de natureza condenatória, contra a Emissora e/ou qualquer de suas controladas, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), reajustado a cada período de 12 (doze) meses contados da Data de Emissão, com base no Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA") ou outro índice que venha a substituí-lo, ou seu equivalente em outra moeda, nesta hipótese, desde que o efeito suspensivo não tenha sido concedido pelo juízo competente ao respectivo(s) recurso interposto contra referida decisão;
- IV.** decretação de vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação da Emissora e/ou de suas sociedades controladas, controladoras ou sob controle comum, de forma direta ou indireta ("Afiliadas"), contraídas no mercado financeiro ou de capitais, local ou internacional, que envolva o pagamento de quantia igual ou superior, individual ou agregado, a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), reajustado a cada período de 12 (doze) meses contados da Data de Emissão, com base no IPCA ou outro índice que venha a substituí-lo, ou seu equivalente em outra moeda;
- V.** protesto de títulos contra a Emissora e/ou contra qualquer de suas controladas cujo valor não pago, individual ou agregado, ultrapasse R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), reajustado a cada período de 12 (doze) meses contados da Data de Emissão, com base no IPCA ou outro índice que venha a substituí-lo, ou seu equivalente em outra moeda, salvo se o protesto tiver: a) sido cancelado e/ou sustado, elidido e/ou caso a Emissora não tenha obtido um efeito suspensivo no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados da data do respectivo protesto; e b) tenha sido efetuado por erro e desde que tenha sido tomada medida judicial adequada para a anulação e tenha sustação de seus efeitos;
- VI.** ocorrência de fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações ou qualquer outra forma de reorganização ou reestruturação societária envolvendo diretamente a Emissora e/ou suas Controladas Relevantes sem a prévia anuência de Debenturistas que representem 70% (setenta por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, exceto se (a) cumulativamente: (i) a sociedade resultante e/ou a sociedade sucessora permaneça sob o controle direto ou indireto da Emissora; e (ii) a liquidação, dissolução,

Esta escritura foi elaborada, inicialmente, segundo as regras e procedimentos do Guia ANBIMA de Melhores Práticas de padronização para cálculo de debêntures não conversíveis, sendo passível de modificação por meio de eventuais aditamentos e alterações posteriores a partir desta data.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: VALID SOLUÇÕES S A

NIRE: 333.0027799-4 Protocolo: 00-2021/124475-9 Data do protocolo: 12/05/2021

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 27/05/2021 SOB O NÚMERO ED333006960000 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 452A8C4FF5389CDB6362DC2ADF161E4741A1939EA4D2732F339F5A31743040F8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o n° de protocolo.



Pag. 034/117



cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações ou qualquer forma de reorganização societária não afete de maneira relevante a capacidade da Emissora (ou de sua sucessora) de cumprir as obrigações decorrentes da Emissão; e (b) relacionadas à venda, total ou parcial, dos ativos da Emissora na Argentina, Estados Unidos e Colômbia, a qual está expressamente autorizada por meio desta Escritura e não dependerá de nenhuma aprovação dos Debenturistas;

- VII.** a ocorrência de alteração na composição societária da Emissora que resulte na existência de controle ou bloco de controle da Emissora, sem a prévia anuência de Debenturistas que representem 70% (setenta por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação. Entende-se por "controle" o conceito de controle majoritário decorrente do artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações;
- VIII.** inadimplemento ou mora de qualquer dívida financeira ou qualquer obrigação pecuniária em qualquer acordo ou contrato do qual a Emissora e/ou suas Afiliadas sejam parte como devedora ou garantidora, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), reajustado a cada período de 12 (doze) meses contados da Data de Emissão, com base no IPCA ou outro índice que venha a substituí-lo, ou seu equivalente em outra moeda, exceto se sanado no prazo de cura específico no respectivo acordo ou contrato;
- IX.** descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária relativa às Debêntures, a esta Escritura de Emissão e/ou ao Contrato de Garantia, não sanado no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados da data do referido descumprimento (observados eventuais prazos de cura específicos previstos nesta Escritura de Emissão, conforme aplicável);
- X.** caso os recursos referentes ao *Cash Collateral* não sejam depositados na Conta Vinculada no prazo de 1 (um) Dia Útil da Data de Integralização de cada uma das séries;
- XI.** redução do capital social da Emissora nos termos do artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações;
- XII.** transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos do artigo 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- XIII.** aplicação dos recursos oriundos da Emissão em destinação diversa da descrita na Cláusula 3.2 acima;

Esta escritura foi elaborada, inicialmente, segundo as regras e procedimentos do Guia ANBIMA de Melhores Práticas de padronização para cálculo de debêntures não conversíveis, sendo passível de modificação por meio de eventuais aditamentos e alterações posteriores a partir desta data.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: VALID SOLUÇÕES S A

NIRE: 333.0027799-4 Protocolo: 00-2021/124475-9 Data do protocolo: 12/05/2021

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 27/05/2021 SOB O NÚMERO ED333006960000 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 452A8C4FF5389CDB6362DC2ADF161E4741A1939EA4D2732F339F5A31743040F8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o n° de protocolo.



Pag. 035/117



- XIV.** a Emissora transferir ou por qualquer forma ceder a terceiros os direitos e obrigações, no todo ou em parte, decorrentes dos documentos da Emissão ou da Oferta, sem a prévia anuência de Debenturistas que representem 70% (setenta por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;
- XV.** se esta Escritura de Emissão e/ou o Contrato de Garantia (no caso do Contrato de Garantia, se aprovada a Garantia Real pela Assembleia Geral de Acionistas da Companhia, nos termos da Cláusula 4.22 acima), ou se qualquer disposição destes, for totalmente revogada, rescindida, se tornar nula ou inexecutável ou deixar de estar em pleno efeito ou vigor, em cada caso, de modo que comprometa ou deteriore os direitos dos Debenturistas, no âmbito desta Escritura de Emissão;
- XVI.** constituição de penhor, alienação fiduciária, cessão fiduciária, usufruto, fideicomisso, promessa de venda, opção de compra, direito de preferência, encargo, gravame ou ônus sobre quaisquer dos bens ou direitos objeto do Contrato de Garantia (neste último caso, se aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas da Companhia), ainda que sob condição suspensiva;
- XVII.** caso a Garantia Real (se aprovada pela Assembleia Geral de Acionistas da Emissora) se tornar ineficaz, inexecutável, inválida ou insuficiente, bem como a ocorrência de quaisquer eventos que afetem de forma material tais Garantias Reais ou o cumprimento das disposições contidas no Contrato de Garantia;
- XVIII.** questionamento judicial, pela Emissora e/ou por suas coligadas e/ou por qualquer de suas Afiliadas, sobre a validade, eficácia e/ou exequibilidade desta Escritura de Emissão e/ou do Contrato de Garantia, bem como de quaisquer das obrigações estabelecidas por referidos instrumentos;
- XIX.** violação pela Emissora e/ou suas Afiliadas, seus conselheiros e diretores, e/ou investigação, inquérito ou procedimento administrativo ou judicial instaurado contra tais pessoas envolvendo qualquer lei ou regulamento contra prática de corrupção ou atos lesivos à administração pública, incluindo, mas sem limitação, o previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, conforme alterada, no Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015, na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, conforme alterada, na Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, conforme alterada, Decreto-Lei nº 2.848/1940, na *U.S. Foreign Corrupt Practices Act of 1977 (FCPA)* e no *UK Bribery*

Esta escritura foi elaborada, inicialmente, segundo as regras e procedimentos do Guia ANBIMA de Melhores Práticas de padronização para cálculo de debêntures não conversíveis, sendo passível de modificação por meio de eventuais aditamentos e alterações posteriores a partir desta data.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: VALID SOLUÇÕES S A

NIRE: 333.0027799-4 Protocolo: 00-2021/124475-9 Data do protocolo: 12/05/2021

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 27/05/2021 SOB O NÚMERO ED333006960000 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 452A8C4FF5389CDB6362DC2ADF161E4741A1939EA4D2732F339F5A31743040F8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



Pag. 036/117



Act, conforme aplicável (em conjunto "Leis Anticorrupção"), e/ou inclusão da Emissora e/ou suas Afiliadas, conforme aplicável, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS ou no Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP; e

- XX.** descumprimento pela Emissora e/ou suas Afiliadas da obrigação de (i) manter políticas e procedimentos internos que assegurem integral cumprimento das Leis Anticorrupção por seus funcionários e eventuais subcontratados, (ii) dar conhecimento pleno de tais normas a todos os seus funcionários, subcontratados e/ou os demais prestadores de serviços que venham a se relacionar; (iii) abster-se de praticar atos de corrupção e de agir de forma lesiva à administração pública, nacional ou estrangeira; e (iv), caso tenha conhecimento de qualquer ato ou fato que viole aludidas normas, comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário, que poderá tomar todas as providências que entender necessárias.

6.1.2 Constituem Eventos de Inadimplemento que podem acarretar o vencimento das obrigações decorrentes das Debêntures, aplicando-se o disposto na Cláusula 6.1.4 abaixo, quaisquer dos eventos previstos em lei e/ou qualquer dos seguintes Eventos de Inadimplemento:

- I.** comprovação de que qualquer das declarações prestadas pela Emissora nesta Escritura de Emissão, no Contrato de Garantia e/ou nos demais documentos da Emissão é falsa, enganosa, incompleta, inconsistente ou incorreta;
- II.** venda, cessão, locação ou qualquer forma de alienação ou constituição de gravame (neste caso ainda que sob condição suspensiva) sobre quaisquer bens ou ativos da Emissora, excetuada a venda, total ou parcial, dos ativos da Emissora na Argentina, Estados Unidos e Colômbia, cujos recursos serão utilizados em linha com a estratégia de desalavancagem financeira da Emissora, a qual está expressamente autorizada por meio desta Escritura e não dependerá de nenhuma aprovação dos Debenturistas;
- III.** cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia perante a CVM;
- IV.** caso a Garantia Real não seja constituída e aperfeiçoada, nos termos da Cláusula 2.1.4 da presente Escritura de Emissão, no prazo de 50 (cinquenta) dias contados da data de realização da RCA da Emissora;
- V.** resgate ou amortização de ações, distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas,

Esta escritura foi elaborada, inicialmente, segundo as regras e procedimentos do Guia ANBIMA de Melhores Práticas de padronização para cálculo de debêntures não conversíveis, sendo passível de modificação por meio de eventuais aditamentos e alterações posteriores a partir desta data.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: VALID SOLUÇÕES S A

NIRE: 333.0027799-4 Protocolo: 00-2021/124475-9 Data do protocolo: 12/05/2021

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 27/05/2021 SOB O NÚMERO ED333006960000 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 452A8C4FF5389CDB6362DC2ADF161E4741A1939EA4D2732F339F5A31743040F8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o n° de protocolo.



Pag. 037/117



caso a Emissora esteja em mora com qualquer de suas obrigações estabelecidas nesta Escritura de Emissão, observados os prazos de cura estabelecidos nesta Escritura de Emissão, conforme o caso, e ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto na Lei das Sociedades por Ações;

- VI.** abandono total ou parcial e/ou paralisação na execução das atividades desenvolvidas pela Emissora ou de qualquer ativo que seja essencial à implementação ou operação de suas atividades no Brasil;
- VII.** mudança ou alteração no objeto social da Emissora que modifique as atividades principais atualmente por elas praticadas;
- VIII.** a Emissora deixar de ter suas demonstrações financeiras auditadas por auditor independente registrado na CVM;
- IX.** se a Emissora sofrer arresto, sequestro, penhora ou outras medidas com efeito prático similar, da totalidade ou de parte substancial dos seus ativos;
- X.** não renovação, não obtenção, cancelamento, revogação, extinção ou suspensão das autorizações, concessões, alvarás, subvenções ou licenças relevantes para a operação do negócio da Emissora, inclusive as ambientais e/ou as exigidas pelos órgãos regulatórios competentes para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora, exceto caso as referidas autorizações, concessões, alvarás, subvenções ou licenças, conforme o caso, estejam em processo tempestivo de obtenção ou renovação nos termos das leis e normas aplicáveis ao setor de atuação da Emissora;
- XI.** questionamento judicial, por qualquer terceiro, da validade, eficácia e/ou exequibilidade desta Escritura de Emissão e/ou do Contrato de Garantia, bem como de quaisquer das obrigações estabelecidas por referidos instrumentos;
- XII.** se esta Escritura de Emissão e/ou o Contrato de Garantia (no caso do Contrato de Garantia, se aprovada a Garantia Real pela Assembleia Geral de Acionistas da Companhia, nos termos da Cláusula 4.22 acima), ou se qualquer disposição destes, for parcialmente revogada, rescindida, se tornar nula ou inexecutável ou deixar de estar em pleno efeito ou vigor, em cada caso, de modo que comprometa ou deteriore os direitos dos Debenturistas, no âmbito desta Escritura de Emissão;
- XIII.** não atendimento, pela Emissora, por 1 (um) trimestre, de qualquer dos índices

Esta escritura foi elaborada, inicialmente, segundo as regras e procedimentos do Guia ANBIMA de Melhores Práticas de padronização para cálculo de debêntures não conversíveis, sendo passível de modificação por meio de eventuais aditamentos e alterações posteriores a partir desta data.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: VALID SOLUÇÕES S A

NIRE: 333.0027799-4 Protocolo: 00-2021/124475-9 Data do protocolo: 12/05/2021

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 27/05/2021 SOB O NÚMERO ED333006960000 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 452A8C4FF5389CDB6362DC2ADF161E4741A1939EA4D2732F339F5A31743040F8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o n° de protocolo.



Pag. 038/117



financeiros relacionados a seguir (“Índices Financeiros”), a serem confirmados com base nas informações trimestrais constantes das Informações Trimestrais – ITR e/ou das Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP consolidadas divulgadas pela Emissora, elaboradas em conformidade com o disposto na Lei das Sociedades por Ações e auditadas e/ou o objeto de revisão limitada por auditor independente registrado na CVM, sendo que a primeira verificação para fins deste subitem ocorrerá com relação ao período findo em 31 de dezembro de 2021:

- I. Dívida Financeira Líquida / EBITDA menor ou igual a 3,00; e
- II. EBITDA / Despesa Financeira Líquida maior ou igual a 1,75.

Para os efeitos do disposto no subitem (t) acima, aplicar-se-ão as seguintes definições:

“Dívida Financeira Líquida” significa a soma de (i) empréstimos e financiamentos, incluindo arrendamentos; (ii) obrigações comprovadas com o fundo de pensão dos empregados da Emissora (não considerando para fins desta definição o passivo atuarial); (iii) saldo líquido de operações de derivativos (i.e., passivos menos ativos de operações com derivativos); (iv) dívidas oriundas de quaisquer emissões de debêntures e/ou notas promissórias comerciais da Emissora; e (v) dívidas com pessoas ligadas listadas no passivo da Emissora, líquidas dos créditos com pessoas ligadas listadas no ativo da Emissora, excluindo-se os valores referentes aos contratos que não sejam mútuos, empréstimos e/ou financiamentos firmados com essas pessoas ligadas e desde que descritos em notas explicativas das demonstrações financeiras consolidadas da Emissora; menos o resultado da soma (i) do numerário disponível em caixa da Emissora; (ii) dos saldos líquidos de contas correntes bancárias credoras e devedoras da Emissora; e (iii) dos saldos de aplicações financeiras da Emissora.

“EBITDA” significa o lucro ou prejuízo líquido relativo a um período de 12 (doze) meses, antes da contribuição social e imposto de renda, subtraindo-se as receitas e adicionando-se as despesas geradas pelos resultados financeiros, depreciação, amortização e outros resultados operacionais.

“Despesa Financeira Líquida” significa os encargos de dívida, incluindo arrendamentos, acrescidos das variações monetárias, deduzidas as rendas de aplicações financeiras, todos estes relativos aos itens descritos na definição de Dívida Financeira Líquida acima e calculados pelo regime de competência ao longo dos últimos 12 (doze) meses.

XIV. descumprimento da legislação em vigor aplicável à Emissora sobre exploração de

Esta escritura foi elaborada, inicialmente, segundo as regras e procedimentos do Guia ANBIMA de Melhores Práticas de padronização para cálculo de debêntures não conversíveis, sendo passível de modificação por meio de eventuais aditamentos e alterações posteriores a partir desta data.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: VALID SOLUÇÕES S A

NIRE: 333.0027799-4 Protocolo: 00-2021/124475-9 Data do protocolo: 12/05/2021

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 27/05/2021 SOB O NÚMERO ED333006960000 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 452A8C4FF5389CDB6362DC2ADF161E4741A1939EA4D2732F339F5A31743040F8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o n° de protocolo.



Pag. 039/117



trabalho forçado e/ou mão de obra infantil e trabalho análogo à escravidão, bem como a realização de ações ou medidas pela Emissora que incentivem a prostituição; e

- XV.** descumprimento pela Emissora de qualquer obrigação referente a leis, regulamentos e demais normas ambientais (incluindo, mas não se limitando à legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA) e trabalhistas em vigor aplicáveis à condução de seus negócios, exceto por aquelas obrigações que estejam sendo questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial e para as quais tenha sido obtido o efeito suspensivo.

6.1.3 Ocorrendo quaisquer dos Eventos de Inadimplemento previstos na Cláusula 6.1.1 acima, as obrigações decorrentes das Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial.

6.1.4 Ocorrendo quaisquer dos Eventos de Inadimplemento previstos na Cláusula 6.1.2 acima, o Agente Fiduciário e/ou a Emissora deverão, inclusive para fins do disposto na Cláusula 8.6, convocar, no prazo máximo de 3 (três) Dias Úteis contados da data em que constatar sua ocorrência, Assembleia Geral de Debenturistas, a se realizar no prazo mínimo previsto em lei. Se, na referida Assembleia Geral de Debenturistas, Debenturistas representando, no mínimo, 70% (setenta por cento) Debêntures em Circulação, decidirem por não declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, o Agente Fiduciário não deverá considerar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures; caso contrário, ou em caso de não instalação, em segunda convocação, da referida Assembleia Geral de Debenturistas, ou em caso de não obtenção de quórum de deliberação, o Agente Fiduciário deverá, imediatamente, considerar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.

6.2 Na ocorrência de qualquer vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, a Companhia se obriga a pagar a totalidade das Debêntures, mediante o pagamento do respectivo Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da respectiva Remuneração das Debêntures, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade ou a data de pagamento de Remuneração das Debêntures imediatamente anterior da respectiva série, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo do pagamento dos Encargos Moratórios, quando for o caso, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia nos termos desta Escritura de Emissão, no prazo de até 1 (um) Dia Útil contado da data do vencimento antecipado, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios,

Esta escritura foi elaborada, inicialmente, segundo as regras e procedimentos do Guia ANBIMA de Melhores Práticas de padronização para cálculo de debêntures não conversíveis, sendo passível de modificação por meio de eventuais aditamentos e alterações posteriores a partir desta data.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: VALID SOLUÇÕES S A

NIRE: 333.0027799-4 Protocolo: 00-2021/124475-9 Data do protocolo: 12/05/2021

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 27/05/2021 SOB O NÚMERO ED333006960000 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 452A8C4FF5389CDB6362DC2ADF161E4741A1939EA4D2732F339F5A31743040F8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o n° de protocolo.



Pag. 040/117



fora do âmbito da B3. A B3 deverá ser comunicada, por meio de correspondência da Companhia, em conjunto com o Agente Fiduciário, da ocorrência do vencimento antecipado.

6.3 Caso o pagamento da totalidade das Debêntures previsto na cláusula acima seja realizado por meio da B3, a Companhia deverá comunicar a B3, por meio de correspondência em conjunto com o Agente Fiduciário, sobre o tal pagamento, com, no mínimo, 3 (três) Dias Úteis de antecedência da data estipulada para a sua realização.

7. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA COMPANHIA

7.1 A Companhia está adicionalmente obrigada a:

- I.** cumprir todos os requisitos e obrigações estabelecidos nesta Escritura de Emissão e na regulamentação em vigor pertinente à matéria, em especial as obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476;
- II.** enviar à CVM informações periódicas e eventuais, verdadeiras, completas, consistentes e que não induzam o investidor a erro, nos termos da Instrução da CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480");
- III.** enviar, periodicamente: (i) o formulário cadastral; (ii) o Formulário de Referência (conforme abaixo definido); (iii) as demonstrações financeiras; (iv) o formulário de demonstrações financeiras padronizadas – DFP; (v) o formulário de informações trimestrais – ITR; e (vi) as demais informações previstas no artigo 21 da Instrução CVM 480;
- IV.** apresentar nos prazos legais ao público as decisões tomadas pela Emissora com relação a seus resultados operacionais, atividades comerciais e quaisquer outros fatos considerados relevantes nos termos da regulamentação expedida pela CVM;
- V.** fornecer todas as informações solicitadas pela CVM, pela ANBIMA e/ou pela B3, conforme o caso;
- VI.** comunicar em até 1 (um) Dia Útil ao Agente Fiduciário a ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento, bem como qualquer inadimplemento quanto ao cumprimento de qualquer de suas obrigações referentes às Debêntures ou qualquer outro evento que possa trazer prejuízo aos Debenturistas, sendo que o descumprimento desse dever pela Emissora não impedirá o Agente Fiduciário ou os Debenturistas de, a seu critério,

Esta escritura foi elaborada, inicialmente, segundo as regras e procedimentos do Guia ANBIMA de Melhores Práticas de padronização para cálculo de debêntures não conversíveis, sendo passível de modificação por meio de eventuais aditamentos e alterações posteriores a partir desta data.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: VALID SOLUÇÕES S A

NIRE: 333.0027799-4 Protocolo: 00-2021/124475-9 Data do protocolo: 12/05/2021

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 27/05/2021 SOB O NÚMERO ED333006960000 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 452A8C4FF5389CDB6362DC2ADF161E4741A1939EA4D2732F339F5A31743040F8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



Pag. 041/117



exercer seus poderes, faculdades e pretensões previstos na presente Escritura de Emissão, inclusive o de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, se for o caso;

- VII.** comunicar em até 1 (um) Dia Útil ao Agente Fiduciário qualquer condenação em decisão transitada em julgado decorrente de processo judicial, ou sentença arbitral definitiva, que afete, de forma relevante e adversa, a Emissora ou a capacidade da Emissora de cumprir suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão ou, ainda, qualquer evento, fato ou circunstância potencial que vier a ser de seu conhecimento e que possa ser considerado pela Emissora como apto a afetar a validade, legalidade ou eficácia das Debêntures, mantendo o Agente Fiduciário informado por meio de relatórios semanais, sobre o ato, a ação, o procedimento e o processo em questão e as medidas a serem tomadas;
- VIII.** comunicar em até 1 (um) Dia Útil ao Agente Fiduciário qualquer fato que seja do seu conhecimento e possa vir a afetar negativamente e de forma relevante seu desempenho financeiro e/ou operacional, atividades comerciais e/ou quaisquer outros fatos considerados relevantes, inclusive reputacionais, nos termos da regulamentação expedida pela CVM;
- XVI.** manter sua existência legal e válidas e regulares as licenças, concessões ou aprovações necessárias, inclusive ambientais, exigidas pelos órgãos regulatórios competentes ao seu regular funcionamento, exceto caso as referidas autorizações, concessões, alvarás, subvenções ou licenças, conforme o caso, estejam em processo tempestivo de obtenção ou renovação nos termos das leis e normas aplicáveis ao setor de atuação da Emissora;
- IX.** cumprir as leis, regras, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios e/ou de suas controladas, exceto por aqueles que questionadas nas esferas administrativa e/ou judicial e que tenham sua exigibilidade e efeitos suspensos por decisão judicial ou administrativa;
- X.** atender de forma eficiente às solicitações dos Debenturistas e do Agente Fiduciário, observada a sua razoabilidade;
- XI.** contratar e manter contratados, às suas expensas, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando a: (i) o Banco Liquidante; (ii) o Escriturador; (iii) o Agente Fiduciário; e (iv) os ambientes de distribuição e negociação

Esta escritura foi elaborada, inicialmente, segundo as regras e procedimentos do Guia ANBIMA de Melhores Práticas de padronização para cálculo de debêntures não conversíveis, sendo passível de modificação por meio de eventuais aditamentos e alterações posteriores a partir desta data.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: VALID SOLUÇÕES S A

NIRE: 333.0027799-4 Protocolo: 00-2021/124475-9 Data do protocolo: 12/05/2021

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 27/05/2021 SOB O NÚMERO ED333006960000 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 452A8C4FF5389CDB6362DC2ADF161E4741A1939EA4D2732F339F5A31743040F8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o n° de protocolo.



Pag. 042/117



das Debêntures nos mercados primário e secundário, respectivamente;

- XII.** não revelar informações relativas à Emissão, exceto aquilo que for necessário à consecução de seus objetivos, advertindo os destinatários sobre o caráter reservado da informação transmitida, tudo em conformidade com o disposto na regulamentação aplicável, incluindo, mas não se limitando a, o disposto na Instrução CVM 476 e no artigo 48 da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“Instrução CVM 400”), bem como abster-se de, até o envio da Comunicação de Encerramento da Emissão à CVM, utilizar as informações referentes à Emissão, exceto para fins estritamente relacionados com a preparação da Emissão;
- XIII.** abster-se de negociar valores mobiliários de sua emissão, até o envio da Comunicação de Encerramento, salvo nas hipóteses previstas no inciso II do artigo 48 da Instrução CVM 400, observadas as disposições previstas na regulamentação aplicável;
- XIV.** manter as Debêntures registradas para negociação no mercado secundário durante o seu respectivo prazo de vigência, arcando com os custos dos referidos registros;
- XV.** cumprir todas as determinações da CVM, com o envio de documentos e, ainda, prestando as informações que lhe forem solicitadas;
- XVI.** efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora de acordo com a legislação tributária aplicável;
- XVII.** manter atualizado o registro de companhia aberta na CVM e cumprir integralmente com as obrigações de envio à CVM de informações periódicas e eventuais e de divulgação e colocação de tais informações à disposição dos investidores nos termos da Instrução CVM 480;
- XVIII.** não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- XIX.** manter em vigor a estrutura de contratos necessária para lhe assegurar a manutenção de suas condições de operação e funcionamento;
- XX.** manter seus bens essenciais para o desempenho do seu objeto social adequadamente segurados por companhias de seguro de primeira linha, conforme práticas usualmente

Esta escritura foi elaborada, inicialmente, segundo as regras e procedimentos do Guia ANBIMA de Melhores Práticas de padronização para cálculo de debêntures não conversíveis, sendo passível de modificação por meio de eventuais aditamentos e alterações posteriores a partir desta data.



adotadas pela Emissora;

XXI. exceto com relação àqueles pagamentos questionados na esfera judicial ou administrativa cujo não pagamento resulte em impacto adverso relevante para suas atividades, ou para sua capacidade em honrar tempestivamente as obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal;

XXII. utilizar a parcela das Debêntures distribuídas e colocadas pelo regime de melhores esforços para, a critério da Emissora: (a) amortizar prioritariamente os Vencimentos de 2021 conforme previsto no Anexo II desta Escritura de Emissão; e (b) reforço de caixa da Emissora;

XXIII. fornecer ao Agente Fiduciário, sendo que, no caso das alíneas (i) a (iii) abaixo, tais informações também serão fornecidas por meio de disponibilização em sua página na Internet (www.valid.com.br) ou na página da CVM na Internet:

- (i) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados de sua efetiva divulgação, o que ocorrer primeiro: (i) cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes; e (ii) cópia atualizada do organograma do grupo societário da Emissora;
- (ii) dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias após o término de cada trimestre ou no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados de sua efetiva divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia de suas informações trimestrais relativas aos respectivos trimestres, acompanhada do relatório da administração e do parecer de auditoria ou relatório de revisão especial dos auditores independentes;
- (iii) nos mesmos prazos previstos na Instrução CVM 480, notificação da convocação de qualquer assembleia geral de acionistas e cópias de todas as atas de todas as assembleias gerais de acionistas, bem como a data e ordem do dia da assembleia a se realizar;
- (iv) declaração, em papel timbrado e assinada por representante legal, atestando a destinação dos recursos da presente Emissão em até 30 (trinta) dias corridos da

Esta escritura foi elaborada, inicialmente, segundo as regras e procedimentos do Guia ANBIMA de Melhores Práticas de padronização para cálculo de debêntures não conversíveis, sendo passível de modificação por meio de eventuais aditamentos e alterações posteriores a partir desta data.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: VALID SOLUÇÕES S A

NIRE: 333.0027799-4 Protocolo: 00-2021/124475-9 Data do protocolo: 12/05/2021

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 27/05/2021 SOB O NÚMERO ED333006960000 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 452A8C4FF5389CDB6362DC2ADF161E4741A1939EA4D2732F339F5A31743040F8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o n° de protocolo.



Pag. 044/117



data da efetiva destinação da totalidade dos recursos ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, indicando, inclusive, os recursos utilizados para as despesas da Emissão, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora todos os eventuais esclarecimentos e documentos adicionais que se façam necessários;

- (v) em até 10 (dez) Dias Úteis da data de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Emissora, declaração do Diretor de Relações com Investidores da Emissora ou outro representante legal estatutário, atestando (a) a veracidade e ausência de vícios no cálculo dos Índices Financeiros; (b) que permanecem válidas as disposições contidas nesta Escritura de Emissão; (c) em seu melhor conhecimento, as declarações prestadas nesta Escritura de Emissão permanecem válidas; (d) a não ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento e a existência de descumprimento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão ou em desacordo com seu estatuto social; e (e) o cumprimento da obrigação de manutenção do registro de emissor de valores mobiliários perante a CVM;
- (vi) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados das datas a que se referem as alíneas (i) e (ii) acima, o relatório consolidado da memória de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias ao acompanhamento dos Índices Financeiros, acompanhadas de demonstração do cálculo dos Índices Financeiros devidamente calculados pela Emissora;
- (vii) em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da solicitação, documentos e informações sobre a Emissora e seus ativos que o Agente Fiduciário eventualmente requeira; e
- (viii) em até 2 (dois) Dias Úteis após o seu recebimento, cópia de qualquer correspondência relevante ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora, relativa às Debêntures ou à presente Escritura de Emissão;

XXIV. convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;

XXV. notificar em até 1 (um) Dia Útil o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações prestadas na presente Escritura de Emissão tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas;

Esta escritura foi elaborada, inicialmente, segundo as regras e procedimentos do Guia ANBIMA de Melhores Práticas de padronização para cálculo de debêntures não conversíveis, sendo passível de modificação por meio de eventuais aditamentos e alterações posteriores a partir desta data.



XXVI. assegurar que os recursos líquidos obtidos com a Oferta não sejam empregados em (i) qualquer oferta, promessa ou entrega de pagamento ou outra espécie de vantagem indevido a funcionário, empregado ou agente público, partidos políticos, políticos ou candidatos políticos, em âmbito nacional ou internacional, ou a terceiros pessoas relacionadas; (ii) pagamentos que possam ser considerados como propina, abatimento ilícito, remuneração ilícita, suborno, tráfico de influência ou atos de corrupção em geral em relação a autoridades públicas nacionais e estrangeiras; e (iii) qualquer outro ato que possa ser considerado lesivo à administração pública nos termos das Leis Anticorrupção;

XXVII. até a Data de Vencimento, observar, cumprir e/ou fazer cumprir, por si, e por suas Afiliadas, suas coligadas e Representantes (conforme definido abaixo) toda e qualquer Lei Anticorrupção, bem como abster-se de (a) praticar a utilização de recursos para contribuições, doações ou despesas ilegais relativas a atividades políticas; (b) realizar qualquer pagamento ilegal, direto ou indireto, a empregados ou funcionários públicos, partidos políticos, políticos ou candidatos políticos, incluindo seus familiares, nacionais ou estrangeiros, (c) praticar quaisquer atos para obter ou manter qualquer negócio, transação ou vantagem comercial indevida; (d) violar qualquer dispositivo de qualquer lei ou regulamento contra prática de corrupção ou atos lesivos à administração pública, incluindo, sem limitação, as Leis Anticorrupção; e (e) realizar qualquer pagamento de propina, abatimento ilícito, remuneração ilícita, suborno, tráfico de influência, "caixinha" ou outro pagamento ilegal (em conjunto "Condutas Indevidas"), devendo (i) manter políticas e procedimentos internos que assegurem integral cumprimento das Leis Anticorrupção, incluindo, sem limitação, por funcionários e terceiros; (ii) dar conhecimento pleno de tais normas a todos os seus profissionais e/ou os demais prestadores de serviços que venham a se relacionar; (iii) abster-se de praticar atos de corrupção e de agir de forma lesiva à administração pública, nacional ou estrangeira; e (iv) caso tenha conhecimento de qualquer ato ou fato que viole aludidas normas, comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário, que poderá tomar todas as providências que entender necessárias;

XXVIII. cumprir e, ainda fazer com que suas Afiliadas cumpram rigorosamente a as leis, regulamentos e demais normas ambientais e trabalhistas em vigor, relativas à saúde e segurança ocupacional, inclusive no que se refere à inexistência de trabalho infantil e análogo a de escravo, discriminação de raça e gênero e direitos dos silvícolas, incluindo, mas não se limitando, ao disposto na Legislação Socioambiental (conforme definido abaixo), assim como não adotar ações que incentivem a prostituição, em

Esta escritura foi elaborada, inicialmente, segundo as regras e procedimentos do Guia ANBIMA de Melhores Práticas de padronização para cálculo de debêntures não conversíveis, sendo passível de modificação por meio de eventuais aditamentos e alterações posteriores a partir desta data.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: VALID SOLUÇÕES S A

NIRE: 333.0027799-4 Protocolo: 00-2021/124475-9 Data do protocolo: 12/05/2021

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 27/05/2021 SOB O NÚMERO ED333006960000 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 452A8C4FF5389CDB6362DC2ADF161E4741A1939EA4D2732F339F5A31743040F8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o n° de protocolo.



Pag. 046/117



especial com relação aos seus projetos e atividades de qualquer forma beneficiados pela Emissão, zelando sempre para que os trabalhadores da Emissora estejam devidamente registrados nos termos da legislação em vigor e a Emissora cumpra as obrigações decorrentes dos respectivos contratos de trabalho e da legislação trabalhista e previdenciária em vigor, mantendo, ainda, as licenças ambientais válidas e/ou dispensas e/ou protocolo junto às autoridades públicas, bem como todos os registros necessários, em conformidade com a legislação civil e ambiental aplicável, observados os prazos previstos no artigo 18, §4º, da Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 e/ou os prazos definidos pelos órgãos ambientais das jurisdições em que a Emissora atue, adotando as medidas e ações preventivas e reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ao meio ambiente e a seus trabalhadores decorrentes das atividades descritas em seu objeto social e, ainda, proceder a todas as diligências exigidas para suas atividades econômicas, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais que, subsidiariamente, venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor;

XXIX. ressarcir, independentemente de culpa, os Debenturistas de qualquer quantia que estes sejam compelidos a pagar em razão de dano ambiental decorrente de suas atividades, bem como a indenizar os Debenturistas por qualquer perda ou dano que estes venham comprovadamente a sofrer em decorrência do referido dano ambiental;

XXX. não praticar qualquer ato em desacordo com seu estatuto social ou com a presente Escritura de Emissão, em especial atos que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os Debenturistas, nos termos desta Escritura de Emissão, não realizar operações fora de seu objeto social ou em desacordo com seu objeto social, observadas as disposições estatutária, legais e regulamentares em vigor, abaixo;

XXXI. não omitir qualquer fato de qualquer natureza que seja de seu conhecimento e que cause alteração substancial na situação econômico-financeira, reputacional, operacional ou jurídica da Emissora em prejuízo dos Debenturistas;

XXXII. enviar o organograma, todos os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório anual, conforme Resolução CVM nº 17, de 09 de fevereiro de 2021 ("Resolução CVM nº 17"), que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização na CVM. O referido relatório do

Esta escritura foi elaborada, inicialmente, segundo as regras e procedimentos do Guia ANBIMA de Melhores Práticas de padronização para cálculo de debêntures não conversíveis, sendo passível de modificação por meio de eventuais aditamentos e alterações posteriores a partir desta data.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: VALID SOLUÇÕES S A

NIRE: 333.0027799-4 Protocolo: 00-2021/124475-9 Data do protocolo: 12/05/2021

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 27/05/2021 SOB O NÚMERO ED333006960000 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 452A8C4FF5389CDB6362DC2ADF161E4741A1939EA4D2732F339F5A31743040F8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



Pag. 047/117



grupo societário da Emissora deverá conter, inclusive, controladores, controladas, controle comum, coligadas, e integrante de bloco de controle, no encerramento de cada exercício social;

XXXIII. manter em adequado funcionamento órgão para atender, de forma eficiente, aos Debenturistas ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;

XXXIV. não constituir qualquer tipo de garantia, ônus ou gravame sobre valores mobiliários representativos de dívida de sua emissão no âmbito de operações conduzidas no mercado de capitais, que confirmam aos credores da respectiva emissão ou oferta qualquer prioridade ou preferência sobre os créditos decorrentes das Debêntures, exceto com a prévia anuência de Debenturistas que representem 70% (setenta por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação; e

XXXV. após a aprovação em sede de Assembleia Geral de Acionistas da Emissora, a Emissora deverá celebrar o Contrato de Cessão Fiduciária nos termos descritos na Cláusula 2.1.4 acima.

7.2 Sem prejuízo das demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, a Companhia está adicionalmente obrigada a, nos termos do artigo 17 da Instrução CVM 476:

- I.** preparar as demonstrações financeiras consolidadas da Emissora relativas a cada exercício social, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
- II.** submeter as demonstrações financeiras consolidadas da Emissora a auditoria, por auditor independente registrado na CVM;
- III.** divulgar, em sua página na rede mundial de computadores (www.valid.com.br) e no sistema disponibilizado pela B3, até o dia anterior ao início das negociações das Debêntures, as demonstrações financeiras consolidadas da Emissora, acompanhadas de notas explicativas e do relatório dos auditores independentes, relativas aos 3 (três) últimos exercícios sociais encerrados;
- IV.** divulgar, em sua página na rede mundial de computadores (www.valid.com.br) e no sistema disponibilizado pela B3, as demonstrações financeiras consolidadas da Emissora subsequentes, acompanhadas de notas explicativas e relatório dos auditores

Esta escritura foi elaborada, inicialmente, segundo as regras e procedimentos do Guia ANBIMA de Melhores Práticas de padronização para cálculo de debêntures não conversíveis, sendo passível de modificação por meio de eventuais aditamentos e alterações posteriores a partir desta data.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: VALID SOLUÇÕES S A

NIRE: 333.0027799-4 Protocolo: 00-2021/124475-9 Data do protocolo: 12/05/2021

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 27/05/2021 SOB O NÚMERO ED333006960000 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 452A8C4FF5389CDB6362DC2ADF161E4741A1939EA4D2732F339F5A31743040F8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o n° de protocolo.



Pag. 048/117



- independentes, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
- V.** observar as disposições da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no que se refere ao dever de sigilo e às vedações à negociação;
 - VI.** divulgar, em sua página na rede mundial de computadores (www.valid.com.br) e no sistema disponibilizado pela B3, a ocorrência de qualquer ato ou fato relevante, conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM 358;
 - VII.** fornecer todas as informações solicitadas pela CVM e pela B3;
 - VIII.** divulgar, em sua página na rede mundial de computadores (www.valid.com.br), o relatório anual do Agente Fiduciário e demais comunicações enviadas pelo Agente Fiduciário na mesma data do seu recebimento, observado, ainda, o disposto no item IV acima;
 - IX.** observar as disposições da regulamentação específica editada pela CVM, caso seja convocada, para realização de modo parcial ou exclusivamente digital, Assembleia Geral de Debenturistas.

8. AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1 A Companhia nomeia e constitui agente fiduciário da Emissão o Agente Fiduciário, qualificado no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que assina nessa qualidade e, neste ato, e na melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, representar a comunhão dos Debenturistas, declarando que:

- I.** é instituição financeira devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações, de acordo com as leis brasileiras;
- II.** está devidamente autorizado e obteve todas as autorizações, inclusive, conforme aplicável, legais, societárias e regulatórias, necessárias à celebração desta Escritura de Emissão e ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais, societários e regulatórios necessários para tanto;
- III.** o(s) representante(s) legal(is) do Agente Fiduciário que assina(m) esta Escritura de Emissão tem(têm), conforme o caso, poderes societários e/ou delegados para assumir,

Esta escritura foi elaborada, inicialmente, segundo as regras e procedimentos do Guia ANBIMA de Melhores Práticas de padronização para cálculo de debêntures não conversíveis, sendo passível de modificação por meio de eventuais aditamentos e alterações posteriores a partir desta data.



em nome do Agente Fiduciário, as obrigações aqui previstas e, sendo mandatário(s), tem(têm) os poderes legitimamente outorgados, estando o(s) respectivo(s) mandato(s) em pleno vigor;

- IV.** esta Escritura de Emissão e as obrigações aqui previstas constituem obrigações lícitas, válidas, vinculantes e eficazes do Agente Fiduciário, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- V.** a celebração, os termos e condições desta Escritura de Emissão e o cumprimento das obrigações aqui previstas (a) não infringem o estatuto social do Agente Fiduciário; (b) não infringem qualquer contrato ou instrumento do qual o Agente Fiduciário seja parte e/ou pelo qual qualquer de seus ativos esteja sujeito; (c) não infringem qualquer disposição legal ou regulamentar a que o Agente Fiduciário e/ou qualquer de seus ativos esteja sujeito; e (d) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete o Agente Fiduciário e/ou qualquer de seus ativos;
- VI.** aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- VII.** conhece e aceita integralmente esta Escritura de Emissão e todos os seus termos e condições;
- VIII.** verificou a consistência das informações contidas nesta Escritura de Emissão, com base nas informações prestadas pela Companhia;
- IX.** estar ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM, incluindo a Circular do Banco Central do Brasil nº 1.832, de 31 de outubro de 1990;
- X.** assegura e assegurará, nos termos do parágrafo 1º do artigo 6º da Resolução CVM nº 17, tratamento equitativo a todos os Debenturistas de eventuais emissões de valores mobiliários realizadas pela Emissora, sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora, em que venha atuar na qualidade de agente fiduciário;
- XI.** não tem, sob as penas de lei, qualquer impedimento legal, conforme o artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, a Resolução CVM nº 17 e demais normas aplicáveis, para exercer a função que lhe é conferida;

Esta escritura foi elaborada, inicialmente, segundo as regras e procedimentos do Guia ANBIMA de Melhores Práticas de padronização para cálculo de debêntures não conversíveis, sendo passível de modificação por meio de eventuais aditamentos e alterações posteriores a partir desta data.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: VALID SOLUÇÕES S A

NIRE: 333.0027799-4 Protocolo: 00-2021/124475-9 Data do protocolo: 12/05/2021

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 27/05/2021 SOB O NÚMERO ED333006960000 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 452A8C4FF5389CDB6362DC2ADF161E4741A1939EA4D2732F339F5A31743040F8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



Pag. 050/117



XII. não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 6º da Resolução CVM nº 17;

XIII. não tem qualquer ligação com a Companhia que o impeça de exercer suas funções; e

XIV. na data de celebração desta Escritura de Emissão, conforme organograma encaminhado pela Companhia, o Agente Fiduciário identificou que presta serviços de agente fiduciário na seguinte emissão pública de valores mobiliários, realizada pela Emissora:

Emissora: VALID SOLUÇÕES S.A. (nova denominação de VALID SOLUÇÕES E SERV. DE SEG. EM MEIOS DE PAG. E IDENTIFIC	
Ativo: Debênture	
Série: 1	Emissão: 7
Volume na Data de Emissão: R\$ 360.000.000,00	Quantidade de ativos: 36000
Data de Vencimento: 04/06/2023	
Taxa de Juros: 115% do CDI.	
Status: ATIVO	
Inadimplementos no período: Não ocorreram inadimplementos no período.	

8.2 O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de celebração desta Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a integral quitação das obrigações da Companhia nos termos desta Escritura de Emissão, ou, ainda, até sua efetiva substituição.

8.3 Em caso de impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação extrajudicial, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, aplicam-se as seguintes regras:

I. os Debenturistas podem substituir o Agente Fiduciário e indicar seu substituto a qualquer tempo após o encerramento da Oferta, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;

II. caso o Agente Fiduciário não possa continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar imediatamente o fato à Companhia e aos Debenturistas, mediante convocação de Assembleia Geral de Debenturistas, solicitando sua substituição;

III. caso o Agente Fiduciário renuncie às suas funções, deverá permanecer no exercício de suas funções até que uma instituição substituta seja indicada pela Companhia e

Esta escritura foi elaborada, inicialmente, segundo as regras e procedimentos do Guia ANBIMA de Melhores Práticas de padronização para cálculo de debêntures não conversíveis, sendo passível de modificação por meio de eventuais aditamentos e alterações posteriores a partir desta data.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: VALID SOLUÇÕES S A

NIRE: 333.0027799-4 Protocolo: 00-2021/124475-9 Data do protocolo: 12/05/2021

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 27/05/2021 SOB O NÚMERO ED333006960000 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 452A8C4FF5389CDB6362DC2ADF161E4741A1939EA4D2732F339F5A31743040F8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



Pag. 051/117



aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas, e assuma efetivamente as suas funções;

- IV.** será realizada, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas, para a escolha do novo agente fiduciário, que deverá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, podendo ser convocada por Debenturistas representando, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação; na hipótese da convocação não ocorrer no prazo de até 15 (quinze) dias antes do término do prazo aqui previsto, caberá à Companhia realizá-la; em casos excepcionais, a CVM pode proceder à convocação da Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário ou nomear substituto provisório;
- V.** a substituição do Agente Fiduciário deverá ser comunicada à CVM no prazo de até 7 (sete) Dias Úteis contados da data de inscrição do aditamento a esta Escritura de Emissão na JUCERJA, juntamente com a declaração e as demais informações exigidas nos termos da Resolução CVM nº 17;
- VI.** os pagamentos ao Agente Fiduciário substituído serão realizados observando-se a proporcionalidade ao período da efetiva prestação dos serviços;
- VII.** o agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso (a) a Companhia não tenha concordado com o novo valor da remuneração do agente fiduciário proposto pela Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere o inciso IV acima; ou (b) a Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere o inciso IV acima não delibere sobre a matéria;
- VIII.** o agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la à Companhia e aos Debenturistas nos termos da Cláusula 4.19 acima e da Cláusula 11.2 abaixo; e
- IX.** aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados da CVM.

Esta escritura foi elaborada, inicialmente, segundo as regras e procedimentos do Guia ANBIMA de Melhores Práticas de padronização para cálculo de debêntures não conversíveis, sendo passível de modificação por meio de eventuais aditamentos e alterações posteriores a partir desta data.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: VALID SOLUÇÕES S A

NIRE: 333.0027799-4 Protocolo: 00-2021/124475-9 Data do protocolo: 12/05/2021

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 27/05/2021 SOB O NÚMERO ED333006960000 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 452A8C4FF5389CDB6362DC2ADF161E4741A1939EA4D2732F339F5A31743040F8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



Pag. 052/117



8.4 Pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário, ou a instituição que vier a substituí-lo nessa qualidade:

I. receberá uma remuneração:

(a) serão devidas parcelas anuais de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), devida pela Companhia, sendo que o primeiro pagamento deverá ser realizado em até 5 (cinco) Dias Úteis da data de assinatura desta Escritura de Emissão, e as demais parcelas serão devidas nas mesmas datas dos anos subsequentes, calculadas *pro rata die*, se necessário. A primeira parcela de honorários será devida ainda que a operação não seja integralizada, a título de estruturação e implantação. Tais pagamentos serão devidos mesmo após o vencimento final das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja exercendo atividades inerentes a sua função em relação à Emissão, remuneração essa que será calculada *pro rata die*;

(b) em caso de necessidade de realização de Assembleia Geral de Debenturistas, ou celebração de aditamentos ou instrumentos legais relacionados à emissão, será devida ao Agente Fiduciário uma remuneração adicional equivalente a R\$ 500,00 (quinhentos reais) por homem-hora dedicado às atividades relacionadas à emissão, a ser paga no prazo de 5 (cinco) dias após a entrega, pelo Agente Fiduciário, à Emissora do relatório de horas. Para fins de conceito de Assembleia Geral de Debenturistas, engloba-se todas as atividades relacionadas à assembleia e não somente a análise da minuta e participação presencial ou virtual da mesma. Assim, nessas atividades, incluem-se, mas não se limitam a (a) análise de edital; (b) participação em *calls* ou reuniões; (c) conferência de quórum de forma prévia a assembleia; (d) conferência de procuração de forma prévia a assembleia e (d) aditivos e contratos decorrentes da assembleia. Para fins de esclarecimento, “relatório de horas” é o material a ser enviado pelo Agente Fiduciário com a indicação da tarefa realizada (por exemplo, análise de determinado documento ou participação em reunião), do colaborador do Agente Fiduciário, do tempo empregado na função e do valor relativo ao tempo;

(c) as parcelas citadas acima serão reajustadas pela variação positiva acumulada do IGP-M, ou na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro rata die*, se necessário e caso aplicável;

(d) as parcelas citadas acima, serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS (Imposto

Esta escritura foi elaborada, inicialmente, segundo as regras e procedimentos do Guia ANBIMA de Melhores Práticas de padronização para cálculo de debêntures não conversíveis, sendo passível de modificação por meio de eventuais aditamentos e alterações posteriores a partir desta data.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: VALID SOLUÇÕES S A

NIRE: 333.0027799-4 Protocolo: 00-2021/124475-9 Data do protocolo: 12/05/2021

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 27/05/2021 SOB O NÚMERO ED333006960000 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 452A8C4FF5389CDB6362DC2ADF161E4741A1939EA4D2732F339F5A31743040F8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o n° de protocolo.



Pag. 053/117



Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento; e

(e) em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

- II.** a remuneração não inclui despesas consideradas necessárias ao exercício da função de agente fiduciário durante a implantação e vigência do serviço, as quais serão cobertas pela Companhia, mediante pagamento das respectivas cobranças acompanhadas dos respectivos comprovantes, emitidas diretamente em nome da Companhia ou mediante reembolso, após, sempre que possível, prévia aprovação, quais sejam: publicações em geral, notificações, extração de certidões, despesas cartorárias, fotocópias, digitalizações, envio de documentos, viagens, alimentação e estadias, despesas com a execução da Garantia Real, especialistas, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal aos Debenturistas.
- III.** todas as despesas decorrentes de procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Companhia, desde que sejam razoáveis. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas, correspondem a depósitos, custas e taxas judiciárias nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. Os honorários de sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportados pelos Debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese de a Companhia permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência;
- IV.** o crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma prevista no inciso III acima será acrescido à dívida da Companhia, tendo preferência

Esta escritura foi elaborada, inicialmente, segundo as regras e procedimentos do Guia ANBIMA de Melhores Práticas de padronização para cálculo de debêntures não conversíveis, sendo passível de modificação por meio de eventuais aditamentos e alterações posteriores a partir desta data.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: VALID SOLUÇÕES S A

NIRE: 333.0027799-4 Protocolo: 00-2021/124475-9 Data do protocolo: 12/05/2021

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 27/05/2021 SOB O NÚMERO ED333006960000 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 452A8C4FF5389CDB6362DC2ADF161E4741A1939EA4D2732F339F5A31743040F8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o n° de protocolo.



Pag. 054/117



sobre estas na ordem de pagamento; e

V. eventuais obrigações adicionais atribuídas ao Agente Fiduciário, alterações nas características ordinárias da operação, ou ainda após a ciência do nome da Companhia facultarão ao Agente Fiduciário a revisão dos honorários ora propostos.

8.5 Além de outros previstos em lei, na regulamentação da CVM e nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

I. responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente, exercer suas atividades com boa fé, transparência e lealdade para com os titulares de valores mobiliários;

II. custear (a) todas as despesas decorrentes da execução dos seus serviços, incluindo todos os tributos, municipais, estaduais e federais, presentes ou futuros, devidos em decorrência da execução dos seus serviços, observado o disposto na Cláusula 8.4 acima, incisos I (d), II e III; e (b) todos os encargos cíveis, trabalhistas e/ou previdenciários;

III. exercer suas atividades com boa-fé, transparência e lealdade para com os Debenturistas;

IV. proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência com que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;

V. renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão e realizar a imediata convocação da Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre sua substituição, nos termos da Cláusula 8.3, incisos V e VI acima, e da Resolução CVM nº 17;

VI. conservar em boa guarda toda a documentação relativa ao exercício de suas funções;

VII. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações relativas à garantia e a consistência das demais informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;

VIII. diligenciar junto à Companhia para que esta Escritura de Emissão e seus aditamentos,

Esta escritura foi elaborada, inicialmente, segundo as regras e procedimentos do Guia ANBIMA de Melhores Práticas de padronização para cálculo de debêntures não conversíveis, sendo passível de modificação por meio de eventuais aditamentos e alterações posteriores a partir desta data.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: VALID SOLUÇÕES S A

NIRE: 333.0027799-4 Protocolo: 00-2021/124475-9 Data do protocolo: 12/05/2021

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 27/05/2021 SOB O NÚMERO ED333006960000 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 452A8C4FF5389CDB6362DC2ADF161E4741A1939EA4D2732F339F5A31743040F8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



Pag. 055/117



sejam inscritos na JUCERJA, adotando, no caso da omissão da Companhia, as medidas eventualmente previstas em lei;

- IX.** acompanhar a prestação das informações periódicas pela Companhia e alertar os Debenturistas, no relatório anual de que trata o inciso XIX abaixo, sobre inconsistências ou omissões de que tenha conhecimento;
- X.** opinar sobre a suficiência das informações prestadas nas propostas de modificação das condições das Debêntures;
- XI.** solicitar, quando julgar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas da Companhia dos distribuidores cíveis, das varas de Fazenda Pública, dos cartórios de protesto, das varas da Justiça do Trabalho e da Procuradoria da Fazenda Pública da localidade onde se situe a sede ou o domicílio da Companhia;
- XII.** solicitar, quando considerar necessário, auditoria externa na Companhia;
- XIII.** convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas nos termos da Cláusula 9.3 abaixo;
- XIV.** comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- XV.** manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões perante a Companhia, o Escriturador, o Banco Liquidante e a B3, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Companhia, e os Debenturistas, ao subscrever ou adquirir as Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Escriturador, o Banco Liquidante e a B3 a atenderem quaisquer solicitações realizadas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- XVI.** fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;
- XVII.** comunicar aos Debenturistas qualquer inadimplemento, pela Companhia, de obrigações financeiras assumidas nesta Escritura de Emissão, incluindo obrigações relativas a garantias e cláusulas contratuais destinadas a proteger o interesse dos Debenturistas e que estabelecem condições que não devem ser descumpridas pela

Esta escritura foi elaborada, inicialmente, segundo as regras e procedimentos do Guia ANBIMA de Melhores Práticas de padronização para cálculo de debêntures não conversíveis, sendo passível de modificação por meio de eventuais aditamentos e alterações posteriores a partir desta data.



Companhia, indicando as consequências para os Debenturistas e as providências que pretende tomar a respeito do assunto, no prazo de até 7 (sete) Dias Úteis contados da data da ciência, pelo Agente Fiduciário, do inadimplemento;

XVIII. no prazo de até 4 (quatro) meses contados do término do exercício social da Companhia, divulgar, em sua página na Internet, e enviar à Companhia para divulgação na forma prevista na regulamentação específica, relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b), da Lei das Sociedades por Ações, descrevendo os fatos relevantes ocorridos durante o exercício relativos às Debêntures, conforme o conteúdo mínimo estabelecido na Resolução CVM nº 17;

XIX. manter o relatório anual a que se refere o inciso XVIII acima disponível para consulta pública em sua página na Internet pelo prazo de 3 (três) anos;

XX. manter disponível em sua página na Internet lista atualizada das emissões em que exerce a função de agente fiduciário ou agente de notas;

XXI. divulgar em sua página na Internet as informações previstas no artigo 16 da Resolução CVM nº 17 e mantê-las disponíveis para consulta pública em sua página na Internet pelo prazo de 3 (três) anos; e

XXII. divulgar aos Debenturistas e demais participantes do mercado, em sua página na Internet e/ou em sua central de atendimento, em cada Dia Útil, o saldo devedor unitário das Debêntures, calculado pela Companhia e acompanhado pelo Agente Fiduciário.

8.6 No caso de inadimplemento, pela Emissora, de qualquer de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, não sanado nos respectivos prazos de cura previstos nesta Escritura de Emissão, conforme aplicáveis, deverá o Agente Fiduciário usar de toda e qualquer medida prevista em lei ou nesta Escritura de Emissão para proteger direitos ou defender interesses dos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 12 da Resolução CVM nº 17, incluindo:

I. declarar, observadas as condições desta Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures, e cobrar seu principal e acessórios;

II. requerer a falência da Companhia, se não existirem garantias reais;

III. tomar quaisquer outras providências necessárias para que os Debenturistas realizem

Esta escritura foi elaborada, inicialmente, segundo as regras e procedimentos do Guia ANBIMA de Melhores Práticas de padronização para cálculo de debêntures não conversíveis, sendo passível de modificação por meio de eventuais aditamentos e alterações posteriores a partir desta data.



seus créditos; e

IV. representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial, recuperação extrajudicial ou, se aplicável, intervenção ou liquidação extrajudicial da Companhia.

8.7 O Agente Fiduciário não será obrigado a realizar qualquer verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Companhia ou, ainda, em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido encaminhado pela Companhia ou por terceiros a seu pedido, para se basear nas suas decisões, e não será responsável pela elaboração desses documentos, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Companhia elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

8.8 A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Resolução CVM nº 17, dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura de Emissão, estando o Agente Fiduciário isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação ou regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.

8.9 Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral.

8.10 Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

9. ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

9.1 Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas da Primeira Série ou dos Debenturistas da Segunda Série ("Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série") e

Esta escritura foi elaborada, inicialmente, segundo as regras e procedimentos do Guia ANBIMA de Melhores Práticas de padronização para cálculo de debêntures não conversíveis, sendo passível de modificação por meio de eventuais aditamentos e alterações posteriores a partir desta data.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: VALID SOLUÇÕES S A

NIRE: 333.0027799-4 Protocolo: 00-2021/124475-9 Data do protocolo: 12/05/2021

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 27/05/2021 SOB O NÚMERO ED333006960000 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 452A8C4FF5389CDB6362DC2ADF161E4741A1939EA4D2732F339F5A31743040F8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



Pag. 058/117



“Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série”, respectivamente e, em conjunto, “Assembleias Gerais de Debenturistas”). A Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série e a Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série serão realizadas em separado, computando-se em separado os respectivos quóruns de convocação, instalação e deliberação, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas da respectiva série, conforme o caso.

9.1.1. Os procedimentos previstos nesta Cláusula Nona serão aplicáveis às respectivas Assembleias Gerais de Debenturistas de cada série, individualmente, e os quóruns aqui previstos deverão ser calculados levando-se em consideração o total de Debêntures da respectiva série, sem prejuízo do disposto na Cláusula 9.1 acima.

9.2 As Assembleias Gerais de Debenturistas poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Companhia, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

9.3 A convocação das Assembleias Gerais de Debenturistas dar-se-á mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos termos da Cláusula 4.19 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de Assembleias Gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão, ficando dispensada a convocação no caso da presença da totalidade dos Debenturistas.

9.4 As Assembleias Gerais de Debenturistas deverão ser realizadas em prazo mínimo de 15 (quinze) dias após a primeira publicação da convocação. Qualquer Assembleia Geral de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo 8 (oito) dias após a data de publicação do novo edital de convocação.

9.5 Independentemente das formalidades previstas na legislação aplicável e nesta Escritura de Emissão, será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação.

9.6 As Assembleias Gerais de Debenturistas instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de titulares de, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação da respectiva série, e, em segunda convocação, com qualquer quórum.

9.7 A presidência e a secretaria das Assembleias Gerais de Debenturistas caberão aos Debenturistas eleitos por estes próprios ou àqueles que forem designados pela CVM.

Esta escritura foi elaborada, inicialmente, segundo as regras e procedimentos do Guia ANBIMA de Melhores Práticas de padronização para cálculo de debêntures não conversíveis, sendo passível de modificação por meio de eventuais aditamentos e alterações posteriores a partir desta data.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: VALID SOLUÇÕES S A

NIRE: 333.0027799-4 Protocolo: 00-2021/124475-9 Data do protocolo: 12/05/2021

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 27/05/2021 SOB O NÚMERO ED333006960000 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 452A8C4FF5389CDB6362DC2ADF161E4741A1939EA4D2732F339F5A31743040F8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o n° de protocolo.



Pag. 059/117



9.8 Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas, a cada uma das Debêntures em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto na Cláusula 9.8.1 abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando (a) em primeira convocação, no mínimo, 70% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação da respectiva série; e (b) em segunda convocação, no mínimo, 2/3 das Debêntures em Circulação da respectiva série.

9.8.1 Não estão incluídos no quórum a que se refere a Cláusula 9.8 acima:

- I.** os quóruns expressamente previstos em outras Cláusulas desta Escritura de Emissão; e
- II.** as alterações, que deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação da respectiva série, (a) das disposições desta Cláusula; (b) de quaisquer dos quóruns previstos nesta Escritura de Emissão; (c) da Remuneração das Debêntures, exceto pelo disposto na Cláusula 4.12 acima; (d) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura de Emissão; (e) do prazo de vigência das Debêntures; (f) da espécie das Debêntures; (g) da criação de evento de repactuação; (h) das disposições relativas ao Resgate Antecipado Facultativo; e (i) da redação de qualquer Evento de Inadimplemento.

9.8.2 A renúncia ou o perdão temporário a um Evento de Inadimplemento deverá ser aprovado de nos termos do quórum previsto na Cláusula 9.8 acima.

9.9 Para os fins de constituição de quórum, "Debêntures da Primeira Série em Circulação", e "Debêntures da Segunda Série em Circulação" ou, conjuntamente, "Debêntures em Circulação" significam todas as Debêntures subscritas e integralizadas e não resgatadas, excluídas as Debêntures mantidas em tesouraria e, ainda, adicionalmente, para fins de constituição de quórum, excluídas as Debêntures pertencentes, direta ou indiretamente, (i) à Companhia; (ii) a qualquer controladora, a qualquer controlada e/ou a qualquer coligada de qualquer das pessoas indicadas no item anterior; ou (iii) a qualquer diretor, conselheiro, cônjuge, companheiro ou parente até o 3º (terceiro) grau de qualquer das pessoas referidas nos itens anteriores.

9.10 As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns previstos nesta Escritura de Emissão, serão válidas e eficazes perante

Esta escritura foi elaborada, inicialmente, segundo as regras e procedimentos do Guia ANBIMA de Melhores Práticas de padronização para cálculo de debêntures não conversíveis, sendo passível de modificação por meio de eventuais aditamentos e alterações posteriores a partir desta data.



a Companhia e obrigam todos os Debenturistas, independentemente de seu comparecimento ou voto na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.

9.11 Fica desde já certo e ajustado que esta Escritura de Emissão poderá ser alterada, sem a necessidade de aprovação pelos Debenturistas, desde que não haja qualquer custo ou despesa adicional para os Debenturistas e somente quando tal alteração decorrer (i) da necessidade de atendimento a exigências de adequação a normas legais, regulamentares ou exigências da CVM, da ANBIMA, conforme aplicável, ou da B3; (ii) de correção de erro de digitação; ou (iii) da atualização dos dados cadastrais das partes, tais como alteração na denominação social, endereço e telefone, entre outros.

9.12 O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

9.13 Aplica-se às Assembleias Gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, sobre a Assembleia Geral de acionistas.

10. DECLARAÇÕES DA COMPANHIA

10.1 A Companhia, neste ato, declara que:

- I.** é uma companhia aberta devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras, e está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- II.** seu registro de companhia aberta perante a CVM encontra-se atualizado;
- III.** está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão e o Contrato de Garantia, e a cumprir com todas as obrigações neles previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- IV.** os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão e o Contrato de Garantia têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e efeito;
- V.** seus administradores têm o conhecimento e a experiência em assuntos financeiros e de negócios, inclusive no que diz respeito a operações da mesma natureza que as

Esta escritura foi elaborada, inicialmente, segundo as regras e procedimentos do Guia ANBIMA de Melhores Práticas de padronização para cálculo de debêntures não conversíveis, sendo passível de modificação por meio de eventuais aditamentos e alterações posteriores a partir desta data.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: VALID SOLUÇÕES S A

NIRE: 333.0027799-4 Protocolo: 00-2021/124475-9 Data do protocolo: 12/05/2021

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 27/05/2021 SOB O NÚMERO ED333006960000 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 452A8C4FF5389CDB6362DC2ADF161E4741A1939EA4D2732F339F5A31743040F8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o n° de protocolo.



Pag. 061/117



Debêntures, que os capacitam a avaliar o mérito, os riscos e a adequação das Debêntures;

- VI.** nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a, qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento pela Emissora de suas obrigações nos termos das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto (i) pelo depósito das Debêntures perante o MDA e o CETIP21, (ii) pelo arquivamento da RCA da Emissora na JUCERJA e (iii) pela inscrição desta Escritura de Emissão na JUCERJA;
- VII.** as demonstrações financeiras da Emissora relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020 e ao período de três meses findo em 31 de março de 2021 apresentam de maneira adequada a situação financeira da Emissora nas aludidas datas e os resultados operacionais da Emissora referentes aos períodos encerrados em tais datas. Tais informações financeiras foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora. Desde a data das demonstrações financeiras relativas ao período de três meses findo em 31 de março de 2021, não houve nenhum impacto adverso relevante na situação financeira e nos resultados operacionais em questão, não houve qualquer operação envolvendo a Emissora, fora do curso normal de seus negócios, que seja relevante para a Emissora, não houve qualquer alteração no capital social ou aumento substancial do endividamento da Emissora;
- VIII.** não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto substancial e adverso à Emissora ou às Debêntures;
- IX.** não omitiu nenhum fato relevante, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento
- X.** tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI divulgada pela B3 e a forma de cálculo da Remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade da Emissora e em observância ao princípio da boa-fé;
- XI.** o Formulário de Referência da Emissora foi elaborado de acordo com e cumpre em todos os aspectos todas as normas pertinentes, conforme a Instrução CVM 480;
- XII.** as informações constantes do Formulário de Referência da Emissora, bem como aquelas incluídas no material de divulgação da Oferta (conforme aplicável) e fornecidas

Esta escritura foi elaborada, inicialmente, segundo as regras e procedimentos do Guia ANBIMA de Melhores Práticas de padronização para cálculo de debêntures não conversíveis, sendo passível de modificação por meio de eventuais aditamentos e alterações posteriores a partir desta data.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: VALID SOLUÇÕES S A

NIRE: 333.0027799-4 Protocolo: 00-2021/124475-9 Data do protocolo: 12/05/2021

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 27/05/2021 SOB O NÚMERO ED333006960000 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 452A8C4FF5389CDB6362DC2ADF161E4741A1939EA4D2732F339F5A31743040F8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o n° de protocolo.



Pag. 062/117



aos Coordenadores no âmbito da Emissão, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos Investidores Profissionais, uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

XIII. não há outros fatos relevantes em relação à Emissora não divulgados no material de divulgação da Oferta (conforme aplicável) e/ou aos Coordenadores, cuja omissão faça com que qualquer informação no material de divulgação da Oferta (conforme aplicável) seja falsa, inconsistente, imprecisa, incompleta, incorreta e/ou insuficiente;

XIV. não omitiu nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que, no seu entendimento, possa resultar em impacto adverso relevante à Emissora em prejuízo dos investidores das Debêntures;

XV. está cumprindo os contratos, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios e/ou de suas controladas;

XVI. tem a Emissora e suas controladas todas as concessões, autorizações, alvarás, permissões e licenças relevantes e necessárias à exploração de seus negócios, exceto aquelas em processo tempestivo de renovação ou obtenção;

XVII. não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário, que o impeça de exercer, plenamente, suas funções com relação à Emissão;

XVIII. não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;

XIX. os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário são corretos e estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre a Emissora;

XX. está em dia com o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal e de todas as obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial que tenham sua exigibilidade e efeitos suspensos por decisão judicial ou administrativa;

XXI. inexistente descumprimento de qualquer disposição contratual, legal ou de qualquer

Esta escritura foi elaborada, inicialmente, segundo as regras e procedimentos do Guia ANBIMA de Melhores Práticas de padronização para cálculo de debêntures não conversíveis, sendo passível de modificação por meio de eventuais aditamentos e alterações posteriores a partir desta data.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: VALID SOLUÇÕES S A

NIRE: 333.0027799-4 Protocolo: 00-2021/124475-9 Data do protocolo: 12/05/2021

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 27/05/2021 SOB O NÚMERO ED333006960000 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 452A8C4FF5389CDB6362DC2ADF161E4741A1939EA4D2732F339F5A31743040F8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o n° de protocolo.



Pag. 063/117



ordem judicial, administrativa ou arbitral, em qualquer dos casos, visando a anular, alterar, invalidar, questionar ou de qualquer forma afetar qualquer das obrigações decorrentes das Debêntures;

XXII. a celebração desta Escritura de Emissão, do Contrato de Distribuição e do Contrato de Garantia, bem como o cumprimento das obrigações previstas em tais instrumentos, não infringem seu Estatuto Social ou qualquer disposição legal, ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral em face da Emissora, contrato ou instrumento do qual a Emissora e/ou quaisquer de suas Afiliadas sejam parte, nem irá resultar em: (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos que a Emissora seja parte; (ii) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles já existentes na presente data; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;

XXIII. cada uma de suas Afiliadas foi devidamente constituída e é uma sociedade existente de acordo com as respectivas leis de suas respectivas jurisdições, com plenos poderes e autoridade para ser titular, arrendar e operar suas propriedades e para conduzir seus negócios;

XXIV. as opiniões, análises e expectativas expressas pela Emissora no seu Formulário de Referência e no material de divulgação da Oferta Restrita em relação à Emissora (conforme aplicável) são todas as circunstâncias materiais relevantes existentes na data de sua respectiva divulgação, são feitas com base em suposições razoáveis, são verdadeiras e não são enganosas, incorretas ou inverídicas na data de sua respectiva divulgação;

XXV. a Emissora preparou e entregou todas as declarações de tributos, relatórios e outras informações que, de acordo com o conhecimento da Emissora devem ser apresentadas, ou receberam dilação dos prazos para apresentação destas declarações; todas as taxas, impostos e demais tributos e encargos governamentais devidos de qualquer forma pela Emissora, por suas controladas, ou, ainda, impostas a ela ou a quaisquer de seus bens, direitos, propriedades ou ativos, ou relativo aos seus negócios, resultados e lucros foram integralmente pagos quando devidos, exceto os tributos ou encargos que estão sendo contestados de boa-fé e por meio de procedimentos apropriados, iniciados e conduzidos com diligência e em relação aos quais existem reservas ou outras provisões apropriadas, que tenham sua exigibilidade e efeitos suspensos por decisão judicial ou administrativa;

Esta escritura foi elaborada, inicialmente, segundo as regras e procedimentos do Guia ANBIMA de Melhores Práticas de padronização para cálculo de debêntures não conversíveis, sendo passível de modificação por meio de eventuais aditamentos e alterações posteriores a partir desta data.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: VALID SOLUÇÕES S A

NIRE: 333.0027799-4 Protocolo: 00-2021/124475-9 Data do protocolo: 12/05/2021

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 27/05/2021 SOB O NÚMERO ED333006960000 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 452A8C4FF5389CDB6362DC2ADF161E4741A1939EA4D2732F339F5A31743040F8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o n° de protocolo.



Pag. 064/117



XXVI. a Emissora e suas controladas possuem justo título de todos os seus bens imóveis e demais direitos e ativos por elas detidos;

XXVII. mantém os seus bens e de suas controladas adequadamente segurados, conforme razoavelmente esperado e de acordo com as práticas correntes de mercado;

XXVIII. esta Escritura de Emissão e as obrigações aqui previstas constituem obrigações legalmente válidas e vinculantes da Emissora, exigíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 784, I e III, da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, conforme alterada (Código de Processo Civil);

XXIX. a Emissora, por si, e por suas Afiliadas, declaram, neste ato, estarem cientes e cumprirem os termos das leis e normativos que dispõem sobre atos lesivos contra a administração pública, em especial as Leis Anticorrupção, e comprometem-se a se absterem de qualquer atividade que constitua uma violação às disposições contidas nestas legislações. A Emissora declara que envida os melhores esforços para que seus funcionários, subcontratados se comprometam a observar o aqui disposto, devendo, ainda, dar conhecimento pleno de tais normas a todos os seus profissionais que venham a se relacionar com a Emissora, previamente ao início de sua atuação no âmbito desta Escritura de Emissão;

XXX. (i) observa, cumpre e faz com que suas Afiliadas cumpram as Leis Anticorrupção e demais legislações relativas aplicáveis, bem como se abstém de praticar quaisquer atos de corrupção e de agir de forma lesiva à administração pública, nacional e estrangeira, no seu interesse ou para seu benefício, exclusivo ou não, declarando ainda que, após a devida e razoável diligência, não conhece a existência contra si, seus funcionários e administradores, de qualquer investigação, inquérito ou procedimento administrativo ou judicial relacionado a práticas contrárias às Leis Anticorrupção; e (ii) mantém políticas e procedimentos internos, em relação à terceiros e funcionários, objetivando o cumprimento das Leis Anticorrupção. Caso a Emissora, a qualquer momento, tome conhecimento de atos ou fatos que possam violar as aludidas Leis Anticorrupção ou implicar a falsidade, parcialidade ou insuficiência das declarações acima, comunicará imediatamente ao Agente Fiduciário, fornecendo todas as informações necessárias a respeito;

XXXI. até a presente data, nem a Emissora nem qualquer uma de suas Afiliadas, diretores, membros do conselho de administração agindo em seu benefício e/ou de suas Afiliadas

Esta escritura foi elaborada, inicialmente, segundo as regras e procedimentos do Guia ANBIMA de Melhores Práticas de padronização para cálculo de debêntures não conversíveis, sendo passível de modificação por meio de eventuais aditamentos e alterações posteriores a partir desta data.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: VALID SOLUÇÕES S A

NIRE: 333.0027799-4 Protocolo: 00-2021/124475-9 Data do protocolo: 12/05/2021

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 27/05/2021 SOB O NÚMERO ED333006960000 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 452A8C4FF5389CDB6362DC2ADF161E4741A1939EA4D2732F339F5A31743040F8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



Pag. 065/117

(“Representantes”) e no conhecimento da Emissora, nenhum terceiro, incluindo assessores ou prestadores de serviço, funcionários e subcontratados agindo em seu benefício e/ou de suas Afiliadas: (i) usou os seus recursos e/ou de suas Afiliadas para contribuições, doações ou despesas de representação ilegais ou outras despesas ilegais relativas a atividades políticas; (ii) fez qualquer pagamento ilegal, direto ou indireto, a empregados ou funcionários públicos, partidos políticos, políticos ou candidatos políticos (incluindo seus familiares), nacionais ou estrangeiros, praticaram quaisquer atos para obter ou manter qualquer negócio, transação ou vantagem comercial indevida; (iii) violou as Leis Anticorrupção; ou (iv) fez qualquer pagamento de propina, abatimento ilícito, remuneração ilícita, suborno, tráfico de influência, “caixinha” ou outro pagamento ilegal;

XXXII. inexistente qualquer condenação da Emissora e suas Afiliadas na esfera administrativa ou judicial, notadamente por razões de corrupção ou por qualquer motivo referente ao descumprimento das Leis Anticorrupção;

XXXIII. cumpre e faz com que suas respectivas Afiliadas e seus Representantes cumpram, em todos os aspectos, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios e necessárias para a execução de seu objeto social, em especial a Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conama – Conselho Nacional do Meio Ambiente e as demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, incluindo, mas não se limitando, a leis e regulamentos relativos à discriminação de raça ou gênero, inexistência de incentivo à prostituição relacionadas ao meio ambiente, à saúde e segurança ocupacional e/ou a não utilização de mão de obra infantil e/ou em condições análogas às de escravo ou que de qualquer forma possa infringir os direitos dos silvícolas, bem como ao direito sobre as áreas de ocupação indígena, assim declaradas pela autoridade competente (“Legislação Socioambiental”) possuindo as licenças ambientais exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, estando todas elas válidas e vigentes ou em processo regular de renovação;

XXXIV. (i) mantém procedimentos internos que assegurem o cumprimento da Legislação Socioambiental por seus Representantes, assessores, prestadores de serviço, funcionários e subcontratados, (ii) dá conhecimento pleno de tais normas a todos os seus Representantes, assessores, prestadores de serviço, funcionários e subcontratados;

Esta escritura foi elaborada, inicialmente, segundo as regras e procedimentos do Guia ANBIMA de Melhores Práticas de padronização para cálculo de debêntures não conversíveis, sendo passível de modificação por meio de eventuais aditamentos e alterações posteriores a partir desta data.



XXXV. não incentiva a prostituição, tampouco utiliza ou incentiva mão-de-obra infantil e/ou em condição análoga à de escravo ou de qualquer forma infringe direitos dos silvícolas, em especial, mas não se limitando, ao direito sobre as áreas de ocupação indígena, assim declaradas pela autoridade competente e que a utilização dos valores objeto da Emissão não implicará na violação da Legislação Socioambiental;

XXXVI. até a presente data, a Emissora não foi condenada na esfera judicial ou administrativa por questões trabalhistas envolvendo trabalho em condição análoga à de escravo e/ou trabalho infantil, e/ou de incentivo à prostituição;

XXXVII. (i) até a presente data, a Emissora não foi condenada por crime contra o meio ambiente; e (ii) suas atividades e propriedades estão em conformidade com a Legislação Socioambiental.

10.2 A Companhia obriga-se, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) diretamente incorridos e comprovados pelos Debenturistas e/ou pelo Agente Fiduciário em razão da falsidade e/ou incorreção de qualquer das declarações prestadas nos termos da Cláusula 10.1 acima.

10.3 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 10.2 acima, a Companhia obriga-se a notificar o Agente Fiduciário, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que tomar conhecimento, caso qualquer das declarações prestadas nos termos da Cláusula 10.1 acima seja falsa e/ou incorreta em qualquer das datas em que foi prestada.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 Despesas. Correrão por conta da Companhia todos os custos incorridos com a Oferta ou com a estruturação, emissão, registro e execução das Debêntures, incluindo publicações, inscrições, registros, contratação do Agente Fiduciário, do Escriturador, do Banco Liquidante e dos demais prestadores de serviços, execução da Garantia Real e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures.

11.2 Comunicações. Todas as comunicações realizadas nos termos desta Escritura de Emissão devem ser sempre realizadas por escrito, para os endereços abaixo, e serão consideradas recebidas quando entregues, sob protocolo ou mediante "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. As comunicações realizadas por correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu

Esta escritura foi elaborada, inicialmente, segundo as regras e procedimentos do Guia ANBIMA de Melhores Práticas de padronização para cálculo de debêntures não conversíveis, sendo passível de modificação por meio de eventuais aditamentos e alterações posteriores a partir desta data.



recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). A alteração de qualquer dos endereços abaixo deverá ser comunicada às demais partes pela parte que tiver seu endereço alterado.

I. para a Companhia:

Valid Soluções S.A.

Rua Peter Lund 146/202, São Cristovão

Rio de Janeiro – RJ

CEP: 20.930-390

At: Diretoria Financeira e de RI

E-mail: ri@valid.com

tel: (21) 3179-9100

II. para o Agente Fiduciário:

Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Avenida das Américas, nº 3.434, bloco 7, sala 201, Barra da Tijuca

CEP 22640-102 – Rio de Janeiro, RJ

At.: Antonio Amaro / Maria Carolina A. Lodi de Oliveira

Tel.: (21) 3514-0000

E-mail: ger2.agente@oliveiratrust.com.br

III. para a B3:

B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão – Balcão B3

Praça Antônio Prado, nº 48, 4º andar, Centro

CEP 01010-901, São Paulo - SP

At.: Superintendência de Ofertas de Títulos Corporativos e Fundos

Telefone: (11) 2565-5061

E-mail: valores.mobiliarios@b3.com.br

11.3 As obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão têm caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores, a qualquer título, ao seu integral cumprimento.

11.4 Qualquer alteração a esta Escritura de Emissão somente será considerada eficaz e válida se formalizada por escrito, em instrumento próprio assinado por todas as partes.

11.5 A invalidade ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura de Emissão, desde que não afete a validade e exequibilidade desta Escritura de

Esta escritura foi elaborada, inicialmente, segundo as regras e procedimentos do Guia ANBIMA de Melhores Práticas de padronização para cálculo de debêntures não conversíveis, sendo passível de modificação por meio de eventuais aditamentos e alterações posteriores a partir desta data.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: VALID SOLUÇÕES S A

NIRE: 333.0027799-4 Protocolo: 00-2021/124475-9 Data do protocolo: 12/05/2021

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 27/05/2021 SOB O NÚMERO ED333006960000 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 452A8C4FF5389CDB6362DC2ADF161E4741A1939EA4D2732F339F5A31743040F8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



Pag. 068/117



Emissão, não afetará as demais cláusulas, que permanecerão válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidade ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura de Emissão, as partes se obrigam a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura de Emissão, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

11.6 Qualquer tolerância, exercício parcial ou concessão entre as partes será sempre considerado mera liberalidade, e não configurará renúncia ou perda de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos (inclusive de mandato), nem implicará novação, alteração, transigência, remissão, modificação ou redução dos direitos e obrigações daqui decorrentes.

11.7 As partes reconhecem esta Escritura de Emissão e as Debêntures como títulos executivos extrajudiciais nos termos do artigo 784 do Código de Processo Civil.

11.8 Para os fins desta Escritura de Emissão, as partes poderão, a seu critério exclusivo, requerer a execução específica das obrigações aqui assumidas, nos termos dos artigos 497 e seguintes, 538, 806 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão.

11.9 As Partes reconhecem que as declarações de vontade das Partes contratantes mediante assinatura digital presumem-se verdadeiras em relação aos signatários quando é utilizado o processo de certificação disponibilizado pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, conforme admitido pelo art. 10 e seus parágrafos da Medida Provisória nº 2.200, de 24 de agosto de 2001, em vigor no Brasil, reconhecendo essa forma de contratação em meio eletrônico, digital e informático como válida e plenamente eficaz, constituindo título executivo extrajudicial para todos os fins de direito. Na forma acima prevista, a presente Escritura de Emissão, assim como os demais documentos relacionados à Emissão e às Debêntures, podem ser assinados digitalmente por meio eletrônico conforme disposto nesta Cláusula.

11.10 Lei de Regência. Esta Escritura de Emissão é regida pelas leis da República Federativa do Brasil.

Esta escritura foi elaborada, inicialmente, segundo as regras e procedimentos do Guia ANBIMA de Melhores Práticas de padronização para cálculo de debêntures não conversíveis, sendo passível de modificação por meio de eventuais aditamentos e alterações posteriores a partir desta data.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: VALID SOLUÇÕES S A

NIRE: 333.0027799-4 Protocolo: 00-2021/124475-9 Data do protocolo: 12/05/2021

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 27/05/2021 SOB O NÚMERO ED333006960000 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 452A8C4FF5389CDB6362DC2ADF161E4741A1939EA4D2732F339F5A31743040F8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



Pag. 069/117



11.11 Foro. Fica eleito o foro da Comarca da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes desta Escritura de Emissão.

Estando assim certas e ajustadas, as partes, obrigando-se por si e sucessores, firmam esta Escritura de Emissão em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas abaixo identificadas, que também a assinam.

Rio de Janeiro, 10 de maio de 2021.

*(as assinaturas seguem nas páginas seguintes)
(restante desta página intencionalmente deixado em branco)*

Esta escritura foi elaborada, inicialmente, segundo as regras e procedimentos do Guia ANBIMA de Melhores Práticas de padronização para cálculo de debêntures não conversíveis, sendo passível de modificação por meio de eventuais aditamentos e alterações posteriores a partir desta data.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: VALID SOLUÇÕES S A

NIRE: 333.0027799-4 Protocolo: 00-2021/124475-9 Data do protocolo: 12/05/2021

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 27/05/2021 SOB O NÚMERO ED333006960000 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 452A8C4FF5389CDB6362DC2ADF161E4741A1939EA4D2732F339F5A31743040F8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o n° de protocolo.



Pag. 070/117



Página de Assinaturas 1/3 do Instrumento Particular de Escritura da 8ª (Oitava) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, a ser Convogada na Espécie com Garantia Real, em 2 (Duas) Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos da Valid Soluções S.A.

VALID SOLUÇÕES S.A.

Nome: Ivan Luiz Murias Dos Santos
Cargo: Diretor

Nome: Maurício Ribeiro de Menezes
Cargo: Diretor

Esta escritura foi elaborada, inicialmente, segundo as regras e procedimentos do Guia ANBIMA de Melhores Práticas de padronização para cálculo de debêntures não conversíveis, sendo passível de modificação por meio de eventuais aditamentos e alterações posteriores a partir desta data.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: VALID SOLUÇÕES S A

NIRE: 333.0027799-4 Protocolo: 00-2021/124475-9 Data do protocolo: 12/05/2021

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 27/05/2021 SOB O NÚMERO ED333006960000 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 452A8C4FF5389CDB6362DC2ADF161E4741A1939EA4D2732F339F5A31743040F8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



Pag. 071/117



Página de Assinaturas 2/3 do Instrumento Particular de Escritura da 8ª (Oitava) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, a ser Convolada na Espécie com Garantia Real, em 2 (Duas) Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos da Valid Soluções S.A.

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Nome: Nathalia Guedes Esteves
Cargo: Procuradora

Nome: Bianca Galdino Batistela
Cargo: Procuradora

Esta escritura foi elaborada, inicialmente, segundo as regras e procedimentos do Guia ANBIMA de Melhores Práticas de padronização para cálculo de debêntures não conversíveis, sendo passível de modificação por meio de eventuais aditamentos e alterações posteriores a partir desta data.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: VALID SOLUÇÕES S A

NIRE: 333.0027799-4 Protocolo: 00-2021/124475-9 Data do protocolo: 12/05/2021

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 27/05/2021 SOB O NÚMERO ED333006960000 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 452A8C4FF5389CDB6362DC2ADF161E4741A1939EA4D2732F339F5A31743040F8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



Pag. 072/117



Página de Assinaturas 3/3 do Instrumento Particular de Escritura da 8ª (Oitava) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, a ser Convolada na Espécie com Garantia Real, em 2 (Duas) Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos da Valid Soluções S.A.

Testemunhas:

Nome: Leandro de Campos Amaro
Id.: 126.904
CPF/ME: 071.988.877-83

Nome: Alexandre de Abreu Cabral
Id.: 10.052.181-4
CPF/ME: 005.816.487-14

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: VALID SOLUÇÕES S A

NIRE: 333.0027799-4 Protocolo: 00-2021/124475-9 Data do protocolo: 12/05/2021

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 27/05/2021 SOB O NÚMERO ED333006960000 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 452A8C4FF5389CDB6362DC2ADF161E4741A1939EA4D2732F339F5A31743040F8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



Pag. 073/117

ANEXO I do Instrumento Particular de Escritura da 8ª (Oitava) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, a ser Convolada na Espécie com Garantia Real, em 2 (Duas) Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos da Valid Soluções S.A.

MODELO DE ADITAMENTO À ESCRITURA DE EMISSÃO

[PRIMEIRO] ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 8ª (OITAVA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, A SER CONVOLADA NA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM 2 (DUAS) SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DA VALID SOLUÇÕES S.A.

- I. VALID SOLUÇÕES S.A.**, sociedade por ações com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Peter Lund, nº 146-202, São Cristóvão, CEP 20.930-390, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ/ME") sob o nº 33.113.309/0001-47, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA") sob o NIRE 33.3.0027799-4, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Companhia" ou "Emissora");
- II. OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade por ações, com filial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 1.502, 13º andar CEP 04534-004, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 36.113.876/0004-34, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Agente Fiduciário");

Sendo a Emissora e o Agente Fiduciário, em conjunto, como "Partes" e, individual e indistintamente, como "Parte".

CONSIDERANDO QUE:

- (i) em [DATA], as Partes celebraram o "*Instrumento Particular de Escritura da 8ª (Oitava) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, a Ser Convolada na Espécie com Garantia Real, em 2 (Duas) Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos da Valid Soluções S.A.*" ("Escritura de Emissão"), no âmbito da 8ª (oitava) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada na espécie com garantia real, em duas séries, para

distribuição pública, com esforços restritos, em regime misto de garantia firme e melhores esforços, da Emissora ("Debêntures" e "Emissão");

(ii) a Garantia Real (conforme definida na Escritura de Emissão) foi devidamente aprovada em sede de Assembleia Geral de Acionistas da Emissora e formalizada e constituída em [DATA], por meio do "Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças", celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário ("AGE da Emissora");

(iii) as Partes desejam aditar a Escritura de Emissão para realizar a convocação das Debêntures para a espécie com garantia real, e realizar a consolidação da Escritura de Emissão;

RESOLVEM as Partes, de comum acordo e em regular forma de direito, celebrar o presente "[Primeiro] Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 8ª (Oitava) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, a Ser Convogada na Espécie com Garantia Real, em 2 (Duas) Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos da Valid Soluções S.A." ("Aditamento"), mediante as cláusulas e condições a seguir.

CLÁUSULA I DEFINIÇÕES E INTERPRETAÇÕES

1.1 Definições. Para efeitos deste Aditamento, salvo se de outro modo aqui expresso, as palavras e expressões grafadas em letra maiúscula deverão ter os significados atribuídos na Escritura de Emissão, ainda que posteriormente ao seu uso, exceto se de outra forma definidos no presente Aditamento.

1.2 Interpretações. A menos que o contexto exija de outra forma, este Aditamento deve ser interpretado conforme a Escritura de Emissão é interpretada.

CLÁUSULA II OBJETO DO ADITAMENTO

2.1 As Partes, por meio da celebração deste Aditamento, considerando a deliberação em sede da AGE da Emissora, desejam refletir na Escritura de Emissão que as Debêntures passam a contar com a Garantia Real e passam a ser da espécie com garantia real.

2.2 Em razão do disposto acima e, de modo a contemplar as alterações mencionadas no presente Aditamento, as Partes resolvem consolidar a Escritura de Emissão, que passará a vigorar na forma do Anexo A ao presente Aditamento.

CLÁUSULA III DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1 As Partes, neste ato, reiteram todas as obrigações assumidas e todas as declarações e garantias prestadas na Escritura de Emissão, que se aplicam ao Aditamento, como se aqui estivessem transcritas.

3.2 As alterações à Escritura de Emissão pactuadas no presente Aditamento não implicam novação tampouco renúncia pelas Partes de qualquer de seus direitos e obrigações previstos na Escritura de Emissão, que ficam expressamente ratificados e confirmados, permanecendo em vigor e plenamente aplicáveis todas os demais termos e condições não expressamente alteradas pelo presente Aditamento.

3.3 As dúvidas e/ou controvérsias oriundas da Escritura de Emissão e deste Aditamento, continuarão a ser dirimidas perante o foro da Comarca da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

3.4 As obrigações assumidas neste Aditamento têm caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes e seus eventuais sucessores, a qualquer título, ao seu integral cumprimento.

Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

Rio de Janeiro, [DATA].

ANEXO II do Instrumento Particular de Escritura da 8ª (Oitava) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, a ser Convolada na Espécie com Garantia Real, em 2 (Duas) Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos da Valid Soluções S.A.

MODELO DE CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS E OUTRAS AVENÇAS

Pelo presente instrumento particular, as Partes (conforme definido abaixo),

VALID SOLUÇÕES S.A., sociedade por ações com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**"), com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Peter Lund, nº 146-202, São Cristóvão, CEP 20.930-390, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("**CNPJ/ME**") sob o nº 33.113.309/0001-47, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("**JUCERJA**") sob o NIRE 33.3.0027799-4, neste ato representada por seus representantes legais devidamente constituídos na forma de seu estatuto social ("**Emissora**" ou "**Cedente**"); e

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("**BACEN**"), constituída sob a forma de sociedade por ações, por meio de sua filial, com endereço na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, 1.502 – 13º andar, Sala 132 parte, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 36.113.876/0004-34, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("**Agente Fiduciário**"), na qualidade de representante da comunhão dos interesses dos titulares das Debêntures (conforme definido abaixo) ("**Debenturistas**"), nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**").

Quando referidos em conjunto, a Cedente e o Agente Fiduciário serão denominados "**Partes**" e, individualmente, "**Parte**".

CONSIDERANDO QUE:

em [•] de [maio] de 2021, a Emissora e o Agente Fiduciário celebraram o "*Instrumento Particular de Escritura da 8ª (oitava) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária a ser Convolada na Espécie com Garantia Real, em 2 (Duas) Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos da Valid Soluções S.A.*" (conforme aditada de tempos em tempos, a "**Escritura de Emissão**"), a qual rege os termos e condições da 8ª (oitava) emissão de até 700.000 (setecentas mil) debêntures simples, não conversíveis

em ações, da espécie quirografária a ser convolada na espécie com garantia real, em duas séries, da Emissora (“**Debêntures**”), no valor total de até R\$700.000.000,00 (setecentos milhões de reais), na respectiva data de emissão (“**Emissão**”) para distribuição pública em regime misto de garantia firme e melhores esforços de colocação, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, (conforme alterada, a “**Instrução CVM 476**” e “**Oferta Restrita**”, respectivamente);

os recursos captados pela Cedente por meio da Emissão serão utilizados integralmente para o reperfilamento de dívidas atuais da Emissora, conforme detalhado na Escritura de Emissão e reforço de caixa;

nos termos da Escritura de Emissão, a Emissão contará com a cessão fiduciária, em favor dos Debenturistas, pela Cedente, de Conta Vinculada (conforme abaixo definido), na qual o valor correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do saldo devedor de principal das Debêntures (“**Saldo Devedor**”) deverá ser mantido mensalmente;

a Emissora contratou o **ITAÚ UNIBANCO S.A.**, instituição financeira constituída sob as leis da República Federativa do Brasil, com sede na Praça Alfredo Egydio De Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 60.701.190/0001-04 (“**Banco Depositário**”), para prestação de serviços de gestão e acompanhamento dos valores depositados na Conta Vinculada, de acordo com a legislação vigente e em especial pelas regras dispostas no Contrato de Custódia de Recursos Financeiros celebrado em [●] de [maio] de 2021 entre a Emissora e o Banco Depositário (“**Contrato de Banco Depositário**”); e

a constituição da garantia objeto deste Contrato foi aprovada em assembleia geral extraordinária de acionistas da Cedente, realizada em [■] de [■] de 2021.

RESOLVEM AS PARTES celebrar o presente “Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças” (“**Contrato**”), que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

1. DEFINIÇÕES E INTERPRETAÇÃO

1.1. As expressões utilizadas neste Contrato em letra maiúscula terão o significado a elas atribuído neste Contrato ou, caso não tenham sido definidas no presente instrumento, deverão ter os significados que lhes é atribuído (em português ou inglês, conforme o caso) na Escritura de Emissão. Todos os termos no singular definidos neste Contrato deverão ter o mesmo significado quando empregados no plural e vice-versa. As expressões “deste instrumento”, “neste instrumento” e “conforme previsto neste

instrumento”, a não ser que de outra forma exigido pelo contexto, referem-se a este Contrato como um todo e não a uma disposição específica deste Contrato, e referências à cláusula, sub cláusula, itens, adendo e anexo estão relacionadas a este Contrato a não ser que de outra forma especificado.

1.2. Salvo qualquer outra disposição em contrário prevista neste instrumento, todos os termos e condições da Escritura de Emissão aplicam-se total e automaticamente às Partes e a este Contrato, *mutatis mutandis*, e deverão ser considerados como uma parte integrante deste, como se estivessem transcritos neste instrumento.

2. CESSÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA

2.1. Para assegurar o pagamento fiel, pontual e integral de todos e quaisquer valores, principais ou acessórios, do Valor Total da Emissão, incluindo o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, da Remuneração, Encargos Moratórios e demais encargos aplicáveis, devidos pela Emissora nos termos das Debêntures e da Escritura de Emissão, cuja descrição consta no **Anexo I**, bem como o cumprimento de quaisquer das obrigações principais, acessórias e/ou moratórias, presentes e/ou futuras, no seu vencimento final ou antecipado, assumidas ou que venham a ser assumidas pela Emissora no âmbito da Escritura de Emissão ou nos demais documentos da Emissão, incluindo, sem limitação, quaisquer obrigações de pagar despesas, custos, encargos, tributos, reembolsos, multas, penalidades, indenizações, honorários arbitrados em juízo, comissões e demais encargos contratuais e legais previstos, bem como as obrigações relativas ao Banco Liquidante, ao Escriturador, à B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão – Segmento B3 UTMV (“**B3**”) e ao Agente Fiduciário, Banco Liquidante, ao Escriturador, as obrigações de ressarcimento de toda e qualquer importância que o Agente Fiduciário e/ou os Debenturistas venham a desembolsar no âmbito da Emissão e/ou em virtude da constituição, manutenção e/ou excussão da Cessão Fiduciária, bem como todos e quaisquer tributos e despesas judiciais e/ou extrajudiciais incidentes sobre a excussão da Cessão Fiduciária, nos termos dos respectivos contratos, conforme aplicável (“**Obrigações Garantidas**” e “**Documentos da Operação**”, respectivamente), a Cedente, pelo presente, de forma irrevogável e irretratável, **cede e transfere fiduciariamente**, em garantia prestada em favor dos Debenturistas, a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse indireta, de acordo com as disposições nos termos do artigo 66-B da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, conforme alterada pela Lei nº 10.931, de 02 de agosto de 2004 (“**Lei 4.728**”) e, no que for aplicável, dos artigos 18 a 20 da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997 (“**Lei 9.514**”) e, no que for aplicável, dos artigos 1.361 e seguintes da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (conforme alterada, o “**Código Civil**” e “**Cessão Fiduciária**”, respectivamente): **(a)** todos os direitos creditórios, atuais ou futuros, de titularidade da

Cedente em relação à conta vinculada nº 53.028-6, mantida junto ao Banco Depositário na agência nº 8541 e movimentável somente pelo Banco Depositário nos termos previstos neste Contrato e no Contrato de Banco Depositário ("**Conta Vinculada**"), constituída para que sejam mantidos em depósito o valor correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do Saldo Devedor das Debêntures ("**Valor Garantido**") em favor dos Debenturistas incluindo todos e quaisquer valores depositados e a serem depositados a qualquer tempo, durante o prazo de vigência deste Contrato, e/ou mantidos na Conta Vinculada, incluindo recursos eventualmente em trânsito ou em compensação bancária, bem como todos os direitos, atuais ou futuros, detidos e a serem detidos pela Cedente como resultado dos valores depositados ou a serem depositados na Conta Vinculada; e **(b)** todos os bens, atuais ou futuros, detidos e a serem detidos pela Cedente a qualquer tempo com relação aos Investimentos Permitidos (conforme abaixo definido) vinculados à Conta Vinculada (os direitos creditórios das alíneas "a" e "b" acima, em conjunto, "**Bens Cedidos**"), incluindo (sem limitações) recursos, direitos, rendimentos, acréscimos, privilégios, preferências, prerrogativas, ações e pretensões a eles relacionados, presentes ou futuros.

2.2. A Cessão Fiduciária resulta na transferência aos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, da propriedade fiduciária, do domínio resolúvel e da posse indireta dos Bens Cedidos, permanecendo a sua posse direta com a Cedente, até o cumprimento integral das Obrigações Garantidas.

2.3. A Cedente responsabiliza-se pela existência e legitimidade dos Bens Cedidos, declarando que não são objeto de qualquer ônus, restrição ou contestação, judicial ou extrajudicial, por parte de terceiros ou dos respectivos devedores, com exceção desta Cessão Fiduciária.

2.4. As Obrigações Garantidas estão adequadas e suficientemente caracterizadas na Escritura de Emissão e, em cumprimento ao disposto no artigo 66-B, §4º, da Lei 4.728, e no artigo 18 da Lei 9.514, e têm suas características principais devidamente descritas no Anexo I a este Contrato. A descrição aqui contida das Obrigações Garantidas, conforme descritas no Anexo I a este Contrato, visa meramente a atender critérios legais e não restringe de qualquer forma ou modifica, sob qualquer aspecto, os direitos dos Debenturistas no âmbito da Emissão.

2.5. Para fins deste Contrato, entende-se por "**Dia(s) Útil(eis)**" qualquer dia com exceção de sábado, domingo ou feriado declarado nacional.

2.6. Até a quitação integral das Obrigações Garantidas, a Cedente obriga-se a adotar todas as medidas e providências que estiverem ao seu alcance no sentido de assegurar

aos Debenturistas a manutenção de preferência legal com relação à Conta Vinculada e aos Bens Cedidos.

2.7. Caso ocorra a declaração do vencimento antecipado das Obrigações Garantidas ou o vencimento final das Obrigações Garantidas sem o seu devido pagamento, nos termos da Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas deverá exercer os direitos e prerrogativas previstos neste Contrato e/ou em lei, em especial exercer todos os direitos oferecidos pela propriedade plena e a posse direta dos Bens Cedidos, para os efeitos da presente garantia.

2.8. Os documentos comprobatórios dos depósitos realizados na Conta Vinculada e da constituição da Conta Vinculada ("**Documentos Comprobatórios**") consistem em documentos relacionados a esta Cessão Fiduciária.

2.8.1. A Cedente, neste ato e na melhor forma de direito, aceita o cargo de fiel depositária dos Documentos Comprobatórios, nos termos dos artigos 627 e seguintes do Código Civil (com exceção do artigo 644) comprometendo-se, sem nenhuma remuneração, mas assumindo todas as responsabilidades e obrigações decorrentes de tal atribuição, a conservá-los, assim como declara conhecer as consequências decorrentes de eventual não restituição dos Documentos Comprobatórios ao Agente Fiduciário, conforme devidos/solicitados na forma deste Contrato, assumindo a responsabilidade por todos os danos que venha a causar aos Debenturistas por descumprimento ao aqui disposto.

2.8.2. A Cedente providenciará, às suas expensas, a aquisição e manutenção de todos os meios físicos e digitais necessários à guarda, preservação e organização dos Documentos Comprobatórios.

2.8.3. Caso seja necessário para cumprimento de ordem judicial, legal ou regulatória, ou para excutir a presente Cessão Fiduciária, a Cedente deverá entregar ao Agente Fiduciário, agindo em nome e benefício dos Debenturistas, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados de solicitação nesse sentido, ou em prazo menor caso haja ordem judicial, legal ou regulatória neste sentido, as vias originais dos Documentos Comprobatórios.

3. FORMALIDADES

3.1. A Cedente, neste ato, obriga-se a:

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: VALID SOLUÇÕES S A

NIRE: 333.0027799-4 Protocolo: 00-2021/124475-9 Data do protocolo: 12/05/2021

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 27/05/2021 SOB O NÚMERO ED333006960000 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 452A8C4FF5389CDB6362DC2ADF161E4741A1939EA4D2732F339F5A31743040F8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o n° de protocolo.



Pag. 081/117

(a) no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de assinatura deste Contrato ou de seus eventuais aditamentos pelas Partes, apresentar ao Agente Fiduciário o protocolo do pedido de registro deste Contrato ou de averbação de seus eventuais aditamentos no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da circunscrição de domicílio da Cedente, observado o disposto na Cláusula 3.1.1 abaixo em caso de aditamento a este Contrato;

(b) no prazo de 20 (vinte) dias contados da data de assinatura deste Contrato ou de seus eventuais aditamentos pelas Partes, obter o registro ou averbação deste Contrato ou de seus eventuais aditamentos no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da circunscrição de domicílio da Cedente; e

(c) no prazo de 5 (cinco) dias contados da data de deferimento do registro ou averbação deste Contrato ou de seus eventuais aditamentos, nos termos acima, fornecer vias originais devidamente registradas no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da circunscrição de domicílio da Cedente ao Agente Fiduciário, observado o disposto na Cláusula 3.1.2 abaixo em caso de aditamento a este Contrato, e em até 1 (um) Dia Útil contado da data de deferimento do registro ou averbação deste Contrato ou de seus eventuais aditamentos, fornecer cópia eletrônica (PDF) ao Agente Fiduciário deste Contrato e ou de seus eventuais aditamentos devidamente registrados.

3.1.1. O Banco Depositário manifestará ciência acerca da presente Cessão Fiduciária por meio do Contrato de Banco Depositário.

3.1.2. Em caso de necessidade de realização de um aditamento ao presente Contrato, a Cedente obriga-se a tomar todas as providências previstas no presente Contrato, incluindo, sem limitação, as averbações nos competentes cartórios.

3.2. Se a Cedente não efetuar os registros nos prazos previstos na Cláusula 3.1 acima, o Agente Fiduciário, agindo conforme instruções dos Debenturistas, poderá, mas não será obrigado a, realizar tais registros em nome, por conta e às expensas da Cedente. O cumprimento das obrigações da Cedente por parte do Agente Fiduciário não isenta a configuração de descumprimento de obrigação não pecuniária deste Contrato pela Cedente.

3.3. Todas as despesas com os registros previstos na Cláusula 3.1 acima deverão ser arcadas pela Cedente, nos termos da Cláusula 10.1 abaixo.

4. MOVIMENTAÇÃO DE RECURSOS, EVENTOS DE RETENÇÃO E INVESTIMENTOS PERMITIDOS

4.1. A Conta Vinculada, de movimentação restrita, será movimentada única e exclusivamente pelo Banco Depositário, mediante notificação por escrito, sendo o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, a única parte autorizada a solicitar ao Banco Depositário a movimentação dos valores depositados na Conta Vinculada, mediante transferências, nos termos deste Contrato e do Contrato de Banco Depositário, assim permanecendo até a integral liquidação de todas as Obrigações Garantidas, vedada a emissão de cheques, saques, cartão de débito ou crédito, ordem de transferência ou qualquer outro meio de movimentação pela Cedente, assim permanecendo até a liquidação final de todas as Obrigações Garantidas de acordo com os procedimentos estabelecidos no Contrato de Banco Depositário.

4.2. Os valores depositados na Conta Vinculada somente poderão ser transferidos, sacados, aplicados, investidos ou, de qualquer outra forma, movimentados pelo Banco Depositário com estrita observância aos termos deste Contrato e do Contrato de Banco Depositário.

4.3. A Cedente desde já autoriza o Banco Depositário a acatar as instruções do Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, que estejam em conformidade com as disposições deste Contrato, sem a necessidade de anuência expressa da Cedente quando da realização de tais instruções.

4.4. A Cedente deverá manter, até a liquidação integral das Obrigações Garantidas, um valor equivalente ao Valor Garantido.

4.4.1. O Agente Fiduciário terá acesso ao extrato completo da Conta Vinculada mediante simples solicitação por escrito através de e-mail ao Banco Depositário, que deverá fornecê-lo ao Agente Fiduciário em até 1 (um) Dia Útil da data da solicitação, contendo os valores das operações de débito e crédito efetuadas na Conta Vinculada, bem como o extrato dos Investimentos Permitidos vinculados à Conta Vinculada, se houver, desde já autorizado pela Cedente.

4.4.2. A Cedente autoriza o Banco Depositário a fornecer ao Agente Fiduciário, bem como este a fornecer aos Debenturistas, se assim solicitado, todas as informações referentes a qualquer movimentação, resgate, conforme aplicável, e os saldos da Conta Vinculada, renunciando ao direito de sigilo bancário em relação a tais informações, seja por meio de extratos bancários e posições contidos na Conta Vinculada. A Cedente, desde logo, de forma irrevogável e irretratável,

reconhece que este procedimento não constitui infração às regras que disciplinam o sigilo bancário, em especial a Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, tendo em vista as peculiaridades que revestem os serviços objeto deste Contrato.

4.4.3. Exceto na hipótese de um Evento de Inadimplemento (conforme definido na Escritura de Emissão) ou excussão dos Bens Cedidos, conforme previsto na Cláusula Sexta deste instrumento, os recursos existentes na Conta Vinculada que excederem o Valor Garantido serão transferidos pelo Banco Depositário, nas datas especificadas na Cláusula 4.4.4. abaixo, para a conta corrente nº 54840-8, de titularidade da Cedente, mantida na agência nº 0204, do Banco Depositário ("**Conta de Livre Movimento**").

4.4.4. Exceto na hipótese de um Evento de Inadimplemento (conforme definido na Escritura de Emissão) ou excussão dos Bens Cedidos, conforme previsto na Cláusula Sexta deste instrumento, em cada dia 11 (onze) dos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro (ou no Dia Útil imediatamente subsequente, no caso de tal dia não ser um Dia Útil) ("**Data de Liberação de Recursos**"), o Agente Fiduciário deverá solicitar ao Banco Depositário que os recursos retidos na Conta Vinculada que excederem o Valor Garantido sejam transferidos, no Dia Útil subsequente ao recebimento da referida notificação, para a Conta Livre Movimento (ou outra conta que vier a substituí-la e vier a ser informada por escrito pela Cedente ao Agente Fiduciário).

4.5. O Banco Depositário aplicará os valores retidos na Conta Vinculada nos termos estabelecidos no Contrato de Banco Depositário ("**Investimentos Permitidos**").

4.6. Caso esteja em curso qualquer inadimplemento de obrigação prevista na Escritura de Emissão e/ou neste Contrato, e observados os respectivos prazos de cura, e/ou esteja em curso qualquer Evento de Inadimplemento (conforme definido na Escritura de Emissão), o Agente Fiduciário, observado o disposto no Contrato de Banco Depositário e na Escritura de Emissão, enviará, em até 1 (um) Dia Útil da data de ciência ou da ocorrência, conforme o caso, uma notificação de bloqueio ao Banco Depositário, aos endereços eletrônicos do Banco Depositário conforme indicados Contrato de Banco Depositário, requerendo o bloqueio imediato do saldo da Conta Vinculada e de todos os recursos que forem e/ou já estiverem nela depositados ("**Notificação de Bloqueio Inadimplemento**"). O Banco Depositário operacionalizará o bloqueio da Conta Vinculada de forma imediata, no mesmo Dia Útil em que a Notificação de Bloqueio Inadimplemento for realizada pelo Agente Fiduciário. Os recursos deverão ficar retidos na Conta Vinculada até que tal inadimplemento seja sanado, observado que, uma vez

sanado o inadimplemento, o Agente Fiduciário deverá notificar o Banco Depositário para fins de desbloqueio da Conta Vinculada, ou até o pagamento integral das Obrigações Garantidas no caso do inadimplemento não ser sanado.

4.7. A Conta Vinculada não poderá ser encerrada até que findo o prazo de vigência deste Contrato e até a quitação integral das Obrigações Garantidas, o que ocorrer por último, o qual será informado pelo Agente Fiduciário à Cedente e ao Banco Depositário. Adicionalmente, a Cedente obriga-se, em caráter irrevogável e irretratável, a não alterar ou modificar, sob qualquer forma, a Conta Vinculada sem o prévio consentimento por escrito de Debenturistas representando, no mínimo, 70% (setenta por cento) das Debêntures em Circulação, reunidos em assembleia geral a ser convocada pelo Agente Fiduciário para esse fim.

5. COMPROMISSOS, DECLARAÇÕES E GARANTIAS

5.1. Sem prejuízo das Obrigações Garantidas e das demais obrigações previstas no presente Contrato, a Cedente, neste ato, de forma irrevogável e irretratável, obriga-se, concorda e se compromete a:

(a) manter e fazer com que suas controladas mantenham sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações, incluindo as societárias, governamentais e de terceiros, necessárias para (i) a validade ou exequibilidade deste Contrato; e (ii) o fiel, pontual e integral cumprimento deste Contrato;

(b) manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações necessárias à outorga da Cessão Fiduciária, à celebração deste Contrato e dos demais documentos relacionados à Emissão e à Oferta Restrita de que seja parte, conforme aplicável, e ao cumprimento de todas as obrigações aqui e ali previstas;

(c) manter os Bens Cedidos livres e desembaraçados de quaisquer ônus, salvo o ônus resultante deste Contrato, e comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário sobre a ocorrência de qualquer evento que possa acarretar a depreciação ou perecimento dos Bens Cedidos;

(d) tempestivamente cumprir quaisquer requisitos e dispositivos legais exigidos para a existência, validade, eficácia e/ou exequibilidade da Cessão Fiduciária, e, mediante solicitação dos Debenturistas ou do Agente Fiduciário,

apresentar comprovação de que tais requisitos ou dispositivos legais foram cumpridos;

(e) a qualquer tempo e às suas próprias expensas, tempestivamente, tomar todas as medidas que venham a ser necessárias e exigidas pelos Debenturistas representados pelo Agente Fiduciário, para o fim de constituir, conservar a validade, formalizar, aperfeiçoar e preservar a garantia para permitir o exercício, pelos Debenturistas, dos respectivos direitos e garantias instituídos por este Contrato, ou cuja instituição seja objetivada pelo presente Contrato, incluindo a celebração de qualquer documento ou contrato adicional (inclusive quaisquer aditivos ao presente Contrato, quer no todo ou em parte);

(f) defender, tempestivamente, às suas custas e expensas, os direitos do Agente Fiduciário e dos Debenturistas sobre os Bens Cedidos e a Conta Vinculada com relação à Cessão Fiduciária ora constituída contra quaisquer reivindicações e demandas de terceiros, mantendo os Debenturistas e o Agente Fiduciário indenados e livres de todas e quaisquer responsabilidades, custos e despesas (incluindo honorários e despesas advocatícios comprovadamente incorridos), incluindo, sem limitação: **(i)** referentes ou provenientes de qualquer atraso no pagamento dos tributos e demais encargos incidentes ou devidos relativamente a qualquer dos Bens Cedidos; **(ii)** referentes ou resultantes de qualquer violação das declarações dadas ou obrigações assumidas neste Contrato; e/ou **(iii)** referentes à formalização e ao aperfeiçoamento da Cessão Fiduciária, de acordo com este Contrato;

(g) notificar o Agente Fiduciário: **(i)** a respeito de qualquer acontecimento, fato ou circunstância, em relação aos Bens Cedidos e à Conta Vinculada (incluindo, mas não limitado, a ingresso ou perda em processos judiciais, extrajudiciais, arbitrais e/ou administrativos, reivindicação ou investigação envolvendo a Cedente e/ou suas sociedades controladas e/ou coligadas) que possa depreciar ou afetar negativamente a garantia ora prestada neste Contrato, em até 3 (três) Dias Úteis contados da ciência de tal acontecimento; e/ou **(ii)** acerca da ocorrência de qualquer penhora, arresto ou qualquer medida judicial, arbitral e/ou administrativa de efeito similar que recaia sobre os Bens Cedidos em até 3 (três) Dias Úteis contados do recebimento da respectiva notificação;

(h) fornecer ao Agente Fiduciário quaisquer informações e documentos justificadamente solicitados com relação aos Bens Cedidos, em um prazo de 5

(cinco) Dias Úteis contados da respectiva solicitação ou em prazo menor caso haja ordem judicial, legal ou regulatória neste sentido;

(i) pagar em dia todos os tributos, taxas, contribuições e demais despesas e ônus que incidam ou que venham a incidir sobre os Bens Cedidos;

(j) tratar qualquer sucessor, endossatário, cessionário ou adquirente de qualquer dos Documentos da Operação como se fosse signatário original deste Contrato e dos demais Documentos da Operação, garantindo-lhe o pleno e irrestrito exercício de todos os direitos e prerrogativas atribuídos aos Debenturistas nos termos dos Documentos da Operação;

(k) não praticar qualquer ato que possa, direta ou indiretamente, prejudicar, modificar, restringir ou afetar negativamente os direitos outorgados aos Debenturistas por meio deste Contrato, por qualquer outro Documento da Operação ou pela legislação aplicável ou, ainda, a excussão da garantia ora constituída;

(l) manter a titularidade válida e plena da Conta Vinculada, exceto pela propriedade resolúvel decorrente do presente Contrato, bem como manter a Conta Vinculada em sua posse mansa e pacífica, em qualquer caso, respeitadas as disposições dos Documentos da Operação;

(m) não alterar, encerrar ou vincular a Conta Vinculada, bem como manter aberta a Conta Vinculada, durante a vigência deste Contrato, nem praticar qualquer ato, ou abster-se de praticar qualquer ato, que possa, de qualquer forma, resultar na alteração, encerramento ou oneração da Conta Vinculada ou dos recursos e aplicações nela existente, responsabilizando-se pelo pagamento de quaisquer tributos e contribuições exigidos ou que vierem a ser exigidos em decorrência do respectivo Contrato de Banco Depositário e/ou da movimentação de recursos depositados na Conta Vinculada, durante o prazo de vigência do referido contrato;

(n) não alienar, vender, comprometer-se a vender, ceder, transferir, emprestar, locar, conferir ao capital, instituir usufruto ou fideicomisso, ou por qualquer outra forma dispor diretamente dos Bens Cedidos a terceiros, nem sobre eles constituir qualquer ônus prioritário em relação a esta Cessão Fiduciária (assim definido como hipoteca, penhor, alienação fiduciária, cessão fiduciária, promessa de venda, opção de compra, direito de preferência, encargo, gravame ou ônus, arresto, sequestro ou penhora, judicial ou extrajudicial, voluntário ou

involuntário, ou outro ato que tenha o efeito prático similar a qualquer das expressões acima (“Ônus”), gravame ou direito real de garantia (exceto pela Cessão Fiduciária) ou dispor, de qualquer forma, total ou parcial, a título gratuito ou oneroso, dos Bens Cedidos ou quaisquer direitos a eles inerentes, nem permitir que quaisquer dos atos acima sejam realizados, em qualquer dos casos deste inciso, de forma gratuita ou onerosa, no todo ou em parte, ainda que para ou em favor de pessoa do mesmo grupo econômico sem a prévia e expressa anuência dos Debenturistas;

(o) na hipótese de ocorrência da declaração do vencimento antecipado das Obrigações Garantidas ou do vencimento final das Obrigações Garantidas sem o seu devido pagamento, nos termos da Escritura de Emissão, não obstar a realização e implementação, pelos Debenturistas, de quaisquer atos necessários à excussão da Cessão Fiduciária e à salvaguarda dos direitos, garantias e prerrogativas dos Debenturistas nos termos deste Contrato;

(p) cumprir integralmente todas as suas obrigações decorrentes deste Contrato e dos demais Documentos da Operação de que é parte, incluindo, sem limitação, a prática de todos os atos necessários à efetiva formalização Cessão Fiduciária dos Bens Cedidos no prazo e na forma estabelecidos neste Contrato;

(q) em caso de renúncia e/ou substituição do Banco Depositário, contratar nova instituição financeira para atuar como depositário dos recursos depositados na Conta Vinculada, desde que devidamente aprovado pelos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, em termos e condições condizentes com o presente Contrato;

(r) manter, durante toda a vigência deste Contrato, todos os Bens Cedidos sob o escopo da Cessão Fiduciária, transitando exclusivamente na forma prevista neste Contrato e no Contrato de Depositário;

(s) constituir e manter conforme regulamentado neste Contrato e no Contrato de Depositário a estrutura da Conta Vinculada que viabiliza a presente Cessão Fiduciária, não podendo alterar ou encerrar a Conta Vinculada sem a prévia e expressa anuência do Agente Fiduciário;

(t) entregar ao Agente Fiduciário, na presente data, a procuração exigida nos termos deste Contrato;

(u) cumprir e, ainda fazer com que suas controladas cumpram rigorosamente com as leis, regulamentos e demais normas ambientais e trabalhistas em vigor, relativas à saúde e segurança ocupacional, inclusive no que se refere à inexistência de trabalho infantil e análogo a de escravo, discriminação de raça e gênero e direitos dos silvícolas, incluindo, mas não se limitando, ao disposto na Legislação Socioambiental (conforme definido abaixo), assim como não adotar ações que incentivem a prostituição, em especial com relação aos seus projetos e atividades de qualquer forma beneficiados pelas Obrigações Garantidas, zelando sempre para que os trabalhadores da Cedente estejam devidamente registrados nos termos da legislação em vigor e a Cedente cumpra as obrigações decorrentes dos respectivos contratos de trabalho e da legislação trabalhista e previdenciária em vigor, mantendo, ainda, as licenças ambientais válidas e/ou dispensas e/ou protocolo junto às autoridades públicas, bem como todos os registros necessários, em conformidade com a legislação civil e ambiental aplicável, observados os prazos previstos no artigo 18, §4º, da Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 e/ou os prazos definidos pelos órgãos ambientais das jurisdições em que a Cedente atue, adotando as medidas e ações preventivas e reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ao meio ambiente e a seus trabalhadores decorrentes das atividades descritas em seu objeto social e, ainda, proceder a todas as diligências exigidas para suas atividades econômicas, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais que, subsidiariamente, venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor;

(v) observar, cumprir e/ou fazer cumprir, por si, por suas Afiliadas, e seus diretores, administradores e funcionários (“**Representantes**”) toda e qualquer Lei Anticorrupção, bem como abster-se de (a) praticar a utilização de recursos para contribuições, doações ou despesas ilegais relativas a atividades políticas; (b) realizar qualquer pagamento ilegal, direto ou indireto, a empregados ou funcionários públicos, partidos políticos, políticos ou candidatos políticos, incluindo seus familiares, nacionais ou estrangeiros, (c) praticar quaisquer atos para obter ou manter qualquer negócio, transação ou vantagem comercial indevida; (d) violar qualquer dispositivo de qualquer lei ou regulamento contra prática de corrupção ou atos lesivos à administração pública, incluindo, sem limitação, as Leis Anticorrupção; e (e) realizar qualquer pagamento de propina, abatimento ilícito, remuneração ilícita, suborno, tráfico de influência, “caixinha” ou outro pagamento ilegal (em conjunto “**Condutas Indevidas**”), devendo (i) manter políticas e procedimentos internos que assegurem integral cumprimento das Leis Anticorrupção; (ii) dar conhecimento pleno de tais normas a todos os seus

profissionais e/ou os demais prestadores de serviços que venham a se relacionar; (iii) abster-se de praticar atos de corrupção e de agir de forma lesiva à administração pública, nacional ou estrangeira; e (iv) caso tenha conhecimento de qualquer ato ou fato que viole aludidas normas, comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário, que poderá tomar todas as providências que entender necessárias;

(w) indenizar, defender, eximir, manter indene e, quando aplicável, reembolsar o Agente Fiduciário em relação a todos e quaisquer prejuízos, indenizações, responsabilidades, danos diretos, desembolsos, adiantamentos, tributos ou despesas (inclusive honorários razoáveis e despesas de advogados externos) pagos ou incorridos diretamente pelo Agente Fiduciário decorrentes diretamente do descumprimento, pela Cedente das Obrigações Garantidas e/ou descumprimentos relacionados a este Contrato.

5.1.1. Para fins deste Contrato, "**Leis Anticorrupção**" tem o significado que lhe é atribuído na Escritura de Emissão

5.1.2. As obrigações aqui previstas devem ser cumpridas pela Cedente, podendo o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, declarar vencidas antecipadamente todas as Obrigações Garantidas e executar a garantia prevista neste Contrato em caso de descumprimento de tais obrigações, nos termos da Escritura de Emissão.

5.1.3. A Cedente, às suas expensas, celebrará os documentos e instrumentos adicionais necessários que venham a ser razoavelmente exigidos pelos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, de tempos em tempos, para permitir que o Agente Fiduciário proteja os direitos ora constituídos no que diz respeito aos Bens Cedidos, no todo ou em parte, ou o exercício por parte do Agente Fiduciário de quaisquer dos direitos, poderes e faculdades a ele atribuídos pelo presente Contrato.

5.1.4. O Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos extrajudiciais contra a Cedente para a proteção e defesa dos interesses dos Debenturistas e da realização de seus créditos, comprometendo-se, desde já a auxiliar os Debenturistas na adoção de quaisquer medidas ou procedimentos judiciais para a excussão dos Bens Cedidos e realização dos Debenturistas, observados os procedimentos previstos neste Contrato.

5.1.5. As obrigações previstas neste Contrato são em adição e não em substituição àquelas previstas em qualquer dos Documentos da Operação.

5.2. Adicionalmente às declarações e garantias prestadas nos demais Documentos da Operação, a Cedente declara e garante, nesta data e na data de qualquer aditamento a este Contrato, que:

(a) é sociedade devidamente constituída, validamente existente de acordo com a legislação, regulamentação e exigências aplicáveis, e está devidamente autorizada a conduzir os seus negócios, com plenos poderes para deter, dispor e operar seus respectivos bens;

(b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias, inclusive societárias e regulatórias a celebrar este Contrato, constituir esta Cessão Fiduciária e a cumprir todas as obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais, regulatórios e estatutários necessários para tanto;

(c) os representantes legais que assinam este Contrato têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos, se aplicável, em pleno vigor;

(d) é a única e legítima titular e proprietária dos Bens Cedidos e da Conta Vinculada, exceto pela propriedade resolúvel decorrente do presente Contrato, e que os Bens Cedidos não são provenientes de infrações legais, atos ilícitos ou em descumprimento com a legislação aplicável;

(e) a celebração deste Contrato, bem como a constituição da presente Cessão Fiduciária e o cumprimento das obrigações aqui previstas, não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Cedente;

(f) é legítima titular e proprietária dos Bens Cedidos, não existindo, qualquer ação ou procedimento judicial, arbitral, administrativo ou fiscal que possa, ainda que indiretamente, prejudicar, impedir ou invalidar a Cessão Fiduciária em garantia objeto deste Contrato;

(g) para todos os fins de direito e observando-se a alocação de riscos descrita no artigo 421-A, II, do Código Civil, os bens/direitos dados em garantia no âmbito deste Contrato não representam bens de capital e/ou bens essenciais da Cedente,

inclusive para fins de leis de falência, insolvência ou recuperação judicial e extrajudicial, sendo certo que a Cedente não pleiteará ou de qualquer outra forma discutirá, em juízo ou fora dele, o reconhecimento da essencialidade ou de qualquer outro argumento correlato que venha a impedir/obstar a excussão da Cessão Fiduciária;

(h) a Cessão Fiduciária sobre os Bens Cedidos e sobre a I de acordo com este Contrato constitui um direito real de garantia válido, legítimo e legal para os fins do presente Contrato, aperfeiçoando-se mediante o registro previsto na Cláusula 3 acima;

(i) a celebração deste Contrato é compatível com a capacidade econômica, financeira e operacional da Cedente de forma que a Cessão Fiduciária não acarretará qualquer impacto negativo em sua capacidade de honrar quaisquer compromissos e obrigações;

(j) não existe qualquer: (i) disposição ou cláusula contida em acordos, contratos ou avenças, que restrinja ou impeça a Cessão Fiduciária; ou (ii) reivindicação, demanda, ação ou discussão judicial, administrativa ou arbitral, arbitragem, mediação, inquérito ou processo pendente ou ajuizado, instaurado ou requerido perante qualquer árbitro, juízo ou qualquer outra autoridade, de natureza cível, trabalhista, previdenciária, tributária, ambiental, regulatória e/ou de qualquer natureza, que possa afetar negativamente, prejudicar ou depreciar os Bens Cedidos e a Cessão Fiduciária ora constituída;

(k) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento, pela Cedente, de suas obrigações nos termos deste Contrato ou para a prestação da Cessão Fiduciária, exceto (a) o arquivamento da ata da AGE da Cedente na JUCERJA; e (b) o registro deste Contrato e da presente Cessão Fiduciária, nos termos da Cláusula 3 acima;

(l) a cessão fiduciária ora criada sobre os Bens Cedidos, após os devidos registros referidos na Cláusula 3 acima, constituirá um direito real de garantia, válido, legal e perfeito, exequível em conformidade com os termos aqui estabelecidos;

(m) está sujeita à legislação aplicável com relação às suas obrigações nos termos do presente Contrato, e a celebração, entrega e execução deste Contrato constituem atos privados e comerciais, e não atos públicos ou governamentais,

sendo que a Cedente não possui qualquer imunidade com relação à jurisdição de qualquer tribunal ou compensação ou qualquer processo judicial seja por meio de citação ou notificação, arresto ou sequestro, penhora para a garantia da execução, execução ou de outra forma, que possa acarretar deterioração significativa e substancial na sua situação econômica e financeira e/ou afetar a Cessão Fiduciária;

(n) a celebração e o cumprimento das obrigações previstas neste Contrato foram devidamente autorizadas pelos atos societários necessários (incluindo eventuais atos societários de seus de acionistas) e não: **(i)** violam o seu estatuto ou qualquer deliberação societária; **(ii)** violam disposições da legislação e regulamentação vigente aplicável; **(iii)** conflitam, resultam na violação ou constituem inadimplemento por força de qualquer termo ou condição previstos em qualquer contrato, contrato de empréstimo, escritura, instrumento de hipoteca, arrendamento ou qualquer outro instrumento ou disposição contratual que a vinculem ou afetem; **(iv)** resultam na criação ou imposição de qualquer Ônus (com exceção do ônus criado neste Contrato), nem constituem ou constituirão condição que enseje qualquer direito de acelerar o vencimento ou requerer o pagamento antecipado de qualquer dívida relacionada aos referidos instrumentos; ou **(v)** violam qualquer decisão judicial, administrativa ou arbitral emitida por órgão competente;

(o) este Contrato e as obrigações assumidas neste Contrato constituem obrigações legalmente válidas, eficazes e vinculantes da Cedente, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do Código de Processo Civil;

(p) possui todas as autorizações e licenças, inclusive ambientais, exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício regular de suas atividades, estando todas elas plenamente válidas e em vigor e tendo todos os protocolos de requerimento sido realizados dentro dos prazos definidos pelos órgãos das jurisdições em que a Cedente atua, exceto caso as referidas autorizações e licenças, conforme o caso, estejam em processo tempestivo de obtenção ou renovação nos termos das leis e normas aplicáveis ao setor de atuação da Cedente;

(q) cumpre leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto por aqueles que questionados nas esferas administrativa e/ou

judicial e que tenham sua exigibilidade e efeitos suspensos por decisão judicial ou administrativa;

(r) até a presente data, preparou e entregou todas as declarações de tributos, relatórios e outras informações que, de seu conhecimento devem ser apresentadas, ou recebeu dilação dos prazos para apresentação destas declarações, sendo certo que está, assim como suas controladas, em dia com pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária e ambiental impostas por lei, que não estejam sendo discutidas em boa-fé e que tenham sua exigibilidade e efeitos suspensos por decisão judicial ou administrativa;

(s) tem plena ciência dos termos e condições dos Documentos da Operação, inclusive, sem qualquer limitação, dos eventos de inadimplemento nos termos da Escritura de Emissão, os quais podem vir a acarretar, qualquer um deles, o vencimento antecipado das Debêntures garantidas pela presente Cessão Fiduciária, com a imediata exigibilidade das Debêntures, nos termos da lei, acrescidas de juros contratuais e moratórios e demais encargos, tudo nos termos e condições previstos dos Documentos da Operação;

(t) (i) observa, cumpre e faz com que suas Afiliadas, agindo em seu nome ou em seu benefício cumpram as Leis Anticorrupção e demais legislações relativas aplicáveis, bem como se abstém de praticar quaisquer atos de corrupção e de agir de forma lesiva à administração pública, nacional e estrangeira, no seu interesse ou para seu benefício, exclusivo ou não declarando ainda que, após a devida e razoável diligência, não conhece a existência contra si, seus funcionários e administradores, de qualquer investigação, inquérito ou procedimento administrativo ou judicial relacionado a práticas contrárias às Leis Anticorrupção; e (ii) mantém políticas e procedimentos internos, em relação à terceiros e funcionários, objetivando o cumprimento das Leis Anticorrupção. Caso a Cedente, a qualquer momento, tome conhecimento de atos ou fatos que possam violar as aludidas Leis Anticorrupção ou implicar a falsidade, parcialidade ou insuficiência das declarações acima, comunicará imediatamente ao Agente Fiduciário, fornecendo todas as informações necessárias a respeito;

(u) inexistente qualquer condenação da Cedente e suas Afiliadas na esfera administrativa ou judicial, notadamente por razões de corrupção ou por qualquer motivo referente ao descumprimento das Leis Anticorrupção;

(v) cumpre e faz com que suas respectivas Afiliadas e seus Representantes cumpram, em todos os aspectos, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios e necessárias para a execução de seu objeto social, em especial a Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conama – Conselho Nacional do Meio Ambiente e as demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, incluindo, mas não se limitando, a leis e regulamentos relativos à discriminação de raça ou gênero, inexistência de incentivo à prostituição, relacionadas ao meio ambiente, à saúde e segurança ocupacional e/ou a não utilização de mão de obra infantil e/ou em condições análogas às de escravo ou que de qualquer forma possa infringir os direitos dos silvícolas, bem como ao direito sobre as áreas de ocupação indígena, assim declaradas pela autoridade competente ("**Legislação Socioambiental**"), possuindo as licenças ambientais exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, estando todas elas válidas e vigentes ou em processo regular de renovação;

(w) (a) até a presente data, a Cedente não foi condenada na esfera judicial ou administrativa por: (1) questões trabalhistas envolvendo trabalho em condição análoga à de escravo e/ou trabalho infantil, e/ou de incentivo à prostituição e/ou (2) crime contra o meio ambiente; e (b) suas atividades e propriedades estão em conformidade com a Legislação Socioambiental;

(x) a constituição da Cessão Fiduciária será realizada no melhor interesse da Cedente, não sendo outorgada pela Cedente a título gratuito;

(y) cumpre integralmente as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto por aqueles que questionados nas esferas administrativa e/ou judicial e que tenham sua exigibilidade e efeitos suspensos por decisão judicial ou administrativa;

(z) não há ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação que possa afetar os Bens Cedidos e/ou a capacidade da Cedente de cumprir com as obrigações decorrentes deste Contrato; e

(aa) a procuração outorgada nos termos do Anexo II do presente Contrato é neste ato devida e validamente outorgada e formalizada e confere ao Agente Fiduciário, na qualidade de representante da comunhão dos Debenturistas, os poderes nela expressos, nos termos dos artigos 683 e 684 do Código Civil. Não

outorgou outros instrumentos de mandato ou outros documentos semelhantes, nem assinou qualquer outro instrumento ou contrato com relação ao aperfeiçoamento da Cessão Fiduciária em relação aos Bens Cedidos e/ou à excussão dos Bens Cedidos.

5.2.1. As declarações prestadas neste Contrato são em adição, e não em substituição, àquelas previstas em qualquer dos Documentos da Operação.

5.2.2. A Cedente obriga-se a notificar o Agente Fiduciário em até 3 (três) Dias Úteis, contados da respectiva ocorrência, caso qualquer das declarações prestadas no âmbito deste Contrato torne-se total ou parcialmente inverídica, incompleta ou incorreta.

5.3. A Cedente indenizará e reembolsará o Agente Fiduciário e os Debenturistas, bem como seus respectivos sucessores e cessionários (cada um, uma "**Parte Indenizada**"), e manterá cada Parte Indenizada isenta de qualquer responsabilidade, por quaisquer danos, custos e despesas de qualquer tipo, incluindo, sem limitação, as despesas com honorários advocatícios, que possam ser incorridos por referida Parte Indenizada: **(i)** em decorrência de quaisquer passivos, contingências, ações, débitos ou processos judiciais ou administrativos referentes aos Bens Cedidos; ou **(ii)** em decorrência da inveracidade, falsidade, incorreção relevante ou invalidade de quaisquer das declarações prestadas neste Contrato.

5.4. O Agente Fiduciário, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, e como condição e causa essenciais para a celebração deste Contrato, declara e assegura à Cedente que:

(a) este Contrato constitui uma obrigação legal, válida, eficaz e vinculante do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;

(b) tem plenos poderes, capacidade, e seu representante legal está devidamente autorizado a celebrar este Contrato e a cumprir com todas as obrigações nele previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais, contratuais e estatutários necessários para a celebração e cumprimento das obrigações assumidas nos termos deste Contrato; e

(c) detém todas as autorizações e licenças exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais, estando todas elas válidas.

6. EXCUSSÃO DAS GARANTIAS

6.1. Mediante a ocorrência da declaração do vencimento antecipado das Obrigações Garantidas ou do vencimento final das Obrigações Garantidas sem o seu devido pagamento, nos termos da Escritura de Emissão, consolidar-se-á nos Debenturistas a propriedade plena dos Bens Cedidos, independentemente de qualquer notificação prévia à Cedente podendo os Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, às expensas da Cedente, excutir a garantia e exercer todos os direitos e poderes a si conferidos pela legislação vigente, promovendo sua execução judicial ou excussão extrajudicial, sem ordem de preferência, considerando o saldo devedor das Obrigações Garantidas, podendo, ainda, a exclusivo critério dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário: (i) vender, ceder, transferir, alienar e/ou de qualquer outra forma excutir os Bens Cedidos, no todo ou em parte, seja através de leilão público ou venda privada; e/ou (ii) promover a execução judicial para cobrança das Obrigações Garantidas por meio da excussão, total ou parcial, da garantia sobre os Bens Cedidos, devendo, em todos os casos, utilizar os recursos decorrentes da excussão dos Bens Cedidos no pagamento, total ou parcial, das Obrigações Garantidas.

6.1.1. Os recursos retidos na Conta Vinculada (inclusive os valores decorrentes dos Investimentos Permitidos) deverão ser direcionados ao pagamento das Obrigações Garantidas, ou de outra forma acordada entre os Debenturistas, mediante execução parcial e/ou total da garantia representada por este Contrato.

6.2. A eventual execução parcial da garantia ou pagamento parcial das Obrigações Garantidas não afetará os termos e condições deste Contrato em benefício dos Debenturistas, nem importa na exoneração da Cessão Fiduciária, sendo certo que as disposições deste Contrato permanecerão válidas e em pleno vigor até a liquidação integral de todas as Obrigações Garantidas.

6.3. Na hipótese de excussão dos Bens Cedidos, a Cedente não terá qualquer direito de reaver dos Debenturistas e/ou do adquirente dos Bens Cedidos e/ou do Agente Fiduciário, qualquer valor pago aos Debenturistas e/ou ao Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, a título de liquidação das Obrigações Garantidas com os valores decorrentes da alienação e transferência dos Bens Cedidos, não se sub-rogando, portanto, nos direitos de crédito correspondentes às Obrigações Garantidas.

6.4. Caso os recursos apurados após a excussão da Cessão Fiduciária não sejam suficientes para a plena quitação das Obrigações Garantidas e quaisquer despesas de cobrança, a Cedente permanecerá obrigada pelo saldo devedor das Obrigações

Garantidas, nos termos deste Contrato e dos Documentos da Operação, sendo que a excussão da Cessão Fiduciária não prejudica ou diminui direitos do Debenturistas de propor quaisquer ações ou procedimentos contra a Cedente para garantir cobrança e pagamento do valor remanescente da Emissão.

6.5. Neste ato, a Cedente nomeia, em caráter irrevogável e irretratável, nos termos dos artigos 684, 685 e parágrafo único do artigo 686 do Código Civil, o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, como seu bastante procurador (inclusive tendo poderes de substabelecimento, no todo ou em parte, com ou sem reserva) para tomar, em nome da Cedente, qualquer medida com relação às matérias aqui tratadas, incluindo, mas não se limitando a:

(a) exercer, a qualquer momento, todos os atos necessários à conservação e defesa da garantia;

(b) mediante a ocorrência (i) de um Evento de Inadimplemento; (ii) a declaração de vencimento antecipado das Obrigações Garantidas ou (iii) do vencimento final das Obrigações Garantidas sem o seu devido pagamento, nos termos da Escritura de Emissão, notificar o Banco Depositário para, na hipótese do inciso (i), reter e, nas demais hipóteses, utilizar os recursos já existentes na Conta Vinculada, bem como os recursos que venham a ser depositados a partir desta data;

(c) mediante a ocorrência da declaração do vencimento antecipado das Obrigações Garantidas ou do vencimento final das Obrigações Garantidas sem o seu devido pagamento, nos termos da Escritura de Emissão, receber e utilizar os recursos relativos aos Bens Cedidos, aplicando-os na quitação das Obrigações Garantidas, podendo, para tanto, assinar documentos, emitir recibos e dar quitação, reconhecendo expressamente a Cedente a autenticidade e legalidade de tais atos, dando tudo como bom, firme e valioso para todos os efeitos, independentemente de autorização, aviso prévio ou notificação de qualquer natureza e sem prejuízo das demais cominações previstas nos Documentos da Operação;

(d) mediante a ocorrência da declaração do vencimento antecipado das Obrigações Garantidas ou do vencimento final das Obrigações Garantidas sem o seu devido pagamento, nos termos da Escritura de Emissão, executar a garantia e tomar as medidas para consolidar a propriedade plena dos Bens Cedidos e da i, incluindo resgatar Investimentos Permitidos e utilizar os recursos decorrentes do

resgate, em ambos os casos até o montante necessário para o pagamento das Obrigações Garantidas;

(e) mediante a ocorrência da declaração do vencimento antecipado das Obrigações Garantidas ou do vencimento final das Obrigações Garantidas sem o seu devido pagamento, nos termos da Escritura de Emissão, conservar e recuperar a posse indireta dos Bens Cedidos, bem como dos instrumentos que os representam, contra qualquer detentor, inclusive as própria Cedente;

(f) mediante a ocorrência da declaração do vencimento antecipado das Obrigações Garantidas ou do vencimento final das Obrigações Garantidas sem o seu devido pagamento, nos termos da Escritura de Emissão, representar a Cedente e praticar todos e quaisquer atos necessários à remessa e/ou ingresso e/ou transferência de recursos aos Debenturistas para pagamento das Obrigações Garantidas exclusivamente em razão da execução do presente Contrato; e

(g) mediante a ocorrência da declaração do vencimento antecipado das Obrigações Garantidas ou do vencimento final das Obrigações Garantidas sem o seu devido pagamento, nos termos da Escritura de Emissão, representar a Cedente na República Federativa do Brasil, em juízo ou fora dele, perante terceiros e todas e quaisquer instituições financeiras públicas ou privadas, agências ou autoridades federais, estaduais ou municipais, em todas as suas respectivas divisões e departamentos, incluindo, entre outras, juntas comerciais, conforme aplicável, Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, ministério específico ao qual a Cedente esteja sujeita, caso aplicável, agência reguladora à qual a Cedente esteja sujeita, caso aplicável e a Secretaria da Receita Federal do Brasil, somente em relação aos atos que possam ser necessários para o fim de formalizar a alienação, cessão ou transferência, por qualquer meio, dos Bens Cedidos, no todo ou em parte, a si ou quaisquer terceiros, nos termos do presente Contrato.

6.6. Os poderes descritos na Cláusula 6.5 são adicionalmente conferidos ao Agente Fiduciário, em conformidade com a procuração outorgada de forma irrevogável e irretroatável nos termos do **Anexo II** a este Contrato, que poderá ser substabelecida pelo Agente Fiduciário, no todo ou em parte, com ou sem reserva. Tal procuração é outorgada como condição deste Contrato, a fim de assegurar o cumprimento das obrigações no mesmo estabelecidas, com poderes da cláusula "em causa própria", e é irrevogável, nos termos dos artigos 684, 685 e parágrafo único do artigo 686 do Código Civil. Tal procuração será válida e eficaz pelo prazo de vigência deste Contrato e enquanto subsistirem as Obrigações Garantidas.

6.6.1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 6.6 acima, durante a vigência do presente Contrato, a Cedente por este ato, de forma irrevogável e irretratável, obriga-se a manter a procuração outorgada ao Agente Fiduciário válida e a renovar a referida procuração, sempre que necessário.

6.6.2. A Cedente compromete-se a, após solicitação nesse sentido pelo Agente Fiduciário, em até 3 (três) Dias Úteis contados de tal solicitação, outorgar um instrumento de procuração equivalente ao eventual sucessor do Agente Fiduciário e, conforme venha a ser exigido, sempre que necessário para assegurar que os Debenturistas, disponham dos poderes exigidos para praticar atos e exercer os direitos aqui previstos.

7. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

7.1. Quaisquer importâncias recebidas pelos Debenturistas, por meio do exercício das medidas previstas na Cláusula Sexta deste Contrato, poderão ser por eles aplicadas para o pagamento das Obrigações Garantidas de acordo com os termos e condições entre eles estabelecido. Após o pagamento integral das Obrigações Garantidas, incluindo quaisquer despesas relativas à execução deste Contrato e dos demais Documentos da Operação, quaisquer importâncias recebidas excedentes às Obrigações Garantidas deverão ser devolvidas pelos Debenturistas à Cedente no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis a contar da data de disponibilidade de referidas importâncias excedentes, observado o disposto na Cláusula 6.4 acima.

8. PRAZO DE VIGÊNCIA E LIBERAÇÃO DA GARANTIA

8.1. O presente Contrato é celebrado em caráter irrevogável e irretratável e começa a vigorar na data de sua assinatura e permanecerá em vigor até o adimplemento integral das Obrigações Garantidas.

8.2. Ocorrendo o pagamento integral das Obrigações Garantidas, este Contrato será resolvido e o direito de garantia por ele criado ficará automaticamente liberado de pleno direito.

8.2.1. O Agente Fiduciário deverá entregar à Cedente o termo de liberação da presente garantia, em termos e condições necessários à liberação da presente garantia junto aos Cartórios de Títulos e Documentos competentes, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis do pagamento integral e irrevogável das Obrigações Garantidas.

9. COMUNICAÇÕES

9.1. Qualquer notificação, solicitação, exigência ou comunicação a ser enviada ou entregue de acordo com o presente Contrato deverá ser feita sempre por escrito, via carta ou correio eletrônico, aos endereços de cada uma das Partes especificados no **Anexo III** ou a qualquer outro endereço que venha a ser notificado e produzirá efeitos quando do recebimento por qualquer pessoa no endereço informado.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. A Cedente será responsável e deverá ressarcir, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis a contar da apresentação da respectiva documentação comprobatória, todos os custos, tributos, emolumentos, encargos e despesas (inclusive honorários advocatícios, custos de contratação de contadores e/ou outros profissionais terceirizados, custas e despesas judiciais e extrajudiciais) incorridos com a elaboração, desenvolvimento, negociação, assinatura, celebração, registro, formalização, transferência do produto da execução desta Cessão Fiduciária aos Debenturistas ou ao Agente Fiduciário, e o exercício, a extinção, execução, tentativa de excussão ou preservação de direitos estabelecidos no âmbito deste Contrato (quer de forma amigável, judicial ou extrajudicialmente ou por qualquer outro meio) ou quaisquer outros documentos produzidos de acordo com o presente (incluindo aditivos a este). Se a Cedente deixar de cumprir qualquer avença contida no presente Contrato, os Debenturistas poderão, sem a tanto estarem obrigados, cumprir a referida avença, ou providenciar o seu cumprimento, sendo certo que a Cedente será responsável solidariamente por todas as respectivas despesas e custos adicionais incorridos pelos Debenturistas ou pelo Agente Fiduciário para tal fim, ressalvada as condições previstas na Escritura de Emissão.

10.2. Os direitos e obrigações decorrentes deste Contrato não poderão ser cedidos pela Cedente, exceto mediante a prévia e expressa aprovação do Agente Fiduciário, atuando conforme instruções dos Debenturistas.

10.3. Nenhum termo ou condição contido no presente Contrato poderá ser objeto de renúncia, aditamento ou modificação, a menos que tal renúncia, aditamento ou modificação sejam formalizados por escrito e assinados pelas Partes. A omissão ou o atraso no exercício de qualquer direito, poder ou privilégio aqui previsto, não poderá ser interpretado como renúncia ou novação. O exercício parcial de qualquer direito não impedirá o exercício futuro de tal direito. A renúncia expressa por escrito a um determinado direito não deverá ser considerada como renúncia a qualquer outro direito.

10.4. Se qualquer cláusula deste Contrato for considerada inválida ou inexequível por uma autoridade de qualquer jurisdição competente, a referida cláusula deverá ser eliminada do Contrato, sem, contudo, afetar a validade ou a exequibilidade das demais cláusulas. Em substituição a qualquer cláusula assim eliminada, as Partes deverão negociar uma disposição similar, que reflita a intenção original das Partes, na medida do permitido pela respectiva decisão proferida pela referida autoridade.

10.5. O pagamento de apenas parte das Obrigações Garantidas não representará correspondente exoneração da garantia constituída neste ato, nos termos do artigo 1.421 do Código Civil.

10.6. O exercício pelos Debenturistas de quaisquer de seus direitos ou recursos previstos neste Contrato não exonerará a Cedente de quaisquer de seus deveres ou obrigações nos termos dos de qualquer outro Documento da Operação ou da legislação aplicável.

10.7. Os poderes conferidos ao Agente Fiduciário, de acordo com este Contrato, são exclusivamente para proteger os interesses dos Debenturistas neste Contrato.

10.8. O presente Contrato deverá: (i) vincular a Cedente e seus sucessores, e (ii) beneficiar os Debenturistas e seus sucessores e cessionários.

11. LEI APLICÁVEL E ELEIÇÃO DO FORO

11.1. Este Contrato será regido e interpretado de acordo com as leis do Brasil e constitui título executivo extrajudicial, de acordo com os termos do artigo 784, incisos III e V, da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (conforme alterada, o "**Código de Processo Civil**"). A Cedente neste ato reconhece e concorda que toda e qualquer obrigação assumida ou que lhe possa ser imputada, nos termos do presente Contrato ou a ele relacionada, estarão sujeitas à execução específica de acordo com, entre outros, o artigo 815 do Código de Processo Civil.

11.2. As Partes obrigam-se, de forma irrevogável e irretroatável, a submeter-se à jurisdição do foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, para resolver quaisquer disputas ou controvérsias oriundas deste Contrato, ou a ele relacionadas.

11.3. A celebração deste Contrato poderá ser realizada por meio físico, eletrônico ou digital, com processo disponibilizado pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, nos termos do artigo 10, parágrafo 1º da Medida Provisória nº 2.200-2, de

24 de agosto de 2001, constituindo título executivo extrajudicial para todos os fins de direito.

E por assim estarem justas e contratadas, as Partes firmam o presente Contrato em 3 (três) vias físicas e 1 (uma) via digital de igual teor e conteúdo, na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, [●] de [●] de 2021.

(Assinaturas se encontram nas páginas seguintes)

(Restante da página intencionalmente deixado em branco)

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: VALID SOLUÇÕES S A

NIRE: 333.0027799-4 Protocolo: 00-2021/124475-9 Data do protocolo: 12/05/2021

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 27/05/2021 SOB O NÚMERO ED333006960000 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 452A8C4FF5389CDB6362DC2ADF161E4741A1939EA4D2732F339F5A31743040F8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o n° de protocolo.



Pag. 103/117

(Página de Assinaturas 1/3 do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças)

VALID SOLUÇÕES S.A.

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: VALID SOLUÇÕES S A

NIRE: 333.0027799-4 Protocolo: 00-2021/124475-9 Data do protocolo: 12/05/2021

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 27/05/2021 SOB O NÚMERO ED333006960000 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 452A8C4FF5389CDB6362DC2ADF161E4741A1939EA4D2732F339F5A31743040F8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



(Página de Assinaturas 2/3 do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças)

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: VALID SOLUÇÕES S A

NIRE: 333.0027799-4 Protocolo: 00-2021/124475-9 Data do protocolo: 12/05/2021

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 27/05/2021 SOB O NÚMERO ED333006960000 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 452A8C4FF5389CDB6362DC2ADF161E4741A1939EA4D2732F339F5A31743040F8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



Pag. 105/117

(Página de Assinaturas 3/3 do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças)

Testemunhas:

Nome:

RG:

CPF/ME:

Nome:

RG:

CPF/ME:

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: VALID SOLUÇÕES S A

NIRE: 333.0027799-4 Protocolo: 00-2021/124475-9 Data do protocolo: 12/05/2021

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 27/05/2021 SOB O NÚMERO ED333006960000 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 452A8C4FF5389CDB6362DC2ADF161E4741A1939EA4D2732F339F5A31743040F8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o n° de protocolo.



Pag. 106/117

ANEXO I
DESCRIÇÃO DAS OBRIGAÇÕES GARANTIDAS

Para os fins legais, as Partes descrevem as principais condições das Obrigações Garantidas, sem prejuízo do detalhamento constante da Escritura de Emissão:

- (i) **Emissora:** Valid Soluções S.A.
- (ii) **Número da Emissão.** 8ª (oitava) Emissão.
- (iii) **Número de Séries.** Emissão será realizada em 2 (duas) séries ("Primeira Série", "Segunda Série", e, em conjunto, "Séries").
- (iv) **Quantidade de Debêntures.** Serão emitidas 700.000 (setecentas mil) Debêntures, observados em qualquer hipótese (i) a quantidade de 27.000 (vinte e sete mil) Debêntures na Primeira Série ("Debêntures da Primeira Série"), que será distribuída em regime de garantia firme; e (ii) a quantidade de 673.000 (seiscentos e setenta e três mil) Debêntures na Segunda Série ("Debêntures da Segunda Série"), observada a possibilidade de Distribuição Parcial das Debêntures da Segunda Série, sendo a quantidade de 417.000 (quatrocentas e dezessete mil) Debêntures da Segunda Série distribuídas em regime de garantia firme e a quantidade de 256.000 (duzentas e cinquenta e seis mil) Debêntures da Segunda Série distribuídas em regime de melhores esforços.
- (v) **Valor Nominal Unitário.** O valor nominal unitário das Debêntures na sua Data de Emissão será de R\$ 1.000,00 (mil reais) ("Valor Nominal Unitário").
- (vi) **Valor da Emissão.** O valor total da Emissão será de R\$ 700.000.000,00 (setecentos milhões de reais), na Data de Emissão ("Valor Total da Emissão"), sendo observado que (i) a Primeira Série terá o volume de R\$ 27.000.000,00 (vinte e sete milhões de reais), que será distribuído em regime de garantia firme; e (ii) a Segunda Série terá o volume de R\$ 673.000.000,00 (seiscentos e setenta e três milhões de reais), observada a possibilidade de Distribuição Parcial das Debêntures da Segunda Série, sendo o volume de R\$ 417.000.000,00 (quatrocentos e dezessete milhões de reais) distribuído em regime de garantia firme, e o volume de R\$ 256.000.000,00 (duzentos e cinquenta e seis milhões de reais) distribuído em regime de melhores esforços.
- (vii) **Data de Emissão.** Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 10 de maio de 2021 ("Data de Emissão").
- (viii) **Remuneração das Debêntures.** A remuneração das Debêntures será a seguinte:
- **Atualização Monetária:** o Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente.
 - **Remuneração das Debêntures da Primeira Série:** Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias do DI – Depósito Interfinanceiro de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias

Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“Taxa DI”), acrescida de *spread* (sobretaxa) de 3,85% (três inteiros e oitenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (“Remuneração das Debêntures da Primeira Série” ou “Remuneração da Primeira Série”). A Remuneração das Debêntures da Primeira Série será calculada de acordo com a fórmula descrita na Escritura de Emissão.

- **Remuneração das Debêntures da Segunda Série:** Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias do DI – Depósito Interfinanceiro de um dia, “over extra-grupo”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“Taxa DI”), acrescida de *spread* (sobretaxa) de 4,25% (quatro inteiros e vinte e cinco por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (“Remuneração das Debêntures da Segunda Série” ou “Remuneração da Segunda Série”). A Remuneração das Debêntures da Segunda Série será calculada de acordo com a fórmula descrita na Escritura de Emissão.

(ix) **Prazo e Data de Vencimento.** Observado o disposto na Escritura de Emissão, e ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures e/ou Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures e/ou Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures e/ou Oferta de Resgate Antecipado Total e/ou aquisição facultativa das Debêntures, com o consequente cancelamento da totalidade das Debêntures, as Debêntures da Primeira Série terão prazo de vencimento de 3 (três) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 10 de maio de 2024 (“Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série”) e as Debêntures da Segunda Série terão prazo de vencimento de 4 (quatro) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 10 de maio de 2025 (“Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série” e, em conjunto com a Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série, apenas “Data de Vencimento”).

(x) **Amortização do Valor Nominal Unitário.**

- **Debêntures da Primeira Série.** Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, e/ou Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures e/ou Amortização Extraordinária Facultativa e/ou Oferta de Resgate Antecipado Total e/ou aquisição facultativa das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão, o saldo do Valor Nominal Unitário será amortizado trimestralmente, a partir do 9º (nono) mês (inclusive) contados da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 10 de fevereiro de 2022, e os demais pagamentos devidos sempre no dia 10 dos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro de cada ano, até a Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série, conforme cronograma e percentuais previstos na Escritura de Emissão.

- **Debêntures da Segunda Série.** Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, e/ou Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures e/ou Amortização Extraordinária Facultativa e/ou Oferta de Resgate Antecipado Total e/ou aquisição facultativa das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão, o saldo do Valor Nominal Unitário será amortizado trimestralmente, a partir do 12º (décimo segundo) mês (inclusive) contados da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 10 de maio de 2022, e os demais pagamentos devidos sempre no dia 10 dos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro de cada ano, até a Data de Vencimento da Debêntures da Segunda Série, conforme cronograma e percentuais previstos na Escritura de Emissão.
- (xi) **Pagamento da Remuneração das Debêntures.** Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures, Amortização Extraordinária Facultativa, Oferta de Resgate Antecipado Total e/ou aquisição facultativa das Debêntures, ou vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão:
- a Remuneração das Debêntures da Primeira Série será paga trimestralmente a partir do 6º (sexto) mês (inclusive), contados da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 10 de novembro de 2021, e os demais pagamentos devidos sempre no dia 10 dos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro de cada ano, até a Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série (cada uma das datas, uma "Data de Pagamento de Remuneração das Debêntures da Primeira Série"), conforme tabela disposta na Escritura de Emissão; e,
 - a Remuneração das Debêntures da Segunda Série será paga semestralmente, sendo o primeiro pagamento devido em 10 de novembro de 2021, o segundo pagamento devido em 10 de maio de 2022, e trimestralmente a partir do 15º (décimo quinto) mês (inclusive), contados da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 10 de agosto de 2022, e os demais pagamentos devidos sempre no dia 10 dos meses de novembro, fevereiro, maio e agosto de cada ano, até as respectivas Datas de Vencimento (cada uma das datas, uma "Data de Pagamento de Remuneração das Debêntures da Segunda Série" e, em conjunto com cada Data de Pagamento de Remuneração das Debêntures da Primeira Série, "Data de Pagamento de Remuneração"), conforme tabela disposta na Escritura de Emissão.
- (xii) **Repactuação Programada.** Não haverá repactuação programada.
- (xiii) **Resgate Antecipado Facultativo Total.** A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a partir do 12º (décimo segundo) mês, exclusive, realizar o resgate antecipado facultativo da totalidade (sendo vedado o resgate parcial ou o resgate de apenas uma das séries) das Debêntures efetivamente subscritas e integralizadas ("Resgate Antecipado Facultativo Total"), de acordo com os termos e condições previstos na Escritura de Emissão.

(xiv) **Amortização Extraordinária Facultativa.** A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a partir do 12º (décimo segundo) mês, exclusive, realizar a amortização extraordinária facultativa parcial, limitada a 98% (noventa e oito por cento), do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, que deverá abranger, proporcionalmente, todas as Debêntures ("Amortização Extraordinária Facultativa"), de acordo com os termos e condições previstos na Escritura de Emissão.

(xv) **Oferta de Resgate Antecipado.** A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer momento, realizar oferta de resgate antecipado das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Segunda Série efetivamente subscritas e integralizadas, sendo vedado o resgate parcial, endereçada a todos os Debenturistas, sendo assegurado a todos os Debenturistas igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures por eles detidas ("**Oferta de Resgate Antecipado**"), de acordo com os termos e condições previstos na Escritura de Emissão.

(xvi) **Vencimento Antecipado.** Observado o disposto na Escritura de Emissão, todas as obrigações relativas às Debêntures poderão ser consideradas antecipadamente vencidas mediante a ocorrência de determinadas hipóteses, sendo certo que, no caso de vencimento antecipado das obrigações relativas às Debêntures, será exigido o imediato pagamento, pela Companhia, do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade ou a Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo, quando for o caso, dos Encargos Moratórios.

(xvii) **Demais Características:** as demais características da Operação constarão na Escritura.

Os termos em letras maiúsculas ou com iniciais maiúsculas empregados neste Anexo que não estejam de outra forma aqui definidos são utilizados com o mesmo significado atribuído a tais termos na Escritura de Emissão.

ANEXO II
MODELO DE PROCURAÇÃO

Por meio deste instrumento particular de procuração, **VALID SOLUÇÕES S.A.**, sociedade anônima com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**"), com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Peter Lund, nº 146-202, São Cristóvão, CEP 20.930-390, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("**CNPJ/ME**") sob o nº 33.113.309/0001-47, neste ato representada por seus representantes legais devidamente constituídos na forma de seu estatuto social ("**Outorgante**"), nomeia e constitui, em caráter irrevogável e irretratável, como seu bastante procurador **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("**BACEN**"), constituída sob a forma de sociedade por ações, por meio de sua filial, com endereço na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, 1.052 – 13º andar, Sala 132 parte, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 36.113.876/0004-34 ("**Agente Fiduciário**"), na qualidade de representante da comunhão dos interesses dos titulares das da 8ª (oitava) emissão de 700.000 (setecentas mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada na espécie com garantia real, em série única, da Valid Soluções S.A. ("**Debêntures**", "**Debenturistas**" e "**Emissora**", respectivamente), nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, (conforme alterada, a "**Lei das Sociedades por Ações**") (doravante denominado "**Outorgado**"), com poderes para tomar em nome da Outorgante, nos termos dos artigos 684, 685 e parágrafo único do artigo 686 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (conforme alterada, o "**Código Civil**") e do "Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças", celebrado em [●] de [maio] de 2021 entre a Outorgante e a Outorgada (conforme aditado de tempos em tempos, o "**Contrato**"), qualquer medida com relação às matérias aqui tratadas, incluindo, mas não se limitando a: **(a)** exercer, a qualquer momento, todos os atos necessários à conservação e defesa da garantia constituída no âmbito do Contrato; **(b)** mediante a ocorrência da declaração do vencimento antecipado das Obrigações Garantidas ou do vencimento final das Obrigações Garantidas sem o seu devido pagamento, nos termos da Escritura de Emissão, notificar o Banco Depositário para reter e utilizar os recursos já existentes na Conta Vinculada, bem como os recursos que venham a ser depositados a partir desta data; **(c)** mediante a ocorrência da declaração do vencimento antecipado das Obrigações Garantidas ou do vencimento final das Obrigações Garantidas sem o seu devido pagamento, nos termos da Escritura de Emissão, receber e utilizar os recursos relativos aos Bens Cedidos, aplicando-os na quitação das Obrigações Garantidas, podendo, para tanto, assinar documentos, emitir recibos e dar quitação, reconhecendo expressamente a Outorgante a autenticidade e legalidade de tais atos, dando tudo como bom, firme e valioso para todos os efeitos, independentemente de autorização, aviso prévio ou notificação de qualquer natureza e sem prejuízo das demais cominações previstas nos Documentos da Operação; **(d)** mediante

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: VALID SOLUÇÕES S A

NIRE: 333.0027799-4 Protocolo: 00-2021/124475-9 Data do protocolo: 12/05/2021

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 27/05/2021 SOB O NÚMERO ED333006960000 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 452A8C4FF5389CDB6362DC2ADF161E4741A1939EA4D2732F339F5A31743040F8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



Pag. 111/117

a ocorrência da declaração do vencimento antecipado das Obrigações Garantidas ou do vencimento final das Obrigações Garantidas sem o seu devido pagamento, nos termos da Escritura de Emissão, excutir a garantia e tomar as medidas para consolidar a propriedade plena da Conta Vinculada, incluindo resgatar Investimentos Permitidos e utilizar os recursos decorrentes do resgate, em ambos os casos até o montante necessário para o pagamento das Obrigações Garantidas e eventuais despesas nos termos do Contrato; **(e)** mediante a ocorrência da declaração do vencimento antecipado das Obrigações Garantidas ou do vencimento final das Obrigações Garantidas sem o seu devido pagamento, nos termos da Escritura de Emissão, conservar e recuperar a posse indireta dos Bens Cedidos, bem como dos instrumentos que os representam, contra qualquer detentor, inclusive as próprias Outorgantes; **(f)** mediante a ocorrência da declaração do vencimento antecipado das Obrigações Garantidas ou do vencimento final das Obrigações Garantidas sem o seu devido pagamento, nos termos da Escritura de Emissão, representar a Outorgante e praticar todos e quaisquer atos necessários à remessa e/ou ingresso e/ou transferência de recursos aos Debenturistas para pagamento das Obrigações Garantidas exclusivamente em razão da execução do Contrato; **(g)** mediante a ocorrência da declaração do vencimento antecipado das Obrigações Garantidas ou do vencimento final das Obrigações Garantidas sem o seu devido pagamento, nos termos da Escritura de Emissão, representar a Outorgante na República Federativa do Brasil, em juízo ou fora dele, perante terceiros e todas e quaisquer instituições financeiras públicas ou privadas (incluindo o Banco Depositário), agências ou autoridades federais, estaduais ou municipais, em todas as suas respectivas divisões e departamentos, incluindo, entre outras, juntas comerciais, conforme aplicável, Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, ministério específico ao qual as Outorgantes estejam sujeitas, caso aplicável, agência reguladora à qual as Outorgantes estejam sujeitas, caso aplicável e a Secretaria da Receita Federal do Brasil, somente em relação aos atos que possam ser necessários para o fim de formalizar a alienação, cessão ou transferência, por qualquer meio, dos Bens Cedidos, no todo ou em parte, a quaisquer terceiros, nos termos do presente Contrato; e **(i)** praticar qualquer ato e firmar qualquer instrumento de acordo com os termos e para os fins do Contrato, na medida em que referido ato seja necessário para constituir, conservar, formalizar ou validar a Cessão Fiduciária, bem como aditar o Contrato para tais fins. O Outorgado poderá substabelecer os poderes ora conferidos a eles, no todo ou em parte, com ou sem reserva. A presente procuração é outorgada como condição do Contrato, a fim de assegurar o cumprimento das obrigações no mesmo estabelecidas, com poderes da cláusula "em causa própria", e é irrevogável, nos termos dos artigos 684, 685 e parágrafo único do artigo 686 do Código Civil. Esta procuração será válida e eficaz pelo prazo de vigência do Contrato e enquanto subsistirem as Obrigações Garantidas. Os termos em letra maiúscula empregados, mas não definidos no presente mandato, terão o significado a eles atribuído no Contrato.

[Local], [Data]

[Assinatura da Valid Soluções S.A.]

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: VALID SOLUÇÕES S A

NIRE: 333.0027799-4 Protocolo: 00-2021/124475-9 Data do protocolo: 12/05/2021

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 27/05/2021 SOB O NÚMERO ED333006960000 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 452A8C4FF5389CDB6362DC2ADF161E4741A1939EA4D2732F339F5A31743040F8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o n° de protocolo.



Pag. 112/117

ANEXO III
ENDEREÇOS PARA O ENVIO DE COMUNICAÇÕES NOS TERMOS DO CONTRATO¹

Se para a Cedente:

Valid Soluções S.A.

Rua Peter Lund, nº 146-202, São Cristóvão, CEP 20.930-390 – Rio de Janeiro, RJ

At.: Joel Rennó Jr.

Telefone: (21) 3179-9100

E-mail: ri@valid.com

Se para os Debenturistas / Agente Fiduciário:

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Rua Joaquim Floriano 1052, 13º andar, Sala 132, parte

04534-002 – São Paulo – SP

At.: Antonio Amaro / Maria Carolina A. Lodi de Oliveira

Telefone: (21) 3514-0000

E-mail: ger2.agente@oliveiratrust.com.br

Se para o Banco Depositário:

ITAÚ UNIBANCO S.A.

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setúbal – São Paulo – SP

At.: Gerência de Controle de Garantias

Telefone: 4090-1471

E-mail: controledegarantias@itau-unibanco.com.br

1

Anexo III do Instrumento Particular de Escritura da 8ª (Oitava) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, a ser Convolada na Espécie com Garantia Real, em 2 (Duas) Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos da Valid Soluções S.A.

Detalhamento Destinação de Recursos

I. Volume em garantia firme: Os recursos obtidos pela Companhia com a Emissão serão destinados: (a) ao reperfilamento de dívidas atuais da Companhia ou suas Afiliadas (conforme detalhadas abaixo) com os Coordenadores e/ou com suas respectivas entidades de seus grupos econômicos, caso aplicável e conforme abaixo, sendo certo que a amortização de tais dívidas deverá obedecer a proporção da Garantia Firme prestada por cada Coordenador, conforme aplicável; e (b) para reforço de caixa da Companhia:

(i) O volume da Garantia Firme do UBS BB será destinado ao pagamento do valor da amortização de 2021 das seguintes dívidas (incluindo encargos), nesta ordem:

a) pagamento da amortização de 2021, no valor de USD 4.666.666,67, do Contrato de *Working Capital* celebrado entre a Valid USA Inc e o BB Nova Iorque (EUA) com vencimento em 27 de abril de 2022;

b) pagamento da amortização de 2021, no valor de USD 2.333.333,33, do Contrato de *Working Capital* celebrado entre a Valid USA Inc e o BB Nova Iorque (EUA) com vencimento em 07 de abril de 2022; e

c) pagamento da amortização de 2021, no valor de R\$ 22,5 milhões, do Capital de Giro Contrato n. 330900966, entre a Valid Soluções e o Banco do Brasil S.A. com vencimento em 04 de junho de 2022.

Havendo saldo remanescente entre o volume da Garantia firme do UBS BB e as amortizações acima descritas, a Companhia deverá utilizar tal saldo remanescente para amortizar parcialmente o saldo devedor da transação (c) mencionada acima, de forma que o volume da Garantia Firme exercida e as dívidas pagas, incluindo encargos, sejam iguais.

(ii) O volume da Garantia Firme do Bradesco BBI será destinado para o pagamento da parcela de principal (incluindo encargos) da CCB nº 1.355.707-2, no valor de R\$ 12 milhões em favor do Banco Bradesco S.A.

(iii) O volume da Garantia Firme do Santander será destinado para o pagamento

das parcelas vincendas posteriores à Data de Liquidação das seguintes dívidas (incluindo encargos), nesta ordem:

a) PPE Offshore contrato nº 4140052 (antigo contrato nº.4112072/4090749) celebrado entre a Valid Soluciones Tecnologicas e o Santander Madrid, com garantia da Companhia;

b) (ii) Loan Offshore Contrato nº 1027441 e Loan Offshore Contrato nº 1027437 celebrado entre a Valid Soluciones Tecnologicas e o Santander Luxemburgo, com garantia da Companhia, sendo certo que as parcelas referentes as dívidas (i) e (ii) que vencerem entre a data de assinatura da presente e a data de liquidação não serão consideradas objeto da destinação dos recursos da Garantia Firme do Santander.

(iv) O volume da Garantia Firme do Itaú BBA será destinado para o pagamento das parcelas vincendas posteriores à Data de Liquidação da seguinte dívida (incluindo encargos): Loan Agreement NR VA0422TL01, tendo como devedor a empresa Valid Soluciones Tecnologicas S.A. e Itaú BBA International PLC (e garantidor a empresa Valid S.A.

(v) O volume da Garantia Firme do Banco ABC Brasil S.A. será destinado para reforço de caixa da Emissora.

(vi) Parcela do volume da Garantia Firme de UBS BB e Bradesco BBI equivalente a R\$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais) será destinado para pagamento da amortização de 2021 das Debêntures da 7ª Emissão de Debêntures da Companhia.

II. volume em melhores esforços: serão utilizados, a critério da Companhia, para (a) reperfilamento de dívidas atuais da Emissora ou suas Afiliadas com os Coordenadores e/ou com suas respectivas entidades de seus grupos econômicos, caso aplicável, listadas a seguir, sendo certo que a amortização de tais dívidas deverá obedecer a proporção da Garantia Firme prestada por cada Coordenador, conforme aplicável; e (b) reforço de caixa.

Sem prejuízo do acima exposto, a Companhia deverá utilizar a parcela em melhores esforços para amortizar prioritariamente os vencimentos em 2021 que possui junto aos Coordenadores listados a seguir, incluindo as parcelas vincendas em 2021, sendo certo que o saldo amortizado das dívidas mencionadas abaixo deverá ser efetuado respeitando a proporção da garantia firme prestada por cada Coordenador, conforme aplicável:

(i) do saldo remanescente das parcelas da CCB nº 1.355.707-2 em favor do Banco Bradesco S.A., vincendas em 2021;

- (ii) do saldo remanescente das parcelas do PPE Offshore contrato nº 4140052 (antigo contrato nº.4112072/4090749) celebrado entre a Valid Soluciones Tecnologicas e o Santander Madrid, com garantia da Companhia;
- (iii) do saldo remanescente das parcelas do Loan Offshore Contrato nº 1027441 e do Loan Offshore Contrato nº 1027437 celebrado entre a Valid Soluciones Tecnologicas e o Santander Luxemburgo, com garantia da Companhia;
- (iv) do saldo remanescente das parcelas do Loan Agreement nº VA0422TL401 celebrado entre a Valid Soluciones e o Itau BBA International Plc, com garantia da Companhia; e
- (v) do saldo remanescente das parcelas do: (a) Working Capital celebrado entre a Valid USA Inc e o BB Nova Iorque (EUA), no valor de USD 14 milhões, com vencimento em 27 de abril de 2022; (b) Working Capital celebrado entre a Valid USA Inc e o BB Nova Iorque (EUA), no valor de USD 4,666,666.66, com vencimento em 07 de abril de 2022; (c) Capital de Giro Contrato n. 330900966, entre a Valid Soluções e o Banco do Brasil S.A., no valor de R\$ 45 milhões, com vencimento em 04 de junho de 2022; e (d) demais linhas de capital de giro que a Emissora ou empresas de seu grupo econômico possuem junto ao Banco do Brasil S.A. e seu grupo econômico ("**Vencimentos de 2021**").

O saldo remanescente será utilizado para reforço de caixa da Companhia.



IDENTIFICAÇÃO DOS ASSINANTES

CERTIFICO QUE O ATO DA VALID SOLUÇÕES S A, NIRE 33.3.0027799-4, PROTOCOLO 00-2021/124475-9, ARQUIVADO EM 27/05/2021, SOB O NÚMERO (S) , FOI ASSINADO DIGITALMENTE.

CPF/CNPJ	Nome
✓ 219.886.398-75	MAURICIO RIBEIRO DE MENEZES
✓ 005.816.487-14	ALEXANDRE DE ABREU CABRAL
✓ 071.988.877-83	LEANDRO DE CAMPOS AMARO
✓ 255.329.928-19	IVAN LUIZ MURIAS DOS SANTOS
✓ 107.606.197-43	NATHALIA GUEDES ESTEVES
✓ 090.766.477-63	BIANCA GALDINO BATISTELA

27 de maio de 2021.

Bernardo Feijó Sampaio Berwanger
Secretário Geral

1/1

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: VALID SOLUÇÕES S A

NIRE: 333.0027799-4 Protocolo: 00-2021/124475-9 Data do protocolo: 12/05/2021

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 27/05/2021 SOB O NÚMERO ED333006960000 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 452A8C4FF5389CDB6362DC2ADF161E4741A1939EA4D2732F339F5A31743040F8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o n° de protocolo.



Pag. 117/117